

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE RIO CLARO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MÁRCIO AURÉLIO CARVALHO DE MORAIS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

RIO CLARO

2015

MÁRCIO AURÉLIO CARVALHO DE MORAIS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus Rio Claro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Elisa Contri Pitton
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

RIO CLARO

2015

374.4 Morais, Márcio Aurélio Carvalho de
M827i A importância da educação profissional na modalidade de
 educação a distância para o desenvolvimento territorial /
 Márcio Aurélio Carvalho de Morais. - Rio Claro, 2016
 153 f. : il., figs., tabs., quadros + mapa

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientador: Sandra Elisa Contri Pitton
 Coorientador: Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

 1. Ensino a distância. 2. Qualidade de vida. 3. Trabalho e
 renda. I. Título.

MÁRCIO AURÉLIO CARVALHO DE MORAIS

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus Rio Claro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Elisa Contri Pitton
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

BANCA EXAMINADORA

Sandra Elisa Contri Pitton

Orientadora: Doutora, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Diego Correa Maia

Membro, Doutor, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Antônio Carlos Tavares

Membro, Doutor, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Judite de Azevedo do Carmo

Membro, Doutora, Universidade do Estado do Mato Grosso, Nova Xavantina - UESMT

Daniela Cristina Aparecida Capparol

Membro, Doutora, Governo do Estado de São Paulo, Limeira - SP

Rio Claro, 16 de dezembro de 2015

Dedico esta tese, bem como todas às minhas demais conquistas, a minha mãe Maria do Amparo, minhas irmãs Mara, Marília e Marina. E meus preciosos sobrinhos Pedro Miguel, João Gabriel e Maria Vitória. E ao meu pai que investiu na minha educação.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a DEUS, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada. As minhas orientadoras Profa. Dra. Sandra Pitton e Profa. Dra. Silvia Ortigoza, por acreditarem em meu potencial. Eu serei eternamente grato a vocês duas. Também deixo um fraterno agradecimento ao Prof. Dr. Tavares. Aos meus irmãos de alma, Markenio Brandão, Oridéia, Nonato, Kiko e Divamélia pelo incentivo e pelo apoio constante, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhora tudo o que tenho produzido na vida. Aos meus amigos Rafael Oliveira, Max Wagno, Kamila Abreu, Daniel Veras, Jairo Oliveira, Gustavo Nery, Benedito Gledson, Lilian Melo, Alex Keoma, Alexandre Nogueira, Aluísio Napoleão, Paulo Henrique, Francisca Barros, Márcio Leonardo, Áurea Santos, Tatiana e Layla que me ajudaram na conclusão desse trabalho. Enfim, agradeço a todos que direta e indiretamente me incentivaram e me apoiaram nessa jornada.

“Nossa maior fraqueza está em desistir. O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez.”

Thomas Edison

RESUMO

Esta pesquisa investigou as potencialidades da formação técnica na modalidade de educação a distância da população pode constituir-se num mecanismo que conduz ao desenvolvimento territorial no Estado do Piauí. A abordagem teórica permitiu realizar uma aproximação necessária com o conceito de Território, Desenvolvimento e Educação Profissional. Com vistas a desvelar esta problemática em uma espacialidade do estado do Piauí, fez-se importante se utilizar de abordagens metodológicas quantitativas e qualitativa procurando identificar os problemas, a expansão da educação profissional na modalidade EaD e o discurso dos atores sociais no que tange a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos piauienses. O recorte temporal compreende o período de 2008 a 2012. O recorte espacial desta pesquisa se deu em 4 (quatro) polos EaD, cada um situado em uma das 4 (quatro) Mesorregiões do Estado do Piauí, a saber: Centro-Norte Piauiense (Polo Valença do Piauí), Sudeste Piauiense (Polo Alegrete do Piauí), Norte Piauiense (Polo Parnaíba) e Sudoeste Piauiense (Polo São Raimundo Nonato). Os resultados apontam que as expectativas dos egressos dos cursos técnicos na modalidade a distância consistem em adquirir conhecimento e qualificação profissional e, por consequência, inserir-se no mercado de trabalho. Em contraponto, os resultados também apontam que a qualificação profissional proporcionada aos cidadãos por meio dos cursos técnicos a distância não garantiu, efetivamente, a inserção dos egressos no mercado de trabalho nem tampouco uma melhoria salarial. Constatou-se que para a educação atingir sua finalidade com qualidade e com o propósito de desenvolvimento devem ser levados em consideração outros indicadores e variáveis, tais como: a) questões socioeconômicas e culturais dos atores sociais envolvidos; b) gestão pública e organização de políticas de fomento a educação; c) profissionalização e empregabilidade e d) finalidade social. Não obstante, a pesquisa demonstrou que há muito ainda a melhorar na estruturação dos cursos ofertados no que tange a laboratórios, visitas técnicas, material didático e melhor entrosamento dos atores do processo ensino aprendizagem, bem como um estudo mais aprofundado para que se possa escolher os cursos que melhor atendam as demandas territoriais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial, Educação Profissional, Educação a Distância, Qualidade de vida, Trabalho e renda

ABSTRACT

This research investigated the potential to which technical education in the distance mode of education of the population may be a mechanism that leads to territorial development in the state of Piauí. The theoretical approach allowed a necessary approach between the conceptual theoretical contributions of Territory Development and Vocational Education. In order to uncover this problem in a region of the Piauí state, it became important to use both quantitative and qualitative methodological approaches aiming to spatialize the problems encountered, the expansion of vocational education in distance education mode and the discourse of social actors with respect to improving the quality of life of people in Piauí. The time frame covers the period from 2008 to 2012. The spatial area of this research took place in four (4) DE units, each located in one of the four (4) mesoregions of Piauí state, namely: North Central Piauiense (Polo Valença do Piauí), Southeast Piauiense (Polo Alegrete do Piauí), North Piauiense (Polo Parnaíba) and Southwest Piauiense (Polo São Raimundo Nonato). The results show that the expectations of graduates of technical courses in distance mode consists of acquiring knowledge and professional qualification and, therefore, be inserted in the labor market. In contrast, the results also indicate that professional training provided to citizens through the distance technical courses did not ensure effectively the integration of graduates into the labor market nor salary improvements. It appears that for education to achieve its purpose with quality and with the development of purpose it must be taken into account other indicators and variables such as: a) socio-economic and cultural issues of social actors involved; b) governance and organization and support policies to education; c) professionalization and employability d) social purpose. Nevertheless, the research has shown that there is much yet to improve in the structuring of the courses offered in relation to laboratories, technical visits, educational materials and best rapport of the actors of the learning process as well as further study so that you can choose courses that best meet regional demands.

Keywords: Territorial Development, Professional Education, Distance Learning, quality of life, work and income

RESUMEN

Esta investigación averiguó el potencial la formación técnica en la modalidad educación a distancia de la población puede volverse en un mecanismo que conduce al desarrollo territorial en el estado de Piauí. El enfoque teórico permitió un acercamiento necesario entre los aportes teóricos conceptuales de Territorio, Desarrollo y Educación Profesional. Con el fin de desvelar este problema en una espacialidad del estado de Piauí, se hizo importante utilizar abordajes metodológicos cuantitativos y cualitativos que buscan espacializar los problemas encontrados, la expansión de la educación profesional en la modalidad de educación a distancia y el discurso de los actores sociales en lo que se refiere a la mejora de la calidad de vida de los ciudadanos piauienses. El marco de tiempo abarca el período del 2008 al 2012. El tiempo de esta investigación se llevó a cabo en cuatro (4) polos de educación a distancia, cada uno situado en una de las cuatro (4) Mesoregiones del Estado de Piauí, a saber: Centro-Norte Piauiense (Polo Valença do Piauí), Sureste Piauiense (Polo Alegrete do Piauí), Norte Piauiense (Polo Parnaíba) y Suroeste Piauiense (Polo São Raimundo Nonato). Los resultados muestran que las expectativas de los graduados de los cursos técnicos en modalidad a distancia consisten en la adquisición de conocimientos y la cualificación profesional y, por consiguiente, la inserción en el mercado laboral. Por el contrario, los resultados también indican que la formación profesional proporciona a los ciudadanos a través de los cursos técnicos a distancia no garantizó, de manera efectiva, la inserción de los graduados en el mercado laboral ni mejores sueldos. Se constata que para que la educación logre su finalidad con calidad y con el propósito de desarrollo debe tenerse en cuenta otros indicadores y variables, tales como: a) las cuestiones socio-económicas y culturales de los actores sociales involucrados; b) la gestión pública y organización de políticas de apoyo a la educación; c) la profesionalización y la empleabilidad d) finalidad social. Sin embargo, la investigación demostró que todavía hay mucho para mejorar en la estructuración de los cursos que se ofrecen en lo que se refiere a los laboratorios, visitas técnicas, materiales didácticos y mejor relación de los actores del proceso de enseñanza aprendizaje, así como un mayor estudio más profundizado para que se pueda elegir los cursos que mejor atiendan las demandas regionales.

Palabras claves: Desarrollo Territorial, Formación Profesional, Educación a Distancia, calidad de vida, trabajo y renta.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de matrículas Rede e-Tec.....	31
Figura 2 – Localização da região nordeste e estado do Piauí no território Brasileiro	33
Figura 3 – População residente no estado do Piauí nos anos de 2000 e 2010.....	34
Figura 4 – Composição da população do Estado com 18 anos ou mais no ano de 2010	39
Figura 5 – Mesorregiões geográficas do Piauí, destacando a mesorregião Centro-Norte Piauiense.....	40
Figura 6 – Localização das macrorregiões do estado do Piauí.....	41
Figura 7 – Mapa dos Territórios do Desenvolvimento do Estado do Piauí.	43
Figura 8 – Municípios polo da EaD em 2008/2009	46
Figura 9 – Municípios polo da EaD em 2010	47
Figura 10 – Municípios polo da EaD em 2012	49
Figura 11 – Municípios polo da EaD no ano 2013.....	51
Figura 12 – Polos da Rede e-Tec 2015.....	53
Figura 13 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Valença do Piauí	57
Figura 14 – Fluxo escolar por faixa etária em Valença do Piauí – PI.....	59
Figura 15 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São Raimundo Nonato.	65
Figura 16 – Fluxo escolar por faixa etária em São Raimundo Nonato – PI.	66
Figura 17 – Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais em Parnaíba	71
Figura 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Parnaíba.....	74
Figura 19 – Fluxo escolar por faixa etária em Parnaíba – PI.	75
Figura 20 – Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais em Parnaíba	79
Figura 21 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Alegrete.....	83
Figura 22 – Fluxo escolar por faixa etária em Alegrete do Piauí-PI	84
Figura 23 – Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais em Alegrete do Piauí	87
Figura 24 – Polos EaD da Rede e-Tec Pesquisados	93
Figura 25 – Porque escolheu um curso técnico	100
Figura 26 – Motivo pelo qual o estudante fez sua escolha de curso	101
Figura 27 – Como avalia o curso?.....	103
Figura 28 – Houve aumento salarial após o término do curso?	103
Figura 29 – O curso permitiu o seu ingresso no mercado de trabalho?	104
Figura 30 – Motivo de não ingresso no mercado de trabalho?	105

Figura 31 – Tem conhecimento de cursos técnicos EaD no município/região	106
Figura 32 – Tem conhecimento de cursos técnicos EaD por eixo tecnológico.....	107
Figura 33 – Benefícios de um Curso Técnico	108
Figura 34 – Aeroporto Internacional de Parnaíba.....	110
Figura 35 – Avenida do Contorno	110
Figura 36 – Shopping Centers no Município de Parnaíba.....	111
Figura 37 – Concessionária da Toyota – Newland.....	111
Figura 38 – Pousada Aeroporto.....	112
Figura 39 – Lojas de Calçados e Vestuário	113
Figura 41 – Loja de Móveis e Eletrodomésticos – Rabelo	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Oferta de Cursos Técnico da Rede e-Tec em 2008/2009.....	45
Quadro 2 – Oferta de Cursos Técnico da Rede e-Tec em 2010.....	45
Quadro 3 – Oferta de Cursos Técnicos da Rede e-Tec em 2012	48
Quadro 4 – Oferta de Cursos Técnicos da Rede e-Tec em 2013	50
Quadro 5: Oferta de Cursos Técnicos da Rede e-Tec em 2014.....	52
Quadro 6 – Categorias referente a questão 1.....	101
Quadro 7 – Categorias referente a questão 2.....	102
Quadro 8 – Categorias referente a questão 3.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013	35
Tabela 2 – Algumas religiões existentes no estado por população residente	36
Tabela 3: Atividades econômicas realizadas nos limites do município	38
Tabela 4: População residente por ano e gênero nas mesorregiões	42
Tabela 5: Distribuição dos cursos da Rede e-Tec por Eixo Tecnológico.....	54
Tabela 6: Número de escolas presentes no Município no ano 2012	57
Tabela 7: Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.....	58
Tabela 8: Tipos de religião existentes no município	60
Tabela 9: Atividades econômicas realizadas nos limites do município	61
Tabela 10: Empresas atuantes, pessoal ocupado assalariado e salário médio mensal no município	62
Tabela 11: Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município	62
Tabela 12: Participação dos setores da economia no PIB do município	63
Tabela 13: Número de escolas presentes no Município no ano 2012	67
Tabela 14: Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.....	67
Tabela 15: Tipos de religião existentes no município	68
Tabela 16: Atividades econômicas realizadas nos limites do município	69
Tabela 17: Empresas atuantes, pessoal ocupado assalariado e salário médio mensal no município	70
Tabela 18: Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município	72
Tabela 19: Participação dos setores da economia no PIB do município	72
Tabela 20: Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.....	76
Tabela 21: Tipos de religião existentes no município	76
Tabela 22: Participação dos setores da economia no PIB do município	80
Tabela 23: Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município	80
Tabela 24: Atividades econômicas realizadas nos limites do município	81
Tabela 25: Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.....	85
Tabela 26: Tipos de religião existentes no município	85
Tabela 27: Atividades econômicas realizadas nos limites do município	88
Tabela 28: Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município	88
Tabela 29: Participação dos setores da economia no PIB do município	89
Tabela 30: População e Quantidade de Questionários por Polo	92

Tabela 31: Quantidade de Egressos por Polo	94
Tabela 31: Tem conhecimento de cursos técnicos EaD por município	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	19
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A REDE E-TEC: REFERÊNCIAS E PERSPECTIVAS.	26
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA	32
3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESTADO PIAUÍ	32
3.2 A REDE e-Tec NO TERRITÓRIO PIAUIENSE	43
3.3 MUNICÍPIO POLO EAD VALENÇA DO PIAUÍ.....	54
3.3.1 Localização da área do estudo.....	54
3.3.2 Características socioeconômicas do município	55
3.4 MUNICÍPIO POLO EAD SÃO RAIMUNDO NONATO	62
3.4.1 Localização da área do estudo.....	62
3.4.2 Características socioeconômicas do município	63
3.5 MUNICÍPIO POLO EAD PARNAÍBA.....	71
3.5.1 Localização da área do estudo.....	71
3.5.2 Características socioeconômicas do município	72
3.6 MUNICÍPIO POLO EAD ALEGRETE DO PIAUÍ.....	80
3.6.1 Localização da área do estudo.....	80
3.6.2 Características socioeconômicas do município	81
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	89
4.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA	90
4.2.TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	93
4.3 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	97
5 RESULTADOS DA PESQUISA	99
5.1 A FALA DOS EGRESSOS : LIMITES E POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	99
5.2. CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	105
5.3. AS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E A ABSORÇÃO DOS EGRESSOS DA EAD	108
5.3.1. MUNICÍPIO DE PARNAÍBA	108
5.3.2. MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO.....	112
5.3.3. MUNICÍPIOS QUE NÃO HOUE A CONEXÃO ENTRE O TERRITÓRIO E O CURSO EAD OFERTADO	113
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115

REFERÊNCIAS	117
APENDICE A – MAPA DOS CURSOS.....	124
APENDICE B – QUESTIONÁRIO POPULACIONAL	137
APENDICE C – QUESTIONÁRIO EGRESSO.....	139
APENDICE D – QUESTIONÁRIO GESTORES	141
ANEXO A – PERFIL DOS EGRESSOS.....	144

1 INTRODUÇÃO

A questão que deu origem a esta pesquisa insere-se na problemática geográfica da busca pelo desenvolvimento territorial no estado do Piauí, que despertou o anseio e a curiosidade de pesquisador por buscar meios que possibilitassem verificar a importância da educação profissional para o desenvolvimento territorial desse estado.

Desse modo, o objetivo principal da Pesquisa foi analisar o processo de desenvolvimento territorial no Piauí a partir da implantação e expansão da educação profissional na modalidade de educação a distância – EaD. Para tanto, foi necessário identificar se os cursos oferecidos e realizados, nos locais, propiciaram melhoria da qualidade de vida e no emprego da população. Houve necessidade, portanto, de construir instrumentos que permitissem diagnosticar como estas populações viviam e o que mudou com os cursos oferecidos. Além disso, foi importante selecionar alguns indicadores que permitem averiguar a conquista do desenvolvimento territorial a partir da educação profissional.

A problematização desta investigação se apresenta em forma de perguntas diretas, a saber: Como a modalidade de educação a distância influenciou no processo de desenvolvimento territorial do Piauí? Quais os indicadores que permitem identificar a ocorrência ou não da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas?

A relação entre Território, Desenvolvimento Territorial e Educação Profissional contribui para compreensão dos elementos políticos, sociais e espaciais que envolvem a busca pelo desenvolvimento territorial no Brasil. Neste contexto, buscou-se analisar como o desenvolvimento territorial, nos locais de estudo, foi influenciado pelo processo de educação profissional, ou seja, pela expansão dos cursos técnicos, em especial na modalidade de educação a distância.

Os aportes teóricos tendem a conjugar argumentos, ora do pensamento geográfico na temática da formação e do desenvolvimento territorial, ora da política estatal da educação nacional, em especial da educação profissionalizante na modalidade EaD, bem como dos fundamentos teóricos que nos permitam abordar, necessariamente, a relação entre Território, Desenvolvimento do Território e Educação Profissional.

A abordagem deu-se por meio de técnicas quantitativas e qualitativas, procurando especializar e analisar os problemas verificados, a expansão da educação profissional na modalidade EaD e o discurso dos atores sociais no que tange à melhoria da qualidade de vida

dos cidadãos piauienses. O recorte temporal compreende o período de 2008 a 2012, período este que vai da implantação da EaD até 2015.

Evidenciados estes aspectos, esta pesquisa averiguou até que ponto a formação técnica da população pode constituir-se num mecanismo que conduz ao desenvolvimento territorial, considerando que o espaço geográfico do Estado do Piauí é dividido nas seguintes mesorregiões: Norte Piauiense, Centro-Norte Piauiense, Sudeste Piauiense e Sudoeste Piauiense. Nesses termos, foram selecionados para a pesquisa um município polo da Rede e-Tec de cada mesorregião, a seguir: Alegrete do Piauí (mesorregião Sudeste Piauiense), São Raimundo Nonato (mesorregião Sudoeste Piauiense), Valença do Piauí (mesorregião Centro-Norte Piauiense) e Parnaíba (mesorregião Norte Piauiense).

É válido ressaltar que vários são os aspectos que precisam ser avaliados para abordar as ações educacionais no Brasil. Segundo Wermelinger et al. (2007):

[...] no Brasil, quando se discute educação, é preciso considerar inúmeros aspectos, pelo fato de ser este um país de dimensões continentais, com situações sociais, econômicas e culturais típicas e diferenciadas, que obrigam a refletir sobre como se aproximam e se articulam as ações promovidas nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), bem como se essas ações refletem os anseios da população no que diz respeito à escolaridade e à formação para o trabalho. (WERMELINGER et al., 2007, p.208).

São significativas as investigações que abordam a implementação de políticas públicas educacionais e que se apoiam na perspectiva de atendimento às demandas de inserção social do cidadão no mundo do trabalho. Essas políticas possibilitam aos cidadãos participar de maneira autônoma e empreendedora no local/região que residem, com o propósito de contribuir com o desenvolvimento local desse território.

Não obstante, partindo do princípio de que esse desenvolvimento territorial tem o caráter contínuo, deve ser entendido como um processo que implica, de um lado, levar em consideração as potencialidades do território e, de outro, que a educação e a formação profissional da população são fatores intrínsecos para que ocorra desenvolvimento territorial.

Em face do exposto, é relevante que se realizem avaliações dos impactos dessas políticas públicas na sociedade e no território. Carvalho (2003, p. 86) defende que a avaliação de impacto de uma política pública “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”.

Dando continuidade à análise, a referida autora aponta que a política social, primeiramente, deve se constituir uma demanda da população para que, quando ocorra o

mensuramento desse impacto, possa ter havido mudança com base tanto na relação de casualidade e consequência dessa política e dessa mudança socioeconômica do território.

Admite-se, nesse sentido, que pesquisas sobre políticas públicas tornam-se relevantes, na medida em que os resultados dessa pesquisa permitam avaliar o papel dos gestores públicos no atendimento das expectativas da população.

Compreende-se, deste modo, mais profundamente que, para que isso ocorra de maneira eficaz, é necessário ampliar pesquisas cada vez mais naqueles territórios que tenham demanda.

Partindo dessa compreensão, entende-se ser de grande relevância esta pesquisa de doutorado, a partir do momento que possibilita a avaliação de políticas públicas de expansão da educação profissional na modalidade EaD, no Estado do Piauí.

Em consequência disso, tornar-se de fundamental importância verificar como a distribuição territorial da EaD no Estado do Piauí vem contribuindo tanto com os princípios e diretrizes da educação profissional e tecnológica como com o desenvolvimento territorial.

Dessa forma, reforça-se a importância desta pesquisa na perspectiva de identificar possibilidades e limitações, respeitadas as dimensões territoriais e populacionais, da formação técnica da população piauiense, com intuito de responder a uma política pública de qualificação profissional, que possa promover o desenvolvimento territorial local e regional.

Neste contexto, o conceito de território constitui-se um referencial para implementação de políticas públicas, salientando-se, nesta pesquisa, as políticas de fomento da educação profissional e tecnológica, levando em consideração a teoria do desenvolvimento territorial.

Antes, porém, de avançar na compreensão acerca da discussão da relação entre a formação técnica e desenvolvimento territorial, cabe aqui tecer algumas considerações no que tange ao papel tanto da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, quanto do Instituto Federal do Piauí, como instituições públicas proponentes de cursos de educação profissional.

A despeito de tais considerações e inferências, necessita-se de um diagnóstico mais aprofundado acerca das discussões do que se entende por desenvolvimento e suas correlações com as políticas de educação profissional, levando em consideração as possibilidades e contradições, imbricadas e que emergem nesse processo.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O presente capítulo empreende uma reflexão a respeito da compreensão do que se entende por território e desenvolvimento territorial, com o propósito de relacioná-los à educação profissional, na perspectiva de política pública educacional, com vistas a capacitação da população. O pressuposto teórico está alicerçado às contribuições de autores como Raffestin (1993), Souza (2005; 2011), Haesbaert (2002; 2004a; 2004b), Abramovay (2003), Santos (2002; 2008), dentre outros.

Na Ciência Geográfica, um dos conceitos relevantes e que merece destaque é o conceito de “território”. A ideia de território está associada à relação de espaço geográfico e poder (político, econômico, entre outros). Partindo desse pressuposto, entende-se ser de grande relevância, para esta investigação, o conceito de território.

Para Abramovay (2003) o território consiste num espaço de vida, representado por uma rede de relações com configurações políticas, produto de uma interação sócio- histórica e cultural. Fernandes (2009), por sua vez, defende que cada território é uma totalidade que se constitui através das relações sociais e escalas geográficas, numa perspectiva multidimensional, considerando a relação da dimensão política com outras dimensões, entre elas: educacional, social, econômica, ambiental, cultural.

Partindo da perspectiva de que a educação tem um papel intrínseco na elaboração de estratégias de desenvolvimento, visto que concebe o território *locus* da construção e reconstrução dos grupos sociais, tal perspectiva implica levar em conta o âmbito de articulação da educação com os processos produtivos locais, seja urbano ou rural. (SOUZA e XAVIER, 2010). Concomitante a isso, “talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis”. (HADDAD, 2008, p. 18).

Nessa acepção, a educação configura-se num mecanismo de desenvolvimento territorial que tem na educação profissional e tecnológica a representação mais engendradora e notória de seus efeitos. Especificamente, as asserções acerca da relação educação – território – desenvolvimento, por vezes, buscam acentuar históricas discussões, mostrando máxima atuação das instituições de ensino e de suas propostas pedagógicas na organização territorial, nos processos locais de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Defende-se aqui a ideia de que, para que educação atinja sua finalidade com qualidade e com o propósito de desenvolvimento, devem ser levados em consideração outros indicadores e variáveis, tais como: a) questões socioeconômicas e culturais dos atores sociais envolvidos; b) gestão pública e organização de políticas de fomento a educação; c) profissionalização e empregabilidade e d) finalidade social.

Para melhor compreensão, faz-se necessário retomar a ideia de Estado e de Estado – Nação, relacionando estes conceitos ao de território enquanto espaço jurídico- político-econômico, a partir dos aportes de Friede (2002), Santos (2008), Sposito (2004), entre outros.

De início, urge conceituar Estado. Nesse sentido, de acordo com Friede (2002), Estado é “um agrupamento humano em território definido, politicamente organizado, que, em geral, guarda a ideia de Nação. Daí, exatamente a construção do conceito sintético de Nação política e juridicamente organizada para definir conclusivamente o termo Estado”. (FRIEDE, 2002, p.35).

Magnoli e Araújo (2005, p. 25) defendem que:

O Estado funciona, então, como um intermediário entre a sociedade nacional e a economia mundial. Seu poder se manifesta nos tratados e acordos, políticos ou econômicos, que firmam com outros Estados. Também se manifesta nas leis e regras que optam as relações internas e externas do país [...] Isso significa que, no fim das contas, as relações entre o lugar e o mundo são mediados pelos poderes políticos que controlam territórios.

Utilizando-se do pensamento de Santos (2008, p. 137-138) para assinalar acerca da criação do Estado-Nação, denota-se que:

[...] o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais.

Para Sposito (2004, p. 112) “juridicamente, podemos dizer que o território se refere à base geográfica de um estado, sobre o qual ele exerce a sua soberania, e que abrange o conjunto dos fenômenos físicos (rios, mares, solos) e dos fenômenos decorrentes da ação da sociedade (cidade, porto, estradas...)”. Um território torna-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos e econômicos. Enfim, o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e

transformar a natureza. Por fim, é preciso dizer que o território também tem história. (SPOSITO, 2004).

Nessa direção, a partir do ponto de vista de Haesbaert (2004, p. 18), a respeito da visão de território enquanto dimensão jurídico-política, tem-se que:

“[...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder estatal e visto como produto da apropriação feita através do que se constitui a identidade social sobre o espaço geográfico e ao mesmo tempo se configura num produto espacial dialético entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

Haesbaert (2004) também relata que o território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Nesse sentido, para ele, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço para realizar “funções” e também para produzir “significados”.

Destarte, o território pode ser entendido como uma categoria do espaço geográfico onde um determinado grupo exerce o poder, ou melhor, a ideia de território está relacionada ao poder do Estado-Nação, não necessariamente poder político, mas também poder econômico e cultural. Refletindo acerca dessa questão, Haesbaert (2004, p. 95-96) afirma que “o território desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural”.

Nessa perspectiva, é, pois, necessário compreender o conceito de território, a fim de se obter a coerência com os pressupostos e as ideias centrais que orientam esta pesquisa. Depreende-se, deste modo, que o território está ligado à relação de poder, seja ele político ou socioeconômico. Conforme aponta Andrade (1995), essa relação se dá, essencialmente, por intermédio do poder público, no entanto essa relação de poder também pode ser exercida pela iniciativa privada representada por grandes empresas.

Egler (2009, p. 215) procura destacar a importância do conceito de território, e pressupõe:

[...] a existência de relação de poder, sejam eles definidos por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Nesse sentido, é uma mediação lógica distante do conceito de espaço, que representa um nível elevado de abstração, ou de região, que manifesta uma das formas materiais de expressão da territorialidade, como o é, por exemplo, a nação.

Por sua vez, com base em Santos (2002), território, em virtude do movimento da sociedade, consiste tanto numa conquista do espaço por atores ligados aos aspectos políticos,

sociais, econômicos e culturais quanto no desenvolvimento de técnicas que proporcionam a compreensão acerca do uso desse território através do trabalho.

Sobre essa realidade, Raffestin aborda que o território compreende a:

“[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Segundo o autor, falar de território é fazer referência à “ideia de limite, de delimitação do espaço, isolar, separar, ou manifestar uma relação de força em uma área precisa e restrita. Limite não apenas entendido como linear, mas também a partir de seu ponto de vista zonal”. (RAFFESTIN, 1993, pág. 80).

Já a abordagem de Souza (2001) sobre o território é política e cultural, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. Ainda, pautado no autor, o território consiste num espaço de relações de poder, contudo esse poder não é inerente somente ao Estado.

Refletindo acerca dessa questão, o autor afirma que:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Ainda para Souza, “em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. (SOUZA, 2001, p. 108). Para Souza (2005), existem múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação, que se configura, além de uma abordagem política, também de aspectos culturais.

Sintetizando a argumentação até agora desenvolvida, pode-se afirmar que o território nada mais é que o espaço apoderado e transformado pelo homem, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Em sendo assim e considerando o bojo desta pesquisa, é pertinente salientar que, historicamente, as políticas territoriais do Estado, através de implementação de políticas públicas articuladas com os atores sociais, têm o propósito de alcançar o desenvolvimento territorial.

Pires et al. (2006) acreditam que o desenvolvimento territorial é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria da qualidade de vida da população de uma localidade ou uma região. Ainda segundo os autores, o desenvolvimento territorial resulta da ação de um grupo intencional de caráter local e específica, imbricado a uma cultura, a um plano e organizações locais, levando em consideração os arranjos de regulação das práticas sociais.

É inegável que as transformações macroeconômicas, que vêm ocorrendo nos últimos anos, apontam para novos referenciais de desenvolvimento, gestão e planejamento do território, desde a formação de redes até ações de intervenção territorial. Algumas pesquisas acerca do desenvolvimento territorial, diante dessas transformações, procuram responder a problemas, como sublinha Barquero (2001, p. 45), tais como: “o desemprego, baixa produtividade e perda de mercados”.

Martins (2014) afirma que o desenvolvimento local pode se constituir num elemento que norteia a diminuição da pobreza, no entanto para que isso ocorra, é necessário um planejamento organizado, baseado na perspectiva de construção social. Segundo o mesmo autor:

a atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento. (MARTINS, 2014, p. 73-74)

Com isso, apresenta-se como essencial enfatizar acerca do desenvolvimento local que:

O desenvolvimento local não é necessariamente o desenvolvimento de um município ou de uma localidade, mas pode ser também o de uma comunidade ou uma microrregião. Porém, existe um consenso de que o desenvolvimento local assume dimensões políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais (PHILERENO, 2014, p.37).

Nessa trilha de raciocínio, reforça-se que:

“[...] A práxis do desenvolvimento pode ser entendida como o exercício para uma ação mais efetiva que envolve o indivíduo por meio da práxis comunitária na qual se encontra face a face com a comunidade”. É na comunidade onde vive, onde participa de um determinado grupo social, que o mesmo pode “[...] se exprimir, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar e transformar a sua realidade” (CASTILHO et al., 2009, p. 1).

O desenvolvimento se constitui num processo de mudanças e transformações de natureza econômica, política e, essencialmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Para ser coerente com os pressupostos e as ideias centrais que orientam esta pesquisa, o território se transforma num protagonista do desenvolvimento, moderador das mudanças tecnológicas e socioeconômicas de um local/região e fomentador do empreendedorismo local. Desse modo, se constitui uma estratégia para alcançar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda, com intuito de combater a pobreza, com equidade social.

Destarte, o território é espaço privilegiado no qual o debate, o antagonismo e a transformação estão no pilar das relações entre os sujeitos sociais, políticos, econômicos e institucionais cuja proporção espacial transcende os níveis concretos de análise. Dessa forma, a utilização do instrumental teórico-metodológico territorial traz como vantagem o desenvolvimento gradativo, em esfera nacional, de planejamento e implementação de políticas de governo, com recorte de público específico, pautadas no critério de uma reestruturação espacial centrada na composição de territórios.

Para tanto, é preciso a implementação de políticas sociais e educacionais que se fomentem sobre essa demanda e que proporcionam as questões da inserção social, do acesso aos bens e serviços de demanda pública e, por conseguinte, contribuam para a participação autônoma dos atores que constituem esse território. Para que tais ações sejam consubstanciadas, necessita-se de profissionais capacitados e qualificados.

Comporta afirmar, nesse sentido, que o território é planejado pelos atores públicos com o intuito de amenizar os problemas ou demandas da população local. E aqui cabe ressaltar que, nessa perspectiva, o poder público é o protagonista por definir e delinear as políticas e diretrizes mais adequadas para solução dos problemas, das carências e as demandas específicas de cada localidade.

Julga-se, desse modo, que esse processo de desenvolvimento não é imediatista, visto que será atingido com o passar dos tempos, no entanto compreende-se que a população local, a sociedade civil, os órgãos públicos e organizações devem estar preparados para serem vetores de transformação da realidade em busca de melhor qualidade de vida. E um dos indicadores, ou melhor, uma das estratégias pelas quais podem proporcionar isso é por meio da educação.

Obviamente, é mister que a missão do poder público, no âmbito do desenvolvimento local, fundamenta-se intrinsecamente tanto nos processos quanto nas dinâmicas

socioeconômicas que são estabelecidas entre a sinergia dos atores locais, das instituições, e do próprio poder público. Faz-se necessário a ressalva, de que a geografia econômica, no enfoque do processo de desenvolvimento territorial, que se caracteriza pela indução das atividades produtivas, e levando em consideração o aspecto sinérgico entre esses atores, pode induzir a uma construção de projetos econômicos e sociais específicos para cada localidade ou região.

Convém salientar que a discussão a respeito do desenvolvimento territorial, baseia-se, de um lado, na percepção, por outro lado, no debate, propriamente dito, do desenvolvimento econômico, na ótica da sustentabilidade. Por sua vez, torna-se precípuo destacar, nesta investigação, que o conceito de território está imbricado na perspectiva do empreendimento de políticas públicas, no caso em questão, das políticas de educação profissional como possibilidade estratégica para a promoção do processo de crescimento econômico local, levando em consideração a qualificação profissional da população local respeitadas as demandas e vocação regional.

É importante frisar que a finalidade da educação profissional é assegurar que o processo de desenvolvimento territorial compreenda não tão somente a dimensão econômica, mas também que garanta alcançar as demais dimensões pertinentes ao processo de gestão social e governança, tais como: sociocultural, política e ambiental.

Corroborando com essa visão, Oliveira e Lima (2003), por sua vez, apontam que a expansão do ensino técnico e superior pode ser uma das estratégias para se alcançar o desenvolvimento, com intuito de sanar problemas locais e regionais para atingir a sustentabilidade, a capacitação e o fomento para o empreendedorismo.

Defende-se, portanto, que os cursos técnicos (profissionalizantes) possam ser entendidos, nesse contexto, como vetores de uma ação estratégica de desenvolvimento desse território, aqui delimitado, território piauiense. Para tanto, há de se valorizar as relações de protagonismo social, fortalecendo o processo de qualificação profissional, considerando esse território como espaço privilegiado para a implementação das políticas de acesso ao mercado de trabalho, visando, também, à expectativa de empregabilidade da população capacitada. As ações estratégicas de desenvolvimento territorial devem, assim, atender satisfatoriamente as demandas de serviços e empreendimento locais, respeitando as especificidades locais/regionais, os arranjos produtivos locais, e certamente, as necessidades ocupacionais do mercado proporcionando assim oportunidades concretas de trabalho e renda.

Por conseguinte, sob o ângulo desta pesquisa, a qualificação profissional, como possibilidade de ampliação da demanda de emprego, respeitadas as tendências do mercado de trabalho decorrente da globalização, constitui-se num indicador relevante de desenvolvimento.

Destarte, essa possível perspectiva de qualificação profissional do cidadão, não garante de fato a geração de emprego, no entanto, buscar qualificar o jovem e o adulto para que tenham a perspectiva de novas oportunidades é um objetivo da educação profissional, e objeto de investigação desta tese de doutorado, no viés de que a educação profissional possa contribuir substancialmente com o desenvolvimento local, no caso aqui, de alguns municípios piauienses.

É relevante se considerar as políticas de expansão de educação profissional na modalidade de educação a distância, levando em consideração a tríade - educação, território e desenvolvimento.

Diante do exposto, acredita-se que a formulação de políticas públicas e projetos e programas especiais de ensino com o objetivo de superação da pobreza e da desigualdade socioeconômica, por meio de uma gestão eficiente pode motivar projetos produtivos e atividades geradoras de emprego. No entanto, para propor e efetivar essas políticas de ensino de qualificação profissional, é necessário destacar os recursos e as potencialidades endógenas que cada localidade ou região possui para só assim poder pensar em promover uma estratégia de desenvolvimento territorial.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A REDE E-TEC: REFERÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Segundo Kuenzer (2010), as políticas de educação profissional, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, estão fundamentadas na perspectiva de inserção do cidadão no mundo do trabalho através da qualificação profissional. Nesse sentido, a compreensão sobre a sua importância e de seus desafios são preeminentes para essa pesquisa. Os autores Cremonese e Bryan (2013, p. 99) acreditam que a intenção é fazer do:

Ensino profissional e tecnológico, junto com outras políticas públicas, uma ferramenta para amenizar as desigualdades no campo social, econômico, cultural e político. Entende que cabe ao Estado organizar, regular e ofertar formação para o conjunto da sociedade, atuando através do diálogo constante entre o governo e os diferentes setores (universidades, escolas técnicas, entes federativos, organizações sociais, conselhos de representações, intelectuais, sindicatos, setor produtivo) portadores de interesses, muitas vezes antagônicos, mas legítimos num país de diversidades como o Brasil.

Assim sendo, entende-se ser de grande relevância para este estudo, discutir a educação profissional como modalidade de ensino capaz de preparar o cidadão para as transformações

que acontecem no mundo. É importante ainda questionar como essa educação profissional pode alcançar o maior número de cidadãos nesse imenso território nacional, e, por conseguinte, como essa qualificação/formação pode contribuir com o desenvolvimento territorial.

Nesta trilha de investigação, é indispensável trazer para o bojo desta discussão os princípios e as diretrizes da educação profissional, desde o que se entende enquanto modalidade de ensino até às políticas públicas que fomentam a expansão e interiorização desta modalidade no país, de forma gratuita possibilitando que os jovens e adultos tenham uma habilitação profissional.

Nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais. Paralelamente a isso, Educação Profissional Técnica de Nível Médio tem como um dos princípios norteadores a articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioproductivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo (BRASIL, 2012).

Diante disso, é importante acrescentar que Simões (2010) aponta que a formação profissional implica um vínculo com o contexto maior de educação, que leva em conta a reorganização dos processos produtivos e novas concepções no âmbito educacional, fundamentando-se na centralidade, na educação do sujeito e, na maior parte das vezes, condicionada ao processo de relação imediata com a produção econômica e ao espaço mais amplo da sociedade.

Por sua vez, Kuenzer afirma que:

[...] devido a essa reestruturação produtiva exige-se uma formação que articula as capacidades de agir intelectualmente e pensar produtivamente. [...], em decorrência dessas mudanças, a formação amplia-se, passando a exigir o desenvolvimento da capacidade de educar-se permanentemente e das habilidades de trabalhar independentemente, de criar métodos para enfrentar situações não previstas, de contribuir originalmente para resolver problemas complexos. (KUENZER, 1998, p. 73)

Nessa perspectiva, e consoante aos aspectos até agora expostos serão enfatizadas as ações governamentais de fomento da educação profissional no país, em especial as políticas que almejam alcançar as dimensões territoriais e populacionais da nação com intuito do desenvolvimento local/regional levando em consideração indicadores de desenvolvimento tais como: econômico, sociocultural, político e ambiental.

Primeiramente, é válido destacar que a expansão da educação profissional ocorrida nos últimos anos, tornou-a demanda nas pautas governamentais, das empresas, das indústrias, e, é

claro, da população em busca de qualificação. É perceptível, neste viés, que esta considerável expansão da educação profissional no país, deu-se com alto investimento de recurso público, e aconteceu mais fortemente nos últimos 10 (dez) anos, quando se ampliou o número de escolas de educação profissional, e por conseguinte, ampliaram-se também o número de oferta de cursos técnicos e matrículas.

Por sua vez, com base nessa expansão prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e em sintonia com as políticas de desenvolvimento territorial, na ótica de crescimento econômico e desenvolvimento local/regional, começou-se o processo de interiorização das escolas profissionalizantes, especificamente, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que possui como missão a qualificação do cidadão para o mundo do trabalho, e isso implica, dentro duma visão sustentável, alcançar o desenvolvimento local/regional.

É pertinente salientar que os princípios e diretrizes que norteiam tanto as políticas quanto a modalidade de educação profissional devem levar em consideração os arranjos produtivos locais da região onde se localizam geograficamente as escolas profissionalizantes. Assim, é importante considerar que esse vínculo não se restrinja apenas à produtividade econômica, mas também, contemple as dimensões: sociocultural, político-institucional e ambiental.

Ao lado disso, com base em Pacheco, Caldas e Sobrinho (2012, p. 19),

Um dos grandes desafios dessa nova perspectiva para a educação profissional e tecnológica é construir uma visão da formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribuindo para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas. Por essa razão, considera-se fundamental a articulação política de educação profissional e tecnológica com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, cabendo às primeiras agir como indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório.

Pode-se estabelecer, ainda, que somente essa expansão física da educação profissional do não é condição *sine qua non* para que ocorra o desenvolvimento territorial. São, todavia, significativas as ações governamentais que apontem, como sugerem Oliveira e Lima (2003), uma série de indicadores/instrumentos, de modo a atender as deficiências locais e regionais, visando também ao desenvolvimento sustentável, na perspectiva de dar condições técnicas para o fomento do empreendedorismo econômico, o associativismo e o cooperativismo, como também, proporcionar condições de crédito para pequenos e médios empreendimentos.

Dito isso, e partindo do entendimento anterior, deve-se considerar, quando se trata de qualificação profissional, a aproximação da educação profissional com as políticas de desenvolvimento territorial objetivando definir estratégias e subsídios para que a população que receberá essa formação, tenha condição de intervir, e quiçá, transformar sua realidade local.

Conquanto, essa aproximação entre educação profissional e desenvolvimento territorial é uma das premissas das políticas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação. De acordo com Pacheco, Caldas e Sobrinho (2012, p. 18),

Um dos principais eixos de atuação da Setec é primar pelo fortalecimento do caráter público da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o que demanda uma estreita articulação dessa modalidade de educação com as políticas de desenvolvimento nacional, regional e local. Para tanto, torna-se fundamental trabalhar com pesquisas e diagnósticos que deem visibilidade às demandas culturais, econômicas e sociais, tendo em vista subsidiar a adoção de políticas públicas efetivas e a implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação delas.

Os autores acrescentam, ainda, que pensar nessas demandas, bem como, levantar indicadores que nortearão o acompanhamento e a avaliação das políticas de educação profissional e tecnológica da Secretaria significa:

Pensar o desenvolvimento em duas de suas mais importantes dimensões: uma endógena, que se alimenta das possibilidades locais e faz brotar um olhar motivador e criador de oportunidades para os que estão construindo no dia a dia a história da região; e outra exógena, envolvendo o reconhecimento das iniciativas de grande porte presentes em cada região (PACHECO, CALDAS e SOBRINHO, p. 18-19).

Em face do exposto, avulta a constatação, como apontam Pacheco, Caldas e Sobrinho (2012, p. 24) que:

[...] para atingir o objetivo político de combate às desigualdades regionais e contribuir na construção de um projeto de nação mais igualitária, segundo prega o discurso oficial, os Institutos Federais precisam estabelecer uma estreita relação com o território onde se situam.

Acerca das políticas atuais de Educação Profissional, os autores Rodrigues e Dos Santos (2012) relatam que “buscando interferir nesse cenário, foi criado pelo governo brasileiro, por meio da Lei 12.513, em 26 de dezembro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – que se constitui em um conjunto de ações que visam a ampliar a oferta de vagas na EPT(Educação Profissional e Tecnológica) brasileira. Com metas ousadas de atender oito milhões de beneficiados, criação de 200 (duzentas) novas escolas técnicas federais e investimento de um bilhão de reais, o Pronatec ocupa, atualmente, o centro do debate

sobre a Educação Profissional e apresenta, em sua estrutura, espaços onde se evidenciam relações entre o público e o privado para o atendimento de suas metas”. (RODRIGUES, DOS SANTOS, 2012, p.2).

Ainda segundo os autores:

Fica evidenciada, desta maneira, a passagem de uma preocupação de preparar o trabalhador para ingressar no mundo do trabalho de forma autônoma, com o desenvolvimento integral de suas potencialidades, visando interferir nos processos produtivos e gerar novas tecnologias, que vinha caracterizando as políticas públicas para a EPT, para o treinamento de mão-de-obra com o objetivo de atender as demandas do mercado de trabalho que caracteriza o Pronatec. Analisar as alterações na correlação de forças entre os envolvidos na definição das políticas públicas da EPT é central para compreender esta mudança e tarefa importante para a continuidade da pesquisa (RODRIGUES E DOS SANTOS, 2012, p.12).

Em consequência disso, a Rede e-Tec Brasil se apresenta para contribuir com a formação técnica, uma vez que proporciona à população a possibilidade de realizar cursos a distância de maneira a interiorizar e democratizar a educação profissional. A finalidade da Rede e-Tec, conforme Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011 é de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

No entanto, a gênese desse Programa começou ainda em 2007, com Decreto no 6.301, de 12 de dezembro de 2007 (revogado pelo Decreto nº 7.589/11), que instituía, ainda no Governo do Presidente Lula, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Os primeiros movimentos de expansão da educação profissional pelo e-Tec se deram através de Edital de chamada pública, onde na ocasião participaram 74 (setenta e quatro) instituições de ensino técnico em todo o país, que propuseram 147 (cento e quarenta e sete) cursos técnicos de nível médio, abrangendo 14 (catorze) áreas profissionais.

Progressivamente, hoje a Rede e-Tec Brasil será constituída por meio da adesão de: I - instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; II - de unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica; e III - de instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

São objetivos da Rede e-Tec Brasil, *in verbis*:

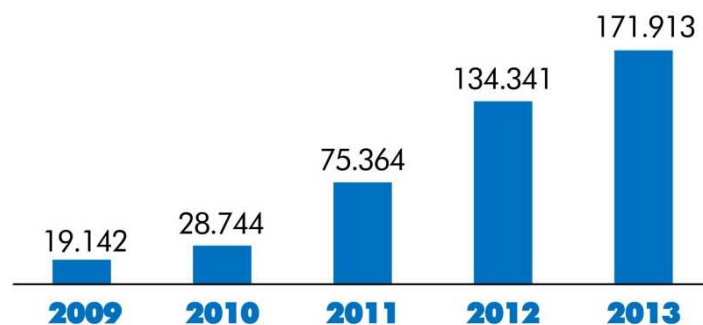
a) estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional; b) expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas; c) permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino

médio, bem como para a educação de jovens e adultos; d) contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos; e) permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica; f) promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica; g) promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica; e h) permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2011, p. 1)

Levando-se em consideração os dados estatísticos, consoante Soares, Aguiar e Pedra (2012, p.103), tem-se que:

[...] nos primeiros anos da sua implantação da sua implantação do Programa Rede e-Tec Brasil ofereceu, através das instituições públicas de ensino, 49 cursos técnicos a aproximadamente 35 mil alunos. Para atender à crescente demanda, fecha o ano de 2011 já com mais de 70 mil alunos pretendendo atingir nos próximos três anos a marca de 300 mil novas vagas para os cursos técnicos de nível médio na modalidade à distância.

Figura 1 - Número de matrículas Rede e-Tec



Fonte: SETEC/MEC, 2013. (Adaptado pelo autor)

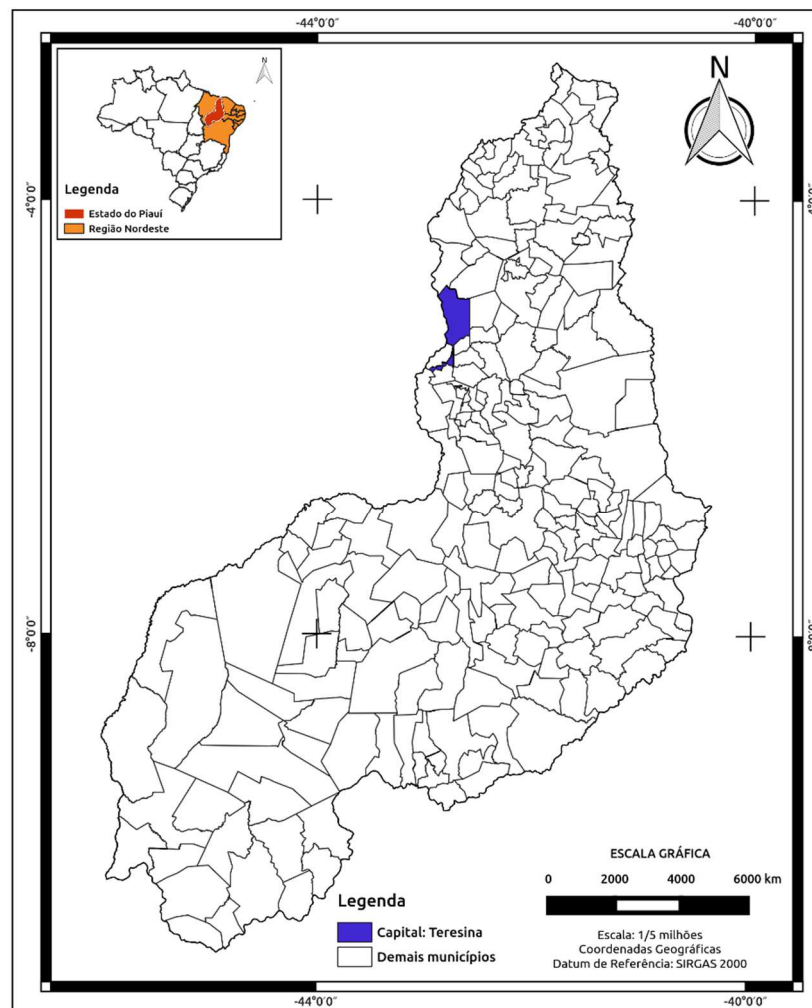
Conforme a figura 1, é perceptível que a expansão da educação profissional através da educação a distância teve ao longo desses últimos anos um caráter exponencial, contudo cabe questionarmos se essa ampliação de matrículas do ensino técnico do país, ou melhor, se os egressos desses cursos técnicos estão sendo absorvidos pelo mercado, e, por conseguinte, proporcionando um aumento da produtividade e competitividade da economia nacional, conforme atual discurso governamental. Em face do exposto, avulta a constatação de que a educação, como esclarecem Neves e Pronko (2008, p. 24), “vai se metamorfoseando de acordo com desenvolvimento das forças produtivas e com as mudanças nas relações de poder e nas relações sociais gerais.”

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESTADO PIAUÍ

As áreas de estudo desta pesquisa localizam-se nos limites do estado brasileiro do Piauí, este Estado está localizado a noroeste da região Nordeste do País (figura 2) e tem como limitantes o Oceano Atlântico ao norte, os Estados do Ceará e Pernambuco a leste, Bahia ao sul e sudeste, Tocantins ao sudoeste e Maranhão ao Oeste e nordeste e conta com uma área de aproximadamente 251.577 quilômetros quadrados, ocupando uma área de 16,2% da região nordestina e 2,95% da área nacional, considerado o terceiro maior Estado da região noroeste perdendo apenas para o Estado da Bahia e do Maranhão (IBGE, 2010).

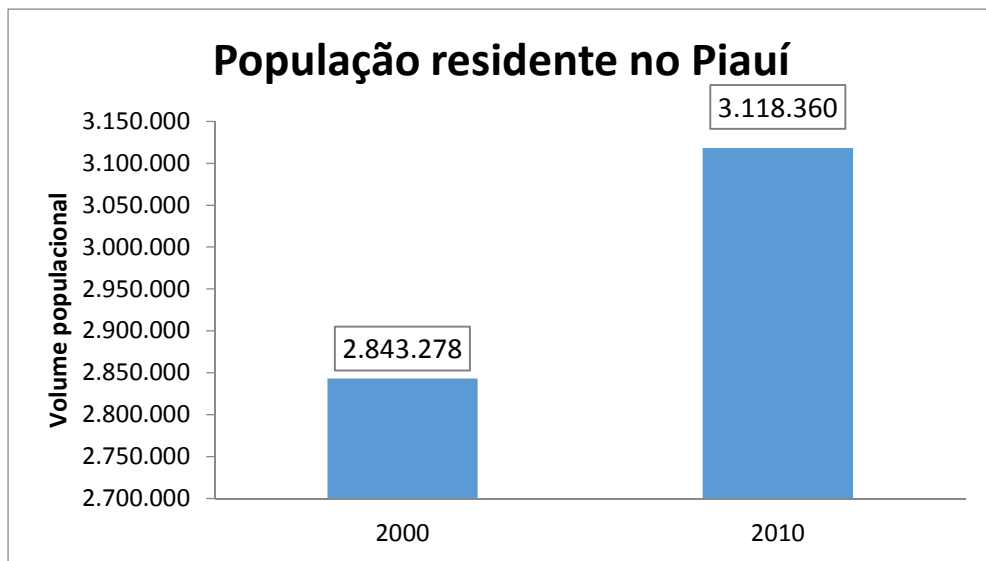
Figura 2 – Localização da região nordeste e estado do Piauí no território Brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

O Estado divide-se em 224 municípios e conforme a contagem populacional realizada no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Piauí totaliza aproximadamente 3.118.360 habitantes, conforme a figura 3, com uma densidade demográfica estadual de 12,4 habitantes por quilometro quadrado, onde a maior parte da população residente, ou seja, 65,8% habitam nas áreas urbanas dos municípios e 34,2% nas áreas rurais (IBGE, 2010).

Figura 3 - População residente no estado do Piauí nos anos de 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010) dentre a população residente no estado do Piauí existem várias etnias, que são brancos com um percentual aproximado de 24% da população, negros 9% e pardos com 64%, sendo esta a etnia que mais predomina no Estado. Quanto ao gênero 51 % dos habitantes são do sexo feminino e 49% do sexo masculino, onde se verifica que o percentual populacional feminino é mais elevado quando comparado ao sexo masculino (IBGE, 2010).

Com relação à educação no ano 2010 do total populacional em idade escolar a Taxa de analfabetismo do município totalizou 22,2 % para habitantes de 15 anos ou mais (IBGE, 2010). Ainda de acordo com dados do IBGE do volume populacional do Estado 2.201.213 são alfabetizadas deste total 1.036.560 são do sexo masculino e 1.164.653 sexo feminino. Onde pose verificar que o índice de alfabetização é mais elevado quando se refere ao sexo feminino.

Ainda segundo o Censo Escolar no ano de 2013, o número de estudantes que efetuaram a matrícula no estado do Piauí, indica que o ensino fundamental é o período do ensino básico

mais frequentado, totalizando 533.043 estudantes matriculados, seguido pelo ensino médio com 152.151, onde é possível verificar uma acentuada queda no número de matrículas do ensino básico efetivadas quando comparado ao ensino fundamental, (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.

MATRÍCULAS	ESTUDANTES
Creches	36.220
Pré-escolas	100.562
Ensino Fundamental	533.043
Ensino médio	152.151
Educação de Jovens e Adultos	98.298
Educação especial	338

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, importante indicador de qualidade das escolas brasileiras, o Piauí obteve no ano de 2013 as seguintes notas 4,5 e 4.0 nos anos iniciais do ensino fundamental e anos finais do ensino fundamental respectivamente, sendo que os dois níveis atingiram a meta estipulada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013).

A infraestrutura relacionada à educação no Estado, tanto pública como privada, no ano de 2012 contabilizaram 9.854 unidades, sendo estas voltadas a todos os públicos que possam estar interessados em todos os níveis de ensino (INEP, 2012).

De acordo com o censo do IBGE do ano 2010, quanto ao nível de instrução, a maior parcela da população piauiense com um total de 1.626.674 pessoas são consideradas sem instrução e com o ensino fundamental incompleto, 392.249 pessoas concluíram o ensino fundamental e não o ensino médio, 437.681 habitantes com 10 anos ou mais estudaram até o ensino médio completo e superior incompleto e 132.757 habitantes pesquisados com ensino superior completo.

Dentre as várias religiões existentes no Estado, algumas delas elencadas na tabela abaixo, é possível observar que a de maior predominância é a população seguidora da religião Católica Apostólica Romana, com um número aproximado de 2.653.135 seguidores, seguida pelas Religiões Evangélicas com um total de 302.982 devotos, após vem a Religião Espírita e

a Católica Apostólica Brasileira, com um volume de seguidores de, 9.840 e 8.063 respectivamente (IBGE, 2010) e Tabela 2.

Tabela 2 – Algumas religiões existentes no estado por população residente.

RELIGIÃO	PESSOAS
Católica apostólica brasileira	8.063
Católica apostólica romana	2.653.135
Católica ortodoxa	1.118
Espírita	9.840
Evangélicas	302.982
Testemunhas de Jeová	16.776
Umbanda e candomblé	1.915
Judaísmo	229
Hinduísmo	28
Budismo	247
Islamismo	78

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Do total de domicílios visitados pelos agentes do Censo demográfico de 2010, na área que compreende o Estado do Piauí do total de 848.263 domicílios analisados, 24% dos domicílios têm acesso a saneamento de forma adequada, ou seja, com coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário ou fossa séptica, onde 35,2% dos domicílios estão localizados nas áreas urbanas do Estado e 1,3% dos domicílios localizam-se na área rural. Aproximadamente 53,8% dos domicílios, segundo o IBGE (2010), tem acesso ao saneamento de forma semiadequada, haja vista que estes têm acesso a, pelo menos, uma forma de saneamento considerada adequada, sendo 62,3% na área urbana e 36,6% rural. Do total de domicílios particulares permanentes do Estado 22,2% são considerados inadequados, deste percentual apenas 2,5% estão localizados na zona urbana ou demais 62,2% na área rural (IBGE, 2010).

Do volume total de resíduos sólidos produzidos nos domicílios pertencentes dentro dos limites do Estado, 500.118 domicílios destinam estes resíduos para os serviços de coleta e limpeza realizados pelo ente público e 65.595 domicílios dão aos resíduos gerados nas suas dependências outro destino não determinado na pesquisa do Censo do IBGE (2010).

O abastecimento de água e saneamento básico no Estado é realizado pela Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA) e pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em convênio com as prefeituras, o abastecimento realizado pela AGESPISA ocorre por meio de dois sistemas, superficial que trata-se da captação de água em rios, açudes e barragens e subterrâneo realizado por meio de perfuração de poços tubulares (CEPRO, 2013). Outra forma de abastecimento de água muito utilizada, principalmente na região do semiárido piauiense refere-se a construção de cisternas para captação de água da chuva.

Quanto ao abastecimento de água realizado no município, do total de domicílios pesquisados pelo censo do IBGE (2010) 612.602 são abastecidos por rede geral de distribuição, 81.213 domicílios por meio de poço ou nascente na propriedade, 20.410 são abastecidos por meio de água da chuva armazenadas em cisternas e 972.199 domicílios são abastecidos de outras formas, como carros pipa, rios, açudes, entre outras.

A concessionária distribuidora de energia elétrica no Piauí é a Eletrobrás Distribuição Piauí, uma empresa pertencente a Eletrobrás. A empresa distribuiu energia para cerca de 950 mil consumidores em 2010. De acordo com a ANEEL (2012), o Estado do Piauí conta com uma usina eólica em operação, com potência de 18 MW, localizada no Município de Parnaíba.

A economia do Estado do Piauí tem como principais atividades o comércio e os serviços, embora a pecuária, a agricultura, a indústria e o extrativismo mineral e vegetal também contribuam para o desenvolvimento do Estado.

Na pecuária o Estado faz parte da cultura e tradições da região e conta com rebanhos de asininos, bovinos, caprinos, equinos, gado leiteiro, ovinos, suínos, bubalino, muares, além da produção de mel de abelha e criação de codornas, galinhas e aquicultura (IBGE, 2013). A criação de caprinos é bem significativa no Estado, isso deve-se ao fato de que animais de menor porte tem mais facilidade de adaptar-se as condições climáticas estabelecidas no semiárido.

Segundo dados coletados pelo IBGE no ano de 2013, a produção agrícola realizada no Estado é baseada na produção sazonal de feijão, algodão herbáceo, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, cebola, fava, mamona, mandioca, melão, milho, melancia, tomate e soja além do cultivo de abacate, banana, castanha de caju, coco da baía, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, tangerina, urucum, uva como pode ser verificado na tabela 3.

Tabela 3 – Atividades econômicas realizadas nos limites do município

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Abacate, banana, castanha de caju, coco da baía, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, tangerina, urucum, uva, algodão herbáceo, amendoim, batata-doce, cana de açúcar, cebola, fava, feijão, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, soja e tomate.
PECUÁRIA
Asininos, Bovinos, Caprinos, Equinos, Galinhas, Gado leiteiro, Mel de abelha, Muares, Ovinos, Suínos, bubalino, codorna, aquicultura.
EXTRAÇÃO VEGETAL
Cera de carnaúba, Madeira (carvão vegetal, lenha e tora) Umbu (fruto), aromáticos, babaçu (amêndoa), tucum (amêndoa).

Fonte: IBGE, 2013

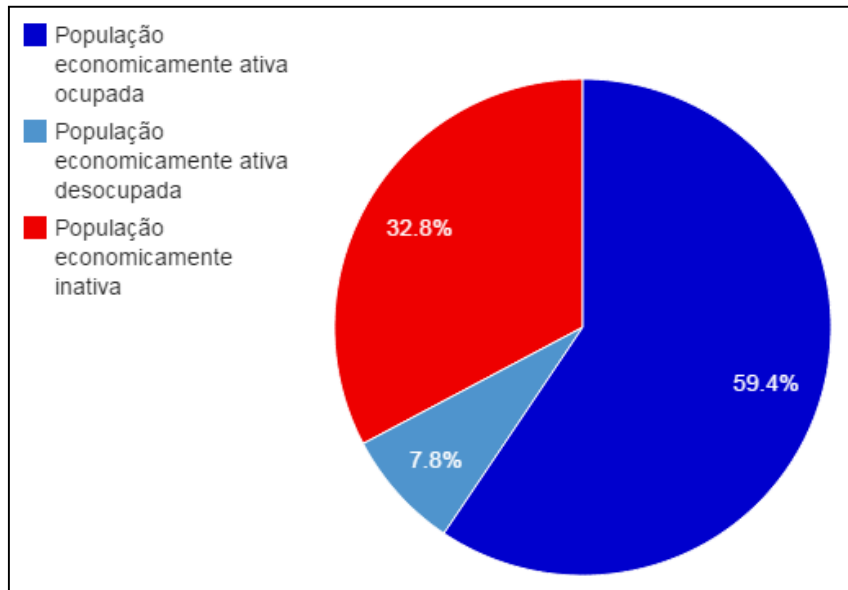
O cultivo de soja, principalmente, vem ganhando destaque ao longo dos anos no Estado. Outra fonte da economia local é a extração vegetal realizada no município por meio da extração de cera de Carnaúba, madeira, umbu, babaçu, tucum e aromáticos. O babaçu e a carnaúba são matérias primas muito importantes, utilizadas em diversas atividades como, indústrias de cosméticos, automotivas, celulose, entre outras.

O turismo é uma importante fonte de receita para o Estado, no entanto, essa atividade é desenvolvida especialmente na região litorânea do Estado. Contudo, existem parques nacionais voltados para a conservação do patrimônio cultural e ambiental do Estado que também atraem muitos turistas durante o ano.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a renda per capita média do Estado cresceu 149,61% no período de 1991 a 2010, passando de R\$ 167,03, em 1991, para R\$ 254,78, em 2000, e para R\$ 416,93, em 2010, o que evidencia uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,93%. A taxa da população pertencente ao grupo de extrema pobreza obteve uma redução de 47,84% em 1991 para 32,51% em 2000 e 18,77% no ano de 2010 e a proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, passou de 73,22%, em 1991, para 57,28%, em 2000, e para 34,11%, em 2010.

O Atlas salienta ainda, que a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, considerada economicamente ativa, passou de 61,19% em 2000 para 59,43% em 2010, no entanto a taxa de desocupação nesta faixa etária era de 9,86% em 2000 e passou para 7,81% em 2010. A população considerada inativa no Estado no ano de 2010 somaram 32,8% da população (figura 4).

Figura 4 – Composição da população do Estado com 18 anos ou mais no ano de 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Segundo o IBGE (2010) o rendimento mensal domiciliar per capita da população residente no Estado no ano de 2014 totalizou 659 reais mensais por domicílio e o PIB per capita do Estado somou no ano de 2011, o valor de 7.835,75 reais por habitante,

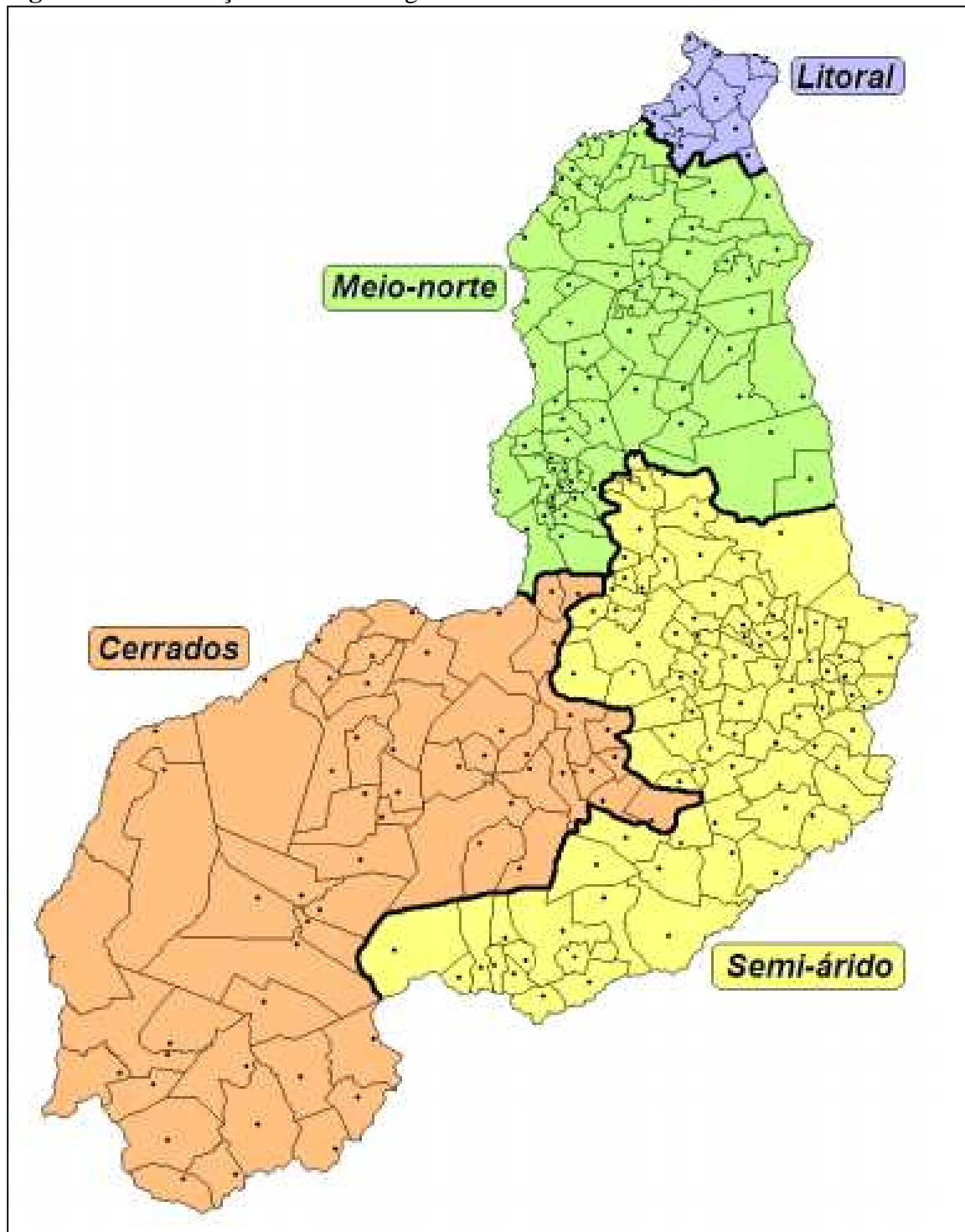
O Estado do Piauí divide-se em quatro mesorregiões: Norte Piauiense (32 municípios), Centro-Norte Piauiense (64 municípios), Sudoeste Piauiense (62 municípios) e Sudeste Piauiense (66 municípios), em destaque na imagem do Mapa 3. Conforme dados da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO (2013), o Estado do Piauí possui 4 (quatro) macrorregiões: Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrados (Figura 5).

Figura 5 – Mesorregiões geográficas do Piauí, destacando a mesorregião Centro-Norte Piauiense.



Fonte: IBGE, 2010.

Figura 6 – Localização das macrorregiões do estado do Piauí



Fonte: CEPRO, 2013.

A mesorregião Norte Piauiense divide-se em duas microrregiões, a microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense e do Litoral Piauiense. Esta mesorregião contabiliza um volume populacional de 632.883 habitantes residentes nos limites da mesorregião (IBGE, 2010). Ainda segundo o IBGE (2010) quanto ao gênero à população da Mesorregião divide-se em 317.568 habitantes do gênero feminino e 315.315 do gênero masculino, conforme está na Tabela 4. Do

total populacional residente na mesorregião Norte Piauiense, 376.672 habitantes residem nas áreas urbanas dos municípios e 256.211 são moradores das áreas rurais (IBGE, 2010).

Tabela 4: População residente por ano e gênero nas mesorregiões.

Mesorregiões	Ano (hab)		Gênero (hab)	
	2000	2010	Masculino	Feminino
Norte Piauiense	576.343	632.883	315.315	317.568
Centro-Norte Piauiense	1.317.986	1.454.466	698.001	756.455
Sudoeste Piauiense	469.218	511.616	257.674	253.942
Sudeste Piauiense	479.731	519.395	257.422	261.973

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

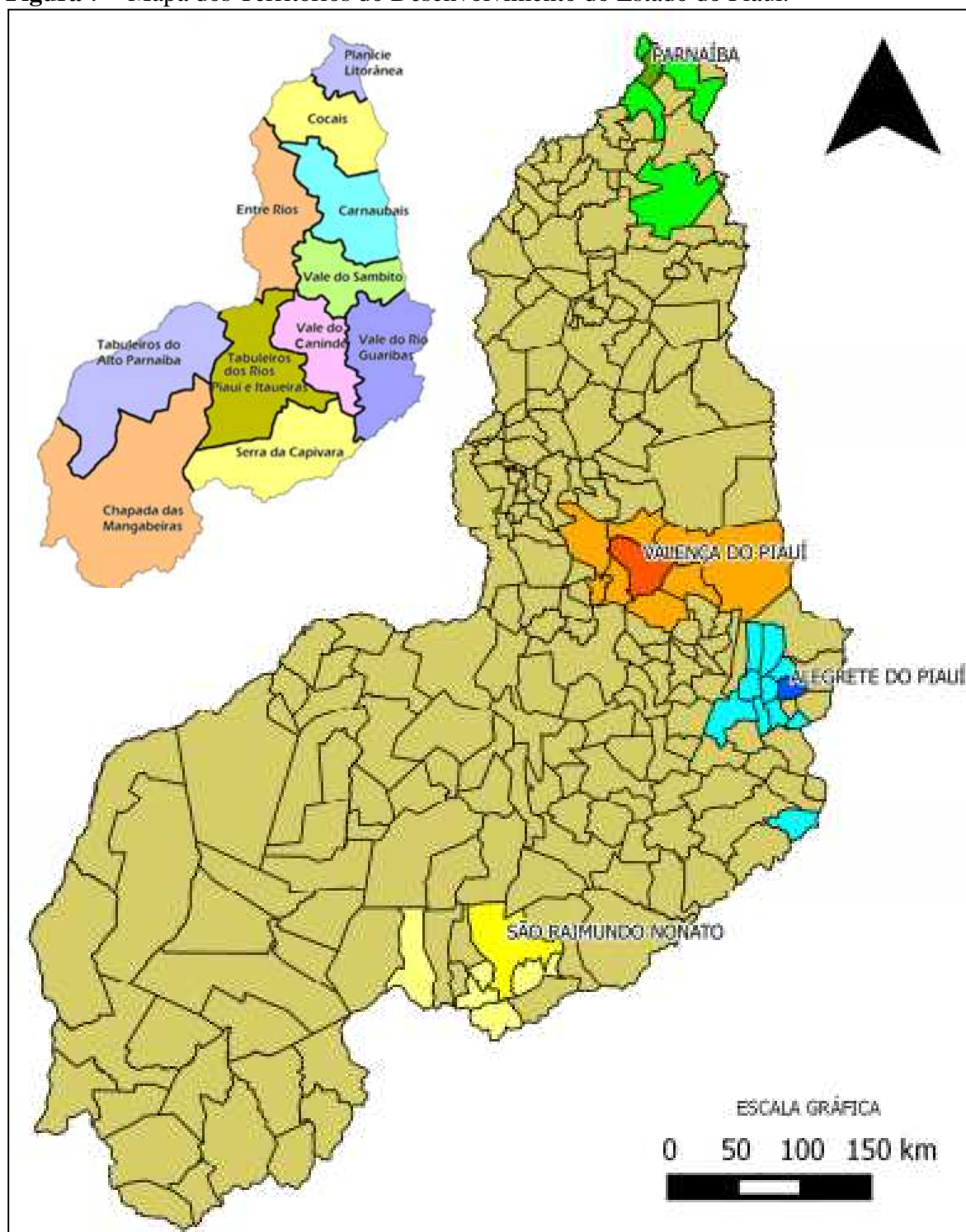
A mesorregião Centro-Norte Piauiense possui uma população total de aproximadamente 1.454.466 habitantes residentes, deste total, 698,011 habitantes são do gênero masculino e 756.455 pertencem ao grupo do gênero feminino conforme destaque na Tabela 4. Ainda segundo o IBGE do total populacional residente na mesorregião 1.129.160, residem na área urbana dos municípios e 325.306 na área rural. Com base nestes dados é possível verificar que o volume populacional residente nas áreas urbanas é muito elevado.

A mesorregião Sudoeste Piauiense possui um total populacional de 511.616 habitantes sendo que 299.542 habitantes residem na área urbana e 212.074 habitantes residem na área rural. (IBGE, 2010). Ainda de acordo com o IBGE (2010) quanto ao gênero à população da mesorregião Sudoeste Piauiense divide-se em 257.674 habitantes do gênero masculino e 253.942 habitantes do gênero feminino (Tabela 4).

A Mesorregião Sudeste Piauiense, segundo IBGE (2010) conta com uma população de 519.395 pessoas, deste total populacional, 257.422 pertencem ao grupo do sexo masculino e 261.973 do sexo feminino (Tabela 4). De acordo com o IBGE (2010) do total populacional que habita a mesorregião, 245.585 são residentes das áreas urbanas dos municípios e 273.810 residem nas áreas rurais.

De acordo com CEPRO (2013) e figura 7, e com o objetivo de identificação das potencialidades econômicas, bem como, realizar uma demanda de qualificação profissional dos cidadãos para constituir mão-de-obra qualificada, o Estado do Piauí foi dividido em unidades definidas como Territórios do Desenvolvimento.

Figura 7 – Mapa dos Territórios do Desenvolvimento do Estado do Piauí.



Fonte: CEPRO, 2013.

Diante disso, na próxima seção será apresentada a expansão do ensino técnico em municípios longínquos do Estado do Piauí, recorte espacial desta investigação, onde em muitos não possuem instituições de educação profissional, implica, pois, de um lado, discutir como se deu essa exponencial expansão Estado e, de outro lado, investigar se essa expansão da formação

técnica contribui ou contribuirá com o desenvolvimento territorial dos municípios ou mesorregiões do Estado do Piauí.

3.2 A REDE e-Tec NO TERRITÓRIO PIAUIENSE

As ações da educação profissional na modalidade a distância, no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI) começam a acontecer de forma mais efetiva em meados de 2007. Na ocasião, foi lançado em parceria, entre a Secretaria de Educação a Distância e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o Edital nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC que tratava acerca do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, mencionado na seção anterior.

Diante disso, foi instituída uma Comissão composta por professores e técnicos administrativos do Instituto Federal do Piauí para que fossem elaborados os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio em atendimento ao referido edital. Foram elaborados 2 (dois) projetos pedagógicos, referentes aos cursos: Técnico de Nível Médio em Administração e Técnico de Nível Médio em Informática.

Paralelamente a isso, foi realizada uma audiência pública no IFPI. Nessa reunião, fizeram-se presentes: Secretários Municipais de Educação e Secretário Estadual de Educação do Piauí. O objetivo da reunião foi para divulgar os 2 (dois) cursos criados, bem como, fomentar a adesão de municípios do Estado do Piauí para se constituírem polos de educação a distância.

Posteriormente, e em resposta ao citado edital, foi enviado ao Ministério da Educação (MEC) a proposta de 9 (nove) polos para a oferta dos cursos técnicos de nível médio em Administração e em Informática na modalidade de educação a distância. Após a submissão dessa demanda, o MEC enviou uma Comissão para avaliar *in loco* os 9 (nove) possíveis polos de educação a distância. Com isso, foram habilitados apenas 4 (quatro) municípios na condição agora de polos de educação a distância no âmbito do Instituto Federal do Piauí. São eles: Alegrete do Piauí, Monsenhor Gil, Batalha e Valença do Piauí.

Dentro dessa linha do tempo, em outubro de 2008, foi lançado o Edital nº 045/2008 que tratava da seleção de alunos para os 2 (dois) primeiros cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância. O início das aulas aconteceu em 2009. Na época foram ofertadas 350 (trezentos e cinquenta) vagas distribuídas nos 4 (quatro) polos e por curso, conforme o quadro 1 apresentado a seguir.

Quadro 1 – Oferta de Cursos Técnico da Rede e-Tec em 2008/2009

CURSOS	QUANTIDADE DE POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
Técnico em Informática	4	200
Técnico em Administração	3	150
Total de vagas		350

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

No ano de 2010, foi lançado o Edital nº 26/2010 com oferta de mais 350 (trezentos e cinquenta) vagas dos cursos técnico de nível médio em Administração e Informática na modalidade de educação a distância nos 4 (quatro) polos. Ainda nesse mesmo ano, foi firmada uma cooperação técnica entre o Instituto Federal do Piauí e a Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC-PI) para ampliação da oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade de educação a distância.

A partir de então, com essa parceria entre as duas instituições começou a expansão, na esfera da Rede e-Tec. A expansão se deu tanto na quantidade de polo de educação a distância, e, por conseguinte, na quantidade de vagas. Apresentam-se no Quadro 2 a seguir 8 (oito) novos polos, com seus respectivos cursos e quantidade de vagas.

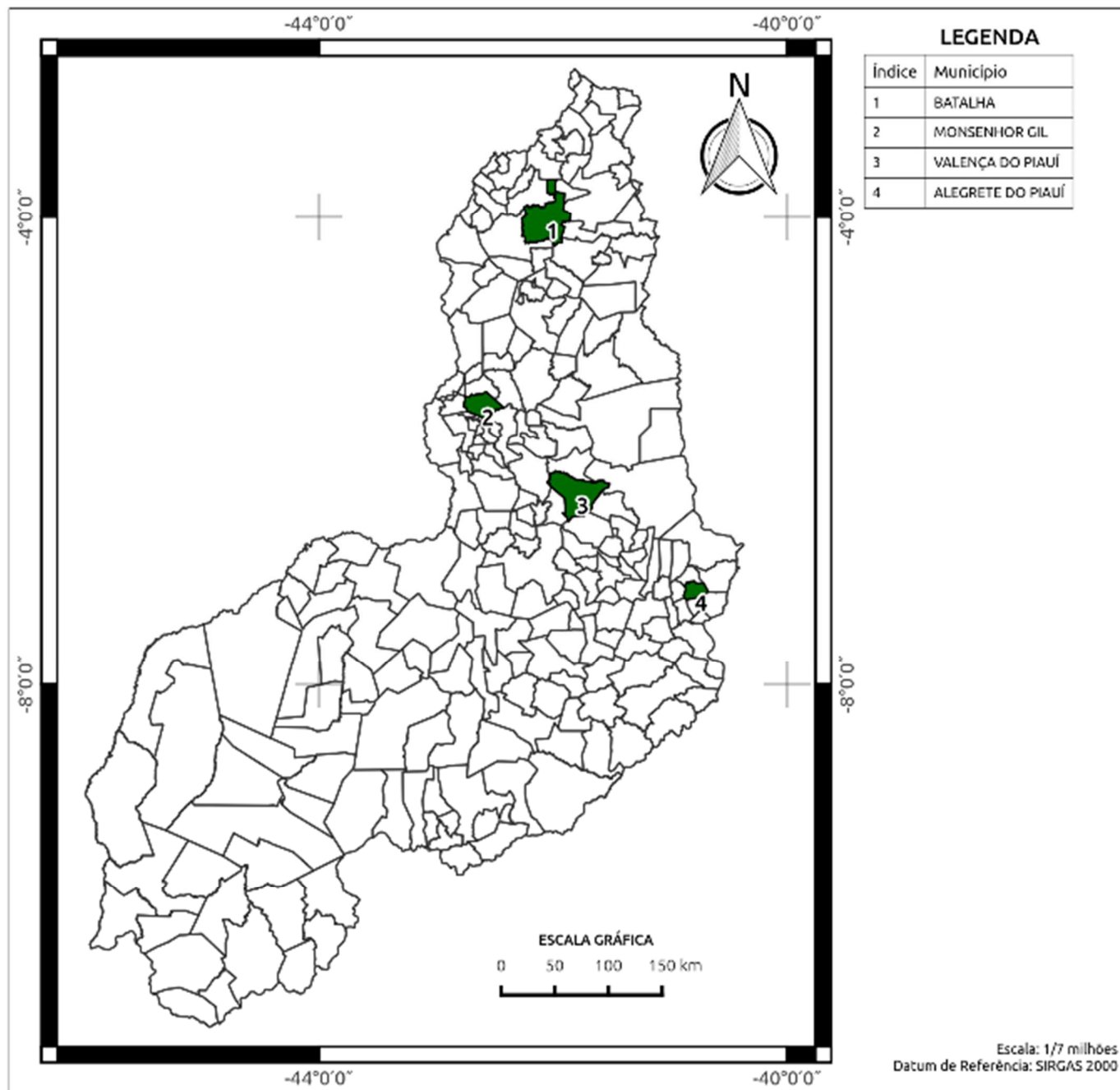
Quadro 2 – Oferta de Cursos Técnico da Rede e-Tec em 2010

CURSOS	QUANTIDADE DE POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
Técnico em Administração	8	400
Técnico em Informática	8	400
Total de vagas		800

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Apresenta-se a figura 8 com os municípios polo da EaD no ano 2008/2009.

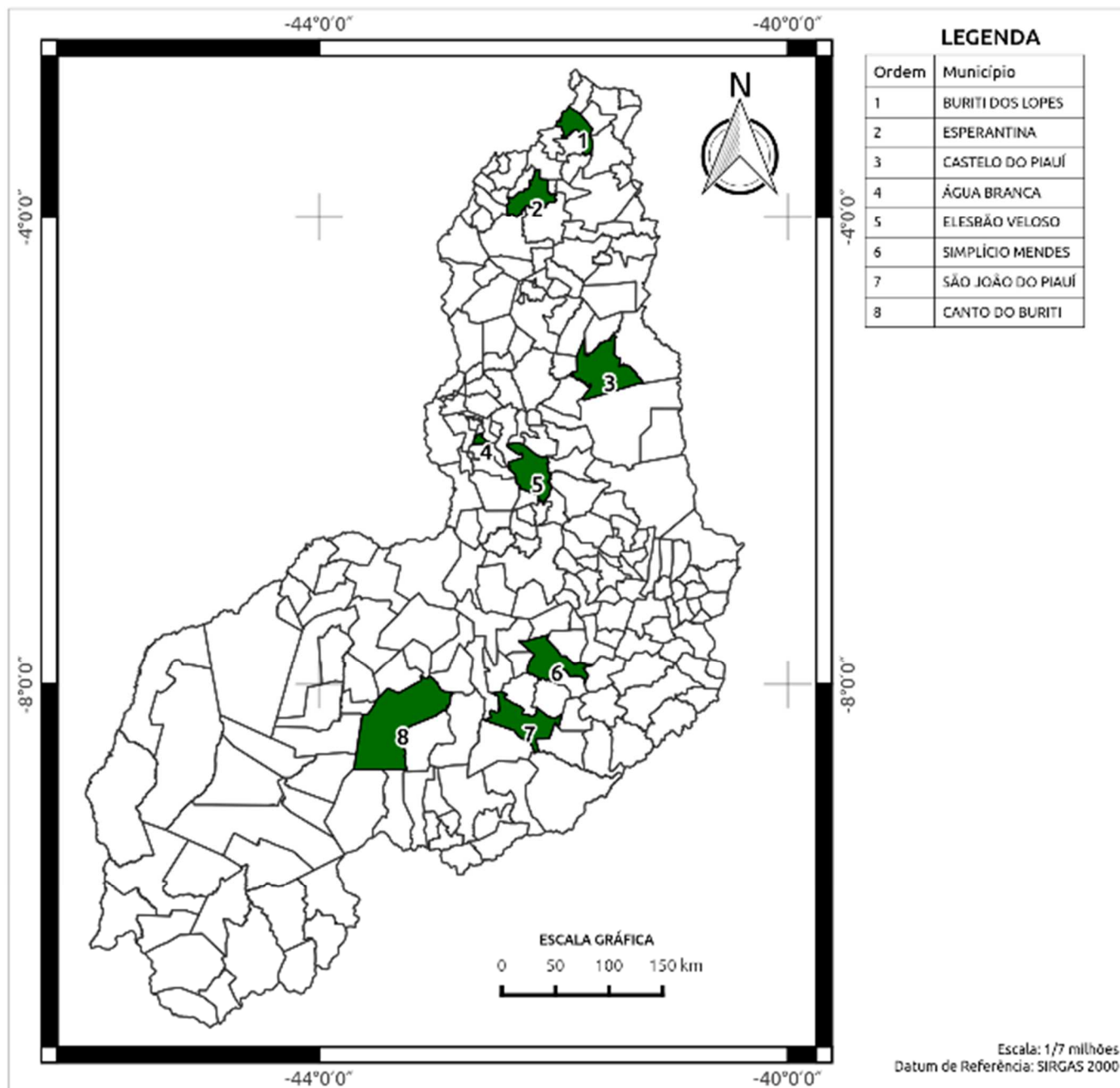
Figura 8 – Municípios polo da EaD em 2008/2009



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Apresenta-se a figura 9 com os municípios polo da EaD no ano 2010.

Figura 9 – Municípios polo da EaD em 2010



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Com esses novos polos oriundos dessa cooperação técnicas, o Instituto Federal do Piauí passa a ter 12 (doze) polos. Antes, porém, de avançar no processo de expansão dos cursos técnicos na modalidade de educação a distância, vale ressaltar que em 2011 foi criada, na estrutura organizacional do IFPI, a Diretoria de Ensino a Distância (DIEAD), unidade vinculada a Pró-reitoria de Ensino (PROEN), responsável por planejar, desenvolver, orientar e monitorar as políticas públicas na modalidade de educação a distância do IFPI.

Entre outras competências da DIEAD, partindo do viés desta investigação, é de ser responsável por analisar as necessidades e organizar a implantação de cursos, que estejam em consonância com a dinâmica do mercado de trabalho, tendências de modernidades e adequação regional.

Notadamente, foi a partir de 2012 que a expansão dos cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância do IFPI se tornou mais significativa. Foi lançado nesse ano o Edital nº 04/2012 que dispunha 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) vagas, ofertadas para o segundo semestre de 2012, distribuídas nos polos localizados nos campi dos IFPI nos seguintes municípios: Angical, Corrente, Floriano, Parnaíba, Paulistana, Picos, Piriipiri, São Raimundo Nonato, Teresina (campus Teresina Central e campus Teresina Zonal Sul) e Uruçuí. O Quadro 3 a seguir estão distribuídos os cursos por polo e quantidade de vagas.

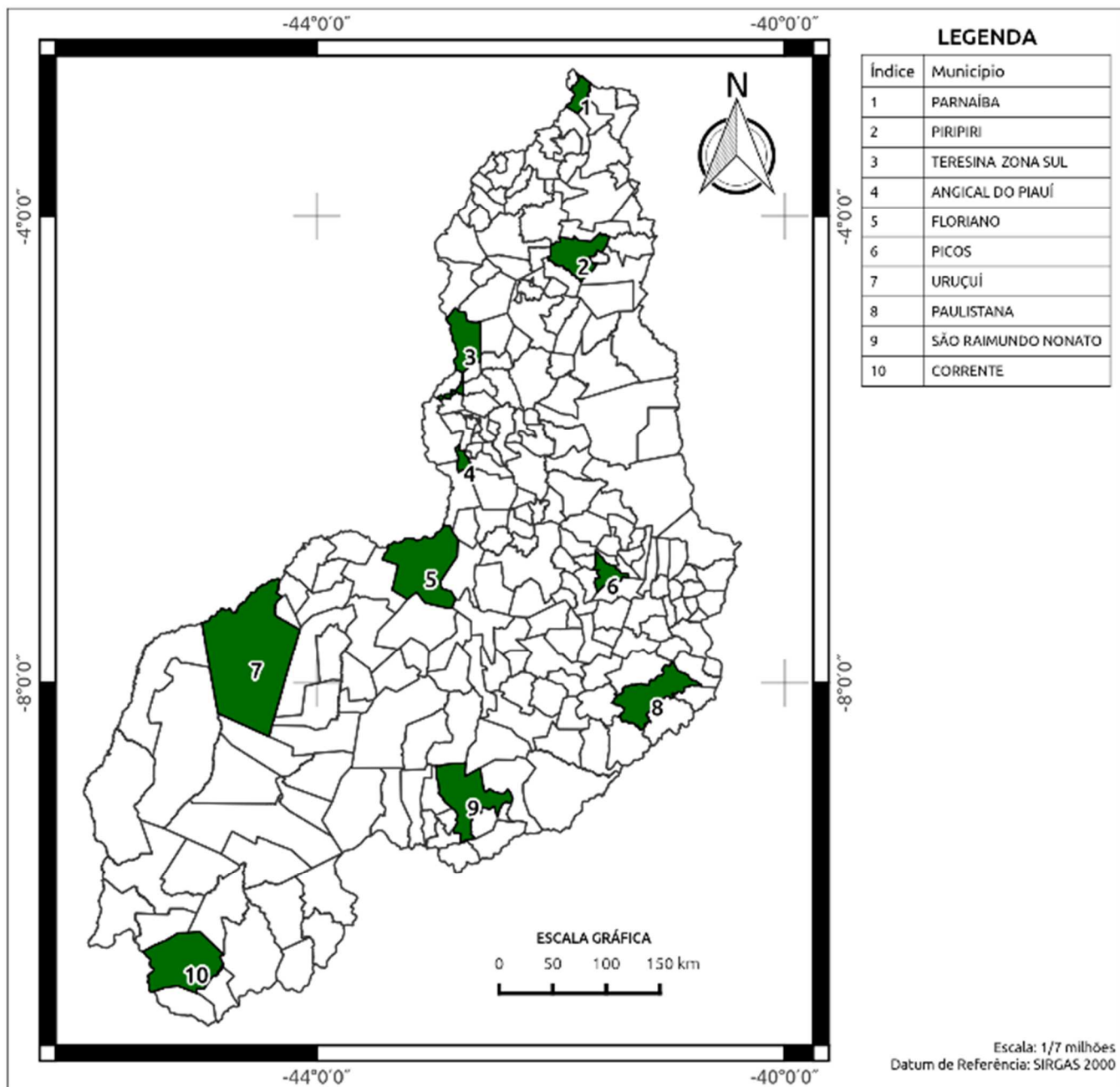
Quadro 3 – Oferta de Cursos Técnicos da Rede e-Tec em 2012

CURSOS	QUANTIDADE DE POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
Técnico em Serviços Públicos	10	500
Técnico em Meio Ambiente	6	300
Técnico em Segurança do Trabalho	7	350
Téc. em Informática para Internet	4	200
Técnico em Eventos	2	100
Total de vagas		1450

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Apresenta-se a figura 10 com os municípios polo da EaD no ano 2012.

Figura 10 – Municípios polo da EaD em 2012



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

A expansão se deu na quantidade de município que em 2013 ampliaram-se para 47 (quarenta e sete) novos polos de educação a distância. São eles: Acauã, Alto Longá, Amarante, Antônio Almeida, Barras, Beneditinos, Bom Jesus, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Cocal, Colônia do Gurguéia, Conceição do Canindé, Coronel José Dias, Cristino Castro, Gilbués, Hugo Napoleão, Inhumas, Ipiranga do Piauí, Jerumenha, José de Freitas, Lagoa Alegre, Landri Sales, Luzilândia, Monsenhor Gil, Nazaré do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora dos Remédios, Oeiras, Olho D'Água, Paes Landim, Pimenteiras, Pedro II, Palmeirais, Pio IX, Piracuruca, Porto, Ribeiro Gonçalves, Santa Cruz dos Milagres, Santo Antônio dos Milagres, São Félix, São Francisco de Assis do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Tapuio, São Pedro, Teresina (polo Dirceu Arcoverde) e União. No Quadro 4 estão distribuídas as 8.800 (oito mil e oitocentas) vagas por polo.

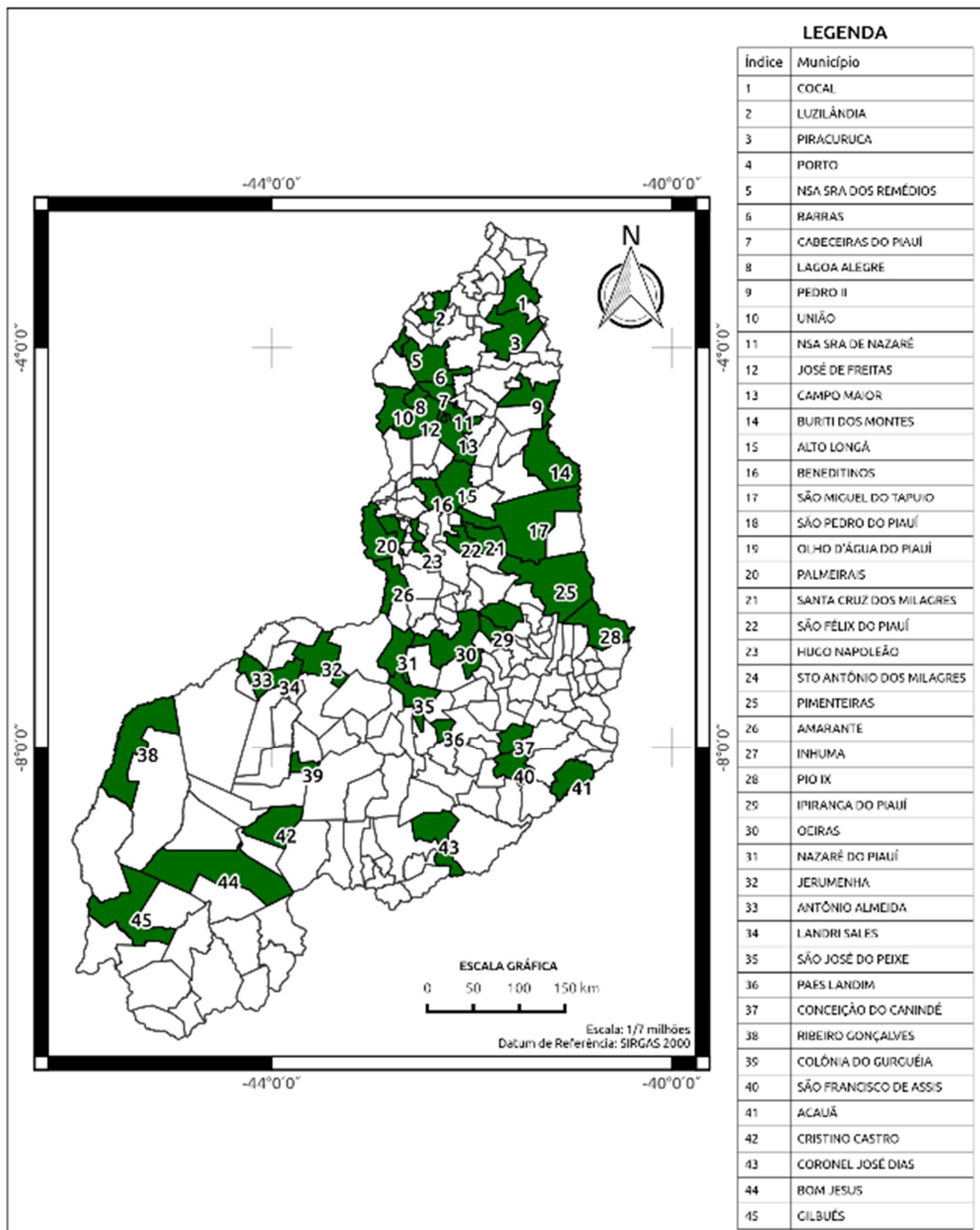
Quadro 4 – Oferta de Cursos Técnicos da Rede e-Tec em 2013

CURSOS	QUANTIDADE DE POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
Técnico em Eventos	25	1350
Técnico em Secretariado	21	1250
Técnico em Meio Ambiente	19	950
Técnico em Segurança do Trabalho	21	1150
Técnico em Informática para Internet	33	1750
Técnico em Logística	18	1150
Técnico em Serviços Públicos	20	1200
Total de vagas		8800

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Apresenta-se a figura 11 com os municípios polo da EaD no ano 2013. Considerando que 2013 foi o ano de maior expansão.

Figura 11 – Municípios polo da EaD no ano 2013



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Conforme se constata, a expansão territorial alcançada pela ampliação de polos de educação a distância e vagas no âmbito do Instituto Federal do Piauí é bastante significativa. Atualmente, o IFPI conta 69 (sessenta e nove) polos, e possui cerca de 12.208 (doze mil e duzentos e oito) alunos cadastrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) referente até o ano de 2013.

Recentemente esse número de alunos ampliou-se para 14.113 (quatorze mil e cento e treze) alunos cadastrados no Sistec, pois em 2014 foram ofertadas 1.900 (mil e novecentas vagas) distribuídas no Quadro 5:

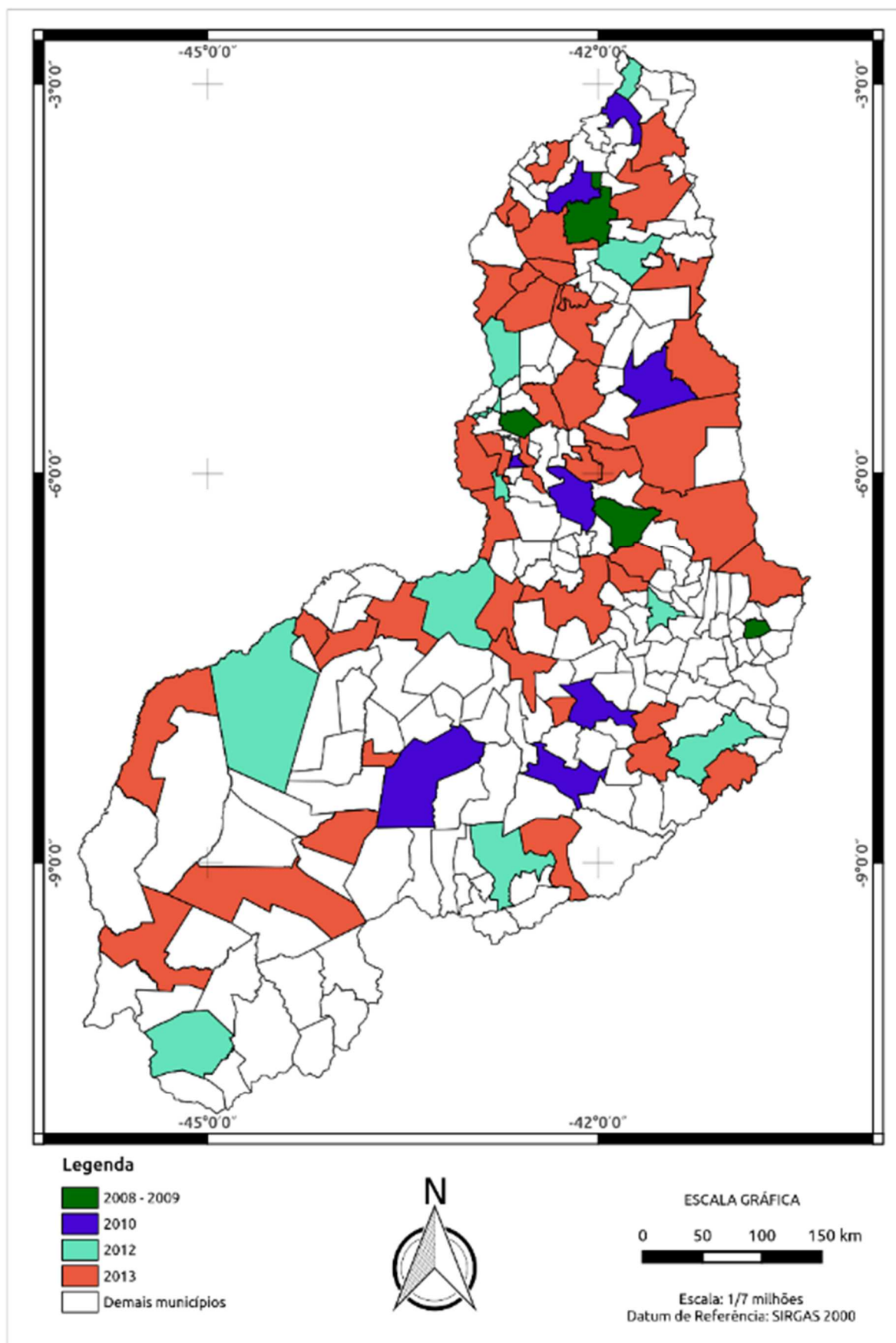
Quadro 5: Oferta de Cursos Técnicos da Rede e-Tec em 2014

CURSOS	QUANTIDADE DE POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
Téc. em Serviços de Condomínio	1	50
Técnico em Cuidados de Idosos	5	250
Técnico em Química	3	150
Técnico em Serviços Jurídicos	10	950
Técnico em Segurança do Trabalho	2	200
Técnico em Meio Ambiente	1	50
Técnico em Administração	3	200
Téc. em Informática para Internet	1	50
Total de vagas		1900

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Evidenciados esses aspectos, a expansão territorial da oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância no Instituto Federal do Piauí, abrange 66 (sessenta e seis) municípios polos, pois a capital Teresina possui 3 (três) polos (Teresina Central, Teresina Zona Sul e Dirceu Arcoverde). Considerando que o Estado Piauí possui 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, a expansão da Rede e-Tec do IFPI atinge cerca de 30% (trinta por cento) dos municípios do Estado. Na figura 12, a seguir, estão representados cartograficamente esses polos.

Figura 12 – Polos da Rede e-Tec 2015



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

De fato, observa-se a expansão dos cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância no Estado do Piauí, nesse sentido, torna-se fundamental destacar a finalidade de cada um desses cursos ofertados, o perfil do egresso, locais de possível atuação do egresso, bem como representá-los cartograficamente no Estado do Piauí. Vale ressaltar que o perfil do egresso é definido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do Ministério da Educação.

Em síntese, os cursos técnicos de nível médio na modalidade de EaD ofertados pelo Instituto Federal do Piauí, e segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos estão distribuídos da seguinte maneira como mostra a tabela 5:

Tabela 5: Distribuição dos cursos da Rede e-Tec por Eixo Tecnológico

EIXOS TECNOLÓGICOS	CURSOS
Gestão e Negócios	Curso Técnico em Logística Curso Técnico em Administração Curso Técnico em Secretariado Curso Técnico em Serviços de Condomínio Curso Técnico em Serviços Públicos Curso Técnico em Serviços Jurídicos
Ambiente e Saúde	Curso Técnico em Cuidados de Idosos Curso Técnico em Meio Ambiente
Controle de Processos Industriais	Curso Técnico em Química
Informação e Comunicação	Curso Técnico em Informática Curso Técnico em Informática Para Internet
Segurança	Curso Técnico em Segurança do Trabalho
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Curso Técnico em Eventos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Outro ponto a ser destacado aqui são os resultados do Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos e-Tec Brasil (SAAS), instrumento esse de avaliação aplicado pelo Ministério da Educação com o objetivo de diagnosticar nacionalmente como está sendo a oferta dos cursos técnicos de nível médio no âmbito da Rede e-tec e quais são os resultados. Este recorte dessa avaliação se deu no segundo semestre de 2012, e foi realizado em todo o território nacional, e contou com uma amostra de 2.543 (dois mil e quinhentos e quarenta e três) estudantes ao todo, sendo que 420 (quatrocentos e vinte) alunos são vinculados a cursos dos Eixos: Ambiente e Saúde e Segurança; 146 (cento e quarenta e seis) alunos são vinculados a cursos do Eixo Controle e Processos Industriais; 671 (seiscentos e setenta e um) alunos são vinculados a cursos do Eixo Gestão e Negócios; 83 (oitenta e três) alunos são vinculados a cursos do Eixo Hospitalidade e Lazer e 662 (seiscentos e sessenta e dois) alunos são vinculados a cursos do Eixo Informação e Comunicação.

Conforme se constatou pela análise dos dados levantados nessa avaliação, os estudantes responderam se o currículo do curso técnico de nível médio na modalidade EaD que eles concluíram está adequado ao mercado de trabalho. A resposta foi agrupada por Eixo Tecnológico, onde 74,3% dos alunos que fizeram cursos técnicos vinculados ao Eixo Gestão e Negócios responderam que o curso está adequado ao mercado de trabalho, assim como 60,6% dos estudantes de cursos do Eixo Informação e Comunicação; 67,5% dos estudantes de cursos do Eixo Hospitalidade e Lazer; 60% dos estudantes de cursos do Eixo Controle e Processos Industriais. Já os estudantes de cursos técnicos vinculados aos Eixos: Ambiente e Saúde e Segurança apontaram que seus respectivos cursos estão com os currículos adequados ao mercado de trabalho.

Na avaliação, verificou-se que, 70,4% dos estudantes responderam que o seu curso contribui para o desenvolvimento econômico regional; 63,7% responderam que o curso atende as necessidades de mão de obra local, e por fim, 64,6% responderam que o curso contribui com as necessidades sociais e culturais da população na região.

Diante do exposto, são apresentadas no Anexo A os perfis dos egressos de cada curso, possibilidades de temas a serem abordados na formação e possibilidades locais de atuação do egresso conforme orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. No tocante aos municípios onde são ofertados os cursos técnicos da Rede e-Tec no âmbito do Instituto Federal do Piauí serão apresentados no Apêndice A.

3.3 MUNICÍPIO POLO EAD VALENÇA DO PIAUÍ

3.3.1 Localização da área do estudo

De acordo com dados contidos no Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP (2006) e FUNDAÇÃO CEPRO (2013) o Município de Valença do Piauí está inserido no Território de Desenvolvimento Vale do Sambito conforme mapa 14, a seguir, onde se pode verificar a localização do município polo nos limites do Estado e os Territórios de Desenvolvimento. A sede municipal de Valença do Piauí localiza-se a 210 quilômetros da capital Teresina com uma altitude de 308 metros acima do nível do mar e as seguintes coordenadas geográficas: 06°24'27'' de latitude sul e 41°44'44'' longitude oeste (CEPRO 2011). Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) o município compreende uma área total de 1.334,629 km² entre área urbana e rural.

O Município de Valença do Piauí criado por meio da Lei nº 128 de 26 de julho de 1948, situa-se na mesorregião Centro-Norte Piauiense e tem como limítrofes os Municípios de Aroazes, Palmeirais e Santa Cruz dos Milagres ao norte, Inhuma e Novo Oriente do Piauí ao sul, Pimenteiras e Lagoa do Sítio a leste, e Elesbão Veloso e Novo Oriente do Piauí a oeste (CPRM, 2004).

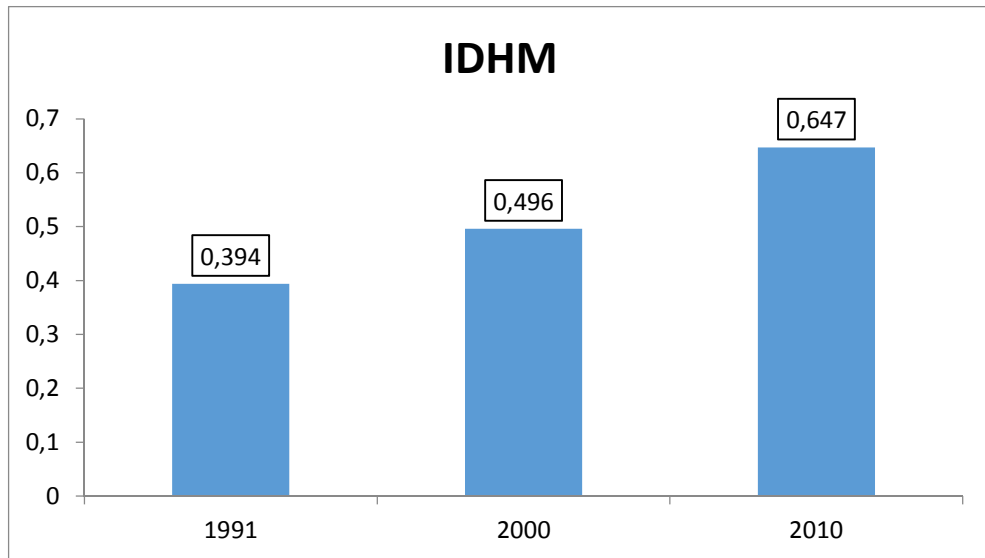
3.3.2 Características socioeconômicas do município

O município de Valença do Piauí, conta com um volume populacional de aproximadamente 20.326 habitantes, com uma densidade demográfica de 15,23 habitantes por quilômetros quadrados (IBGE, 2010). De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010) a população residente na área urbana, onde predomina o maior volume populacional do município, contabiliza aproximadamente, 15.798 habitantes e rural totaliza 4.528 habitantes.

Quanto ao gênero 52,9 % dos habitantes são do sexo feminino e 47,1% do sexo masculino, onde se verifica que o percentual populacional feminino é mais elevado quando comparado ao sexo masculino (IBGE, 2010).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM teve um aumento considerável no decorrer dos anos, onde pode-se observar na figura 13 que o valor do IDHM de 0,394 em 1991 passou para 0,647 no ano de 2010, contabilizando um aumento de 0,253. Ainda segundo o mesmo Atlas o município no ano de 2010 está situado na faixa de Desenvolvimento considerado médio que é quando o IDH do município fica entre 0,6 e 0,699, sendo que no período de duas décadas entre 1991 e 2010 a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a educação, seguida por longevidade e renda.

Figura 13 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Valença do Piauí



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

Com relação à educação no ano 2010 a população com idade escolar totalizava 4.805 habitantes onde a Taxa de analfabetismo do município era de 25,5 % para habitantes de 15 anos (IBGE, 2010).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, considerado um importante indicador de qualidade das escolas brasileiras, o município obteve no ano de 2013 as seguintes notas 4,2 e 3,9 nos anos iniciais do ensino fundamental e anos finais do ensino fundamental respectivamente, sendo que somente os anos iniciais atingiram a meta estipulada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013).

A infraestrutura pública e privada de educação no ano de 2012 no município de Valença do Piauí contabilizou-se 42 unidades voltadas ao público em todos os níveis de ensino, como pode ser observado na tabela 6 (INEP, 2012).

Tabela 6: Número de escolas presentes no Município no ano 2012.

NÍVEL	NÚMERO DE ESCOLAS
Pré-escola	18
Fundamental	21
Médio	3

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional, 2012 / IBGE.

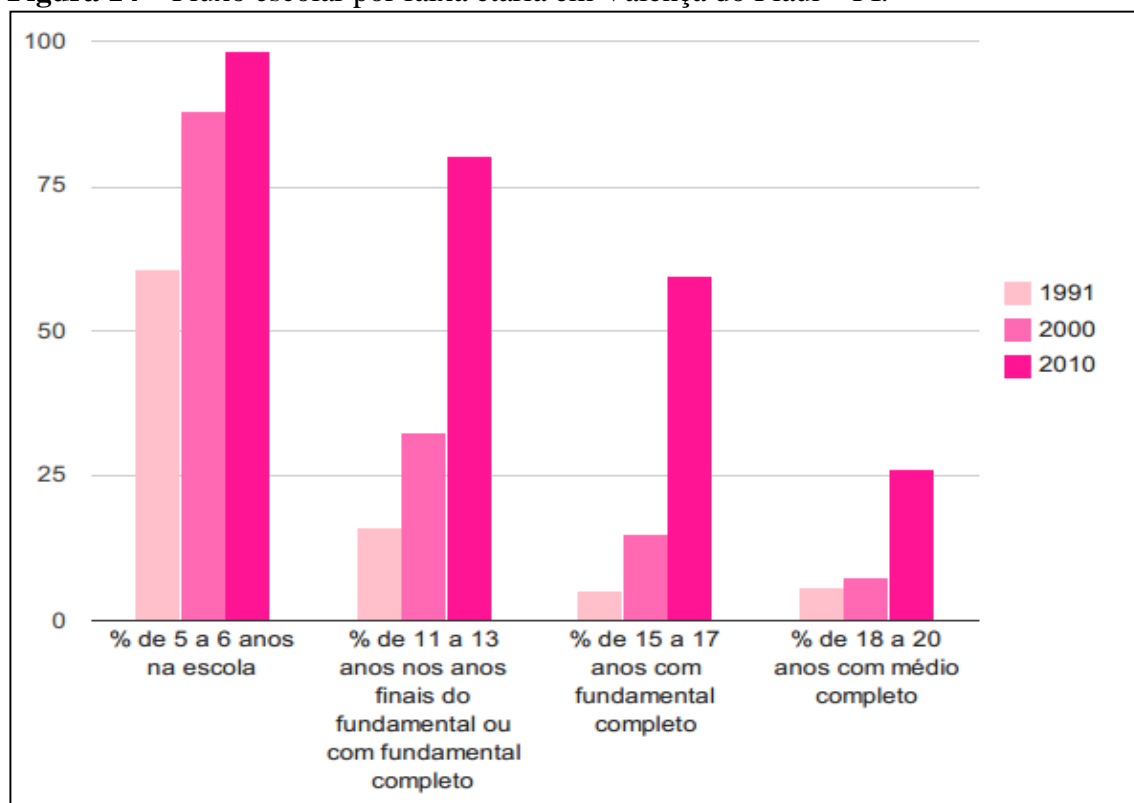
Ainda segundo o Censo Escolar no ano de 2013, o número de estudantes que efetuaram a matrícula no município indica que o ensino fundamental é o período do ensino básico mais frequentado, onde totaliza 3.178 alunos matriculados, seguido pelo ensino médio com 920, onde é possível verificar uma acentuada queda no número de matrículas do ensino básico efetivadas, por fim as matrículas do ensino pré-escolar com um volume de 554 matrículas (tabela 7).

Tabela 7: Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.

MATRÍCULAS	ESTUDANTES
Creches	327
Pré-escolas	554
Ensino Fundamental	3178
Ensino médio	920
Educação de Jovens e Adultos	1625
Educação especial	21

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) no período entre 2000 e 2010 cresceu 11,65% a proporção de crianças de 5 a 6 anos nas escolas, no mesmo período a proporção de jovens com idades entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo aumentou consideravelmente obtendo um percentual de 302,43% e os jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo obtiveram um crescimento de 252,10% conforme figura 14.

Figura 14 – Fluxo escolar por faixa etária em Valença do Piauí – PI.

Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

No que se refere aos serviços de saúde no ano de 2009, o município contava com uma estrutura de 42 estabelecimentos de saúde para os munícipes, sendo que destes 30 unidades são públicos de responsabilidade municipal ou estadual e 12 unidades são consideradas privadas (IBGE, 2010).

Em Valença do Piauí segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a mortalidade infantil, ou seja, mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, obteve uma redução de 39% em 2010 quando comparada ao ano 2000.

A maior parte da população de Valença do Piauí é seguidora da religião Católica Apostólica Romana, com um número de 17.438 seguidores, após vem às religiões Evangélicas com 1.802 seguidores conforme pode ser observado na tabela 8 (IBGE, 2010).

Tabela 8: Tipos de religião existentes no município

RELIGIÃO	PESSOAS
Católica apostólica brasileira	142
Católica apostólica romana	17438
Católica ortodoxa	5
Espírita	23
Evangélicas	1802

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No município ocorre todo o ano um festival denominado Festival Cultural de Quadrilhas de Valença, onde são realizadas muitas apresentações artísticas e culturais, concursos de quadrilhas, shows variados e diversas barracas de comidas típicas. O festival já está na sua 24ª edição.

Dos domicílios analisados no Censo demográfico de 2010, na área urbana de Valença do Piauí, apenas 6,6% têm acesso a saneamento de forma adequada, ou seja, com coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário ou fossa séptica. Aproximadamente 93,2% dos domicílios urbanos, segundo o IBGE (2010), o acesso ao saneamento ocorre de forma semiadequada, haja vista que estes têm acesso a, pelo menos, uma forma de saneamento considerada adequada. Do total de domicílios particulares permanentes do município de Valença do Piauí somente 0,3% são considerados inadequados (IBGE, 2010).

Na área rural, o percentual de domicílios com acesso a saneamento considerado adequado continua 0,1%, mas dos domicílios verificados no censo de 2010, observa-se um aumento no percentual de domicílios que tem acesso ao saneamento de forma semiadequada quando comparada com a área urbana do Município, com percentual de aproximadamente 57% semiadequado, mesmo assim a maior parte dos domicílios rurais, 42%, o acesso a saneamento é considerado como inadequado.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010) do total de 6.153 domicílios analisados 880 possui acesso à telefonia fixa e móvel, 3.817 domicílios dispunham de telefonia móvel e 146 dispunham apenas de telefonia fixa, enquanto 1.310 domicílios não têm acesso a nenhum tipo de serviço de telefonia.

Quanto ao abastecimento de água realizado no município, do total de domicílios pesquisados pelo censo do IBGE (2010) 4.726 são abastecidos por rede geral de distribuição, 36 por meio de poço ou nascente na propriedade e 61 são abastecidos por outras formas.

Do volume total de resíduos sólidos produzidos nos domicílios do Município, 4.744 domicílios destinam estes resíduos para os serviços de coleta e limpeza do município e 79

domicílios dão aos resíduos gerados nas suas dependências outro destino não determinado na pesquisa do Censo do IBGE (2010).

A sede do município dispõe de energia elétrica distribuída pela ELETROBRÁS distribuição Piauí e terminais telefônicos atendidos pela empresa de telefonia Oi, possui ainda, agência de correios e telégrafos.

A economia do município de Valença do Piauí é fundamentada em Serviços, pecuária e agricultura. Na pecuária o Município conta com rebanhos de asininos, bovinos, caprinos, equinos, aves, muares, ovinos, suínos, gado leiteiro e produção de mel (IBGE, 2013).

De acordo com o IBGE (2013) a agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de feijão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho e melancia além do cultivo de banana, laranja, manga, maracujá, coco da baía e o beneficiamento da castanha de caju (tabela 9). Outra fonte da economia local é a extração vegetal realizada no município por meio da extração cera de Carnaúba e madeira.

Tabela 9: Atividades econômicas realizadas nos limites do município

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Banana, castanha de caju, coco da baía, laranja, manga, maracujá, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho.
PECUÁRIA
Asininos, Bovinos, Caprinos, Equinos, Galinhas, Gado leiteiro, Mel de abelha, Muares, Ovinos, Suínos.
EXTRAÇÃO VEGETAL
Cera de carnaúba, Madeira (carvão vegetal, lenha e tora).

Fonte: IBGE, 2013.

No município estão presentes 351 empresas voltadas aos diversos serviços. Sendo estas empresas fonte de emprego e renda para os habitantes do município, segundo o IBGE de 2012, o volume de pessoal ocupado assalariado em Valença do Piauí é de 1.567 pessoas e o salário médio mensal de 1,7 salários mínimos (tabela 10).

Tabela 10: Empresas atuantes, pessoal ocupado assalariado e salário médio mensal no município

Empresas atuantes	351
Pessoal ocupado assalariado	1567
Salário médio mensal	1,7

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2012.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a renda per capita média do município cresceu 122,07% no período de 1991 a 2010 e a taxa da população pertencente ao grupo de extrema pobreza obteve uma redução de 37,38% em 1991 para 27,55% em 2000 e 13,30% no ano de 2010.

O Atlas salienta ainda, que a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, população considerada economicamente ativa, passou de 64,25% em 2000 para 57,71% em 2010, no entanto o percentual da população economicamente ativa desocupada era de 11,23% em 2000 e passou para 8,24% em 2010. Do percentual total de população ocupada no ano de 2010, 27,86% estavam no setor agropecuário, 6,85% na indústria de transformação, 5,84% no setor de construção, 0,82% nos setores de utilidade pública, 16,90% no comércio e 40,50% no setor de serviços (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Na tabela 11 pode-se observar a evolução do Produto Interno Bruto - PIB a preço corrente e per capita no município de Valença do Piauí entre os anos de 2009 e 2012. Onde se verifica um aumento gradativo do PIB no decorrer deste período no PIB a preço corrente e uma pequena redução no PIB per capita (IBGE, 2010).

Tabela 11: Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município

ANO	PIB A PREÇO CORRENTE	PIB PER CAPITA
2009	R\$ 90.154,06	R\$ 5.396,79
2010	R\$ 101.810,24	R\$ 5.008,87
2011	R\$ 109.878,65	R\$ 4.440,65
2012	R\$ 118.065,00	R\$ 5.789,51

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

Quanto à participação dos setores da economia municipal no PIB, evidencia-se o que já fora mencionado anteriormente, que o setor de serviços é o que tem maior participação, sendo

a principal fonte da economia local, seguido pela indústria conforme pode ser verificado na tabela 12.

Tabela 12: Participação dos setores da economia no PIB do município

ANO	IMPOSTOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2009	6,90%	7,60%	12,00%	73,50%
2010	7,30%	7,50%	11,20%	74,10%
2011	7,10%	9,50%	9,40%	74,00%
2012	7,58%	5,76%	13,0%	73,65%

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

3.4 MUNICÍPIO POLO EAD SÃO RAIMUNDO NONATO

3.4.1 Localização da área do estudo

O município de São Raimundo Nonato, com uma altitude de 332 m acima do nível do mar, está localizado no território de desenvolvimento da Serra da Capivara (Mapa 23) e sua sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas de 09°00'55" de latitude sul e 42°41'58" de longitude oeste de Greenwich (CEPRO, 2011, PLANAP, 2006 e CEPRO, 2013).

Com uma área territorial irregular de aproximadamente 2.416 Km², o município São Raimundo Nonato foi criado por meio da Lei nº 669 de 25 de junho de 1912 (CPRM, 2004). Este município está inserido nos limites da microrregião de São Raimundo Nonato e foi desmembrado dos municípios de Jaicós e Jerumenha (CEPRO, 2011 e CPRM, 2004).

Segundo CEPRO (2011) o município dista cerca de 500 Km da capital Teresina e tem como limitantes os municípios de Brejo do Piauí e João Costa ao norte, ao sul com Fartura do Piauí, a leste com Coronel José Dias e São Lourenço do Piauí e a oeste com São Braz do Piauí e Bonfim do Piauí.

3.4.2 Características socioeconômicas do município

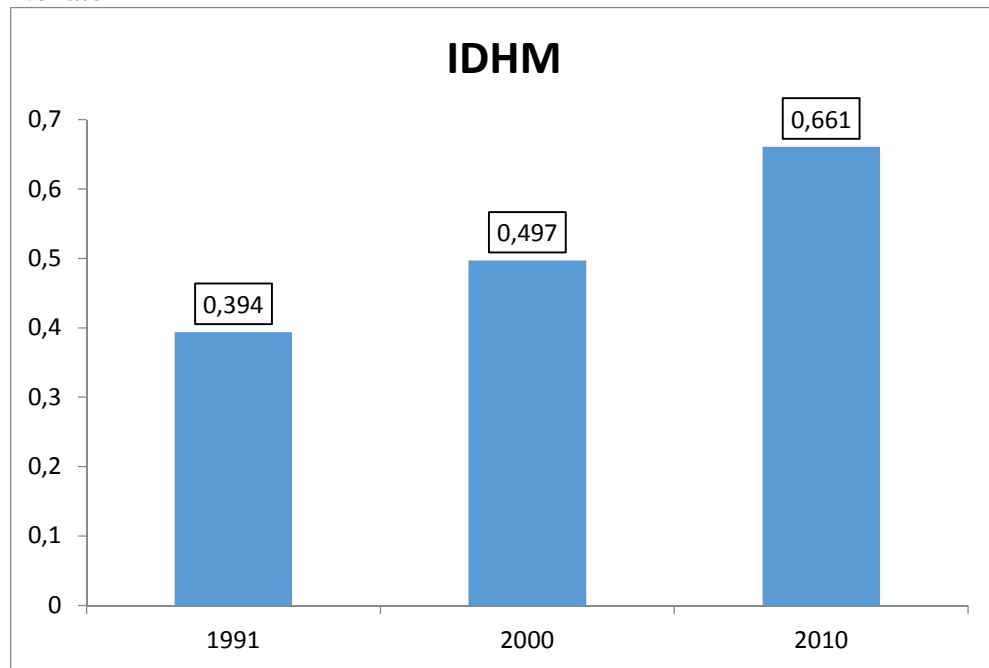
O município de São Raimundo Nonato, localizado nos limites da mesorregião Sudoeste Piauiense, contabiliza um volume populacional de aproximadamente 32.327 habitantes, com uma densidade demográfica de 13,38 habitantes por Km² (IBGE, 2010). O município de São Raimundo Nonato situa-se no Território de Desenvolvimento da Serra da Capivara. Além disso, o município localiza-se na macrorregião Semiárido.

Com base nas informações concedidas pelo Censo Demográfico do IBGE realizado no ano de 2010, a população são-raimundense residente na área urbana do município representa um volume populacional superior à população residente na área rural, contabilizando uma diferença de aproximadamente 10.205 habitantes, visto que na área urbana residem 21.266 habitantes e na área rural 11.061 habitantes.

Quanto à referência de gênero os habitantes de São Raimundo Nonato dividem-se da seguinte forma 50,8% dos habitantes pertencem ao gênero feminino e 49,2% ao gênero masculino, neste caso a diferença entre os dois gêneros pode ser considerada pequena, ainda assim contabilizando um volume de 533 habitantes a mais para o gênero feminino (IBGE, 2010).

Na figura 15 é possível verificar que no período analisado, o ano de 2010, obteve um aumento considerável no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Neste caso no ano de 1991 este índice era de 0,394 passando para 0,661 no ano de 2010, o que totalizando um aumento de 0,267 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Figura 15 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São Raimundo Nonato



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

Com um Índice de Desenvolvimento de 0,661, no ano de 2010 o município de São Raimundo Nonato está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio que varia entre 0,6 e 0,699 e evidenciou ainda um aumento no IDH municipal de 67,77% no período de 1991 a 2010, acima da média de crescimento nacional que foi de 47% e abaixo da média de crescimento estadual de 78% no mesmo período segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

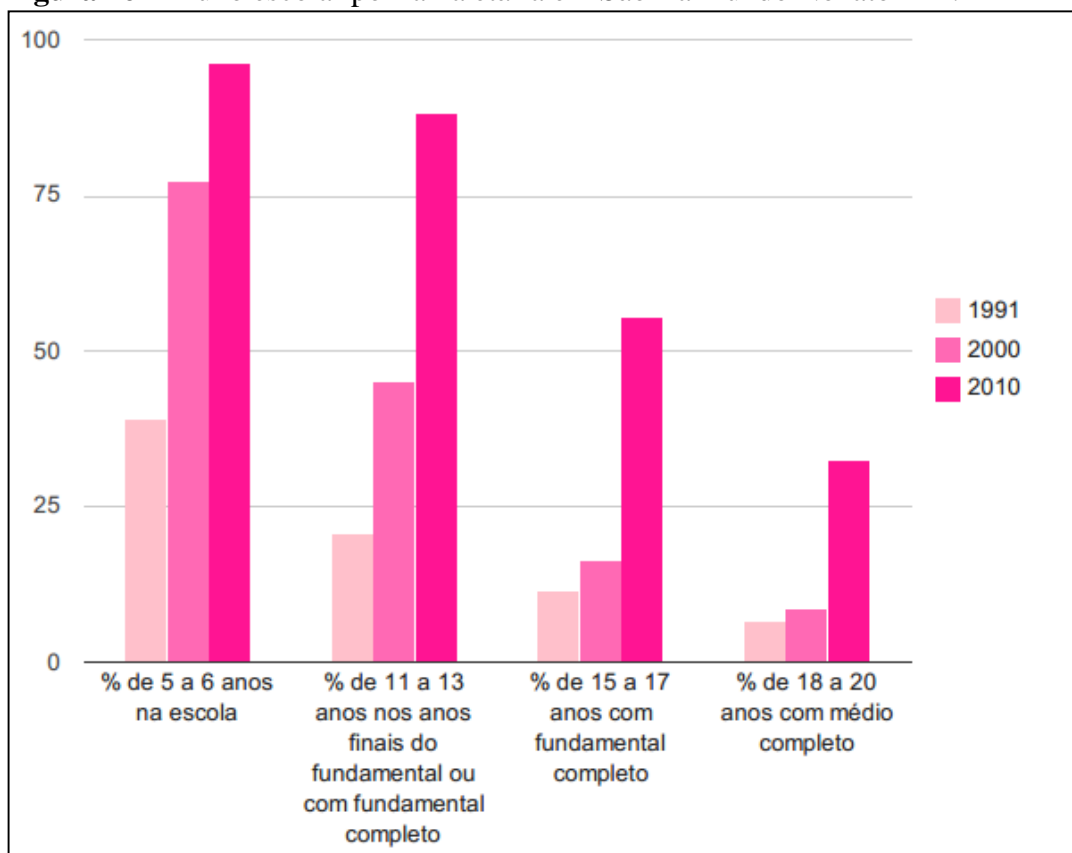
Ainda de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) das dimensões avaliadas para a obtenção do IDH municipal, a educação, foi a dimensão que mais cresceu no período entre os anos de 2000 e 2010, esta dimensão obteve um crescimento, em termos absolutos, de 0,265, seguida por Renda e Longevidade.

No que se refere à educação básica, segundo dados fornecidos pelo IBGE (2010), a população municipal com idade escolar, ou seja, com idade entre 04 e 17 anos, totalizava 8.376 habitantes com uma Taxa de analfabetismo de 20,2 % para habitantes com 15 anos ou mais.

De acordo com dados da figura 16 e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), no período de 2000 a 2010, o percentual de crianças com idade entre 5 a 6 anos na escola cresceu, atingindo um percentual de 24,37% assim como o percentual de crianças com idades entre 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental que obteve um aumento de 96,70% entre 2000 e 2010. Quanto à proporção de jovens também foi possível

verificar um aumento no percentual em todas as faixas etárias analisadas, jovens com idades entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo obtiveram um crescimento de 240,11% entre 2000 e 2010 e jovens com idades entre 18 e 20 anos com ensino médio completo este crescimento atingiu um percentual de 285,56% no mesmo período (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Ainda é possível verificar na figura 15 que de todo o período analisado, a última década é o período que apresenta um maior crescimento, com uma diferença muito significativa quando comparada a década anterior.

Figura 16 – Fluxo escolar por faixa etária em São Raimundo Nonato – PI.



Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

A avaliação da qualidade do ensino fundamental no município é realizada por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB considerado um importante indicador de qualidade das escolas brasileiras. Porém de acordo com este índice no ano de 2013 o município de São Raimundo Nonato não atingiu as metas estipuladas pelo INEP, que eram de 3,8 nos anos iniciais do ensino fundamental e 3,5 nos anos finais (INEP, 2013). Ainda de acordo com INEP (2013) as notas obtidas pelo município naquele ano foram as seguintes: 3,1 e 3,0 nos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental respectivamente.

Segundo o Censo Educacional de 2012 realizado pelo Ministério da Educação a infraestrutura pública e privada educacional existente no município no ano de 2012 contabilizava 80 unidades educacionais voltadas ao público em todos os níveis de ensino, como pode ser observado na tabela 13 (INEP, 2012)

Tabela 13 – Número de escolas presentes no Município no ano 2012

NÍVEL	NÚMERO DE ESCOLAS
Pré-escola	33
Fundamental	39
Médio	8

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Quanto ao número de matrículas da educação básica realizadas no município de São Raimundo Nonato no ano de 2013 observa-se na tabela 14 que o ensino fundamental é o período que apresenta maior procura, com um número de aproximadamente 5.232 estudantes matriculados (INEP 2013).

Tabela 14 – Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.

MATRÍCULAS	ESTUDANTES
Creches	460
Pré-escolas	874
Ensino Fundamental	5232
Ensino médio	1716
Educação de Jovens e Adultos	869

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013.

Os serviços de saúde ofertados no município no ano de 2009, contavam com uma estrutura de 25 estabelecimentos, sendo que destes 17 unidades são públicos de responsabilidade municipal ou estadual e 8 unidades são consideradas privadas (IBGE, 2010).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade em São Raimundo Nonato obteve uma redução 34%, já a esperança de vida ao nascer, outro indicador importante que compõe o IDH municipal,

obteve um aumento de 6,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 65,2 anos em 1991 para 67,4 anos em 2000, e para 71,8 anos em 2010.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE no ano de 2010 a maior parcela da população devota de São Raimundo Nonato é seguidora da Religião Católica Apostólica Romana, com um expressivo número de seguidores, 28.355 pessoas, representando um percentual de aproximadamente 88% da população municipal (IBGE, 2010) e Tabela 15.

Tabela 15 – Tipos de religião existentes no município

RELIGIÃO	PESSOAS
Católica Apostólica Romana	28355
Católica ortodoxa	12
Judaísmo	11
Evangélicas	3102

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto aos resíduos sólidos gerados nos domicílios do Município de São Raimundo Nonato, 5.489 domicílios destinam estes resíduos para os serviços de coleta e limpeza do município e 594 domicílios dão aos resíduos gerados nas suas dependências outro destino não determinado na pesquisa do Censo do IBGE (2010).

Segundo o Censo demográfico de 2010, do total de domicílios presentes na área urbana do município, 5,3% têm acesso à forma de saneamento considerada adequada, que é quando a população tem acesso aos serviços de coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário ou fossa séptica, 93,1% dos domicílios urbanos, tem acesso ao saneamento de forma semiadequada, ou seja, quando ocorre, pelo menos, uma forma de saneamento considerada adequada. Ainda de acordo com o IBGE (2010) no município de São Raimundo Nonato 1,7% dos domicílios tem acesso a saneamento considerado inadequado.

De um universo de 3.204 domicílios rurais pesquisados nem um destes domicílios possuem acesso a saneamento considerado adequado, no entanto a maior parte dos domicílios rurais está inserida na forma inadequada de saneamento com um percentual de aproximadamente 84,7% e 15,2% tem acesso ao saneamento considerado como semiadequado.

O abastecimento de água realizado no município, segundo o censo do IBGE (2010) ocorre das seguintes formas: rede geral de distribuição, abastecendo 5.752 domicílios, poço ou nascente na propriedade fornecendo água a 19 domicílios e outras formas de abastecimento, atingindo 312 domicílios.

Segundo o censo demográfico do IBGE (2010) do total de 9.300 domicílios analisados 790 possui acesso à telefonia fixa e móvel, 5.643 domicílios dispunham de telefonia móvel e 101 dispunham apenas de telefonia fixa, enquanto 2.767 domicílios não têm acesso a nenhum tipo de serviço de telefonia.

O município dispõe de energia elétrica distribuída pela ELETROBRÁS distribuição Piauí e conta com terminais telefônicos operados pela empresa de telefonia Oi, possui ainda, agência de correios e telégrafos e diversas agências bancárias. Além de campus de Universidades públicas, como a Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí Universidade Federal Vale do São Francisco, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e Universidade Aberta do Piauí. Outro destaque do município são os casarões estilo colonial datados do século XIX e início do século XX presentes na área urbana e ainda o Museu do Homem Americano, com exposições de peças arqueológicas e paleontológicas.

A economia municipal de São Raimundo Nonato é fundamentada nos setores de Serviços, pecuária e de acordo com IBGE (2013) engloba também as atividades do setor da agricultura baseada principalmente na produção sazonal de feijão e milho, ainda o cultivo de mandioca, mamona e banana e o beneficiamento da castanha de caju (tabela 16). Outra fonte da economia refere-se à extração vegetal realizada no município por meio da extração do fruto de Umbu e madeira utilizada na produção de carvão vegetal, lenha e toras (IBGE, 2013).

Tabela 16 – Atividades econômicas realizadas nos limites do município

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Banana, castanha de caju, feijão, mamona, mandioca, milho.
PECUÁRIA
Bovinos, Caprinos, Equinos, Galinhas, Gado leiteiro, Mel de abelha, Ovinos, Suínos.
EXTRAÇÃO VEGETAL
Umbu (fruto), Madeira (carvão vegetal, lenha e tora).

Fonte: IBGE, 2013.

A pecuária existente no Município conta com rebanhos de bovinos, caprinos, equinos, aves, ovinos, suínos, gado leiteiro e ainda a produção de mel (IBGE, 2013).

Segundo o IBGE (2012) atuam no município 811 empresas voltadas a diversas atividades e serviços, sendo estas consideradas importantes fontes de emprego e renda para os habitantes locais, o número de pessoal ocupado assalariado é de 2.916 pessoas e o salário médio mensal do município atinge 1,7 salários mínimos (tabela 17).

Tabela 17 – Empresas atuantes, pessoal ocupado assalariado e salário médio mensal no município

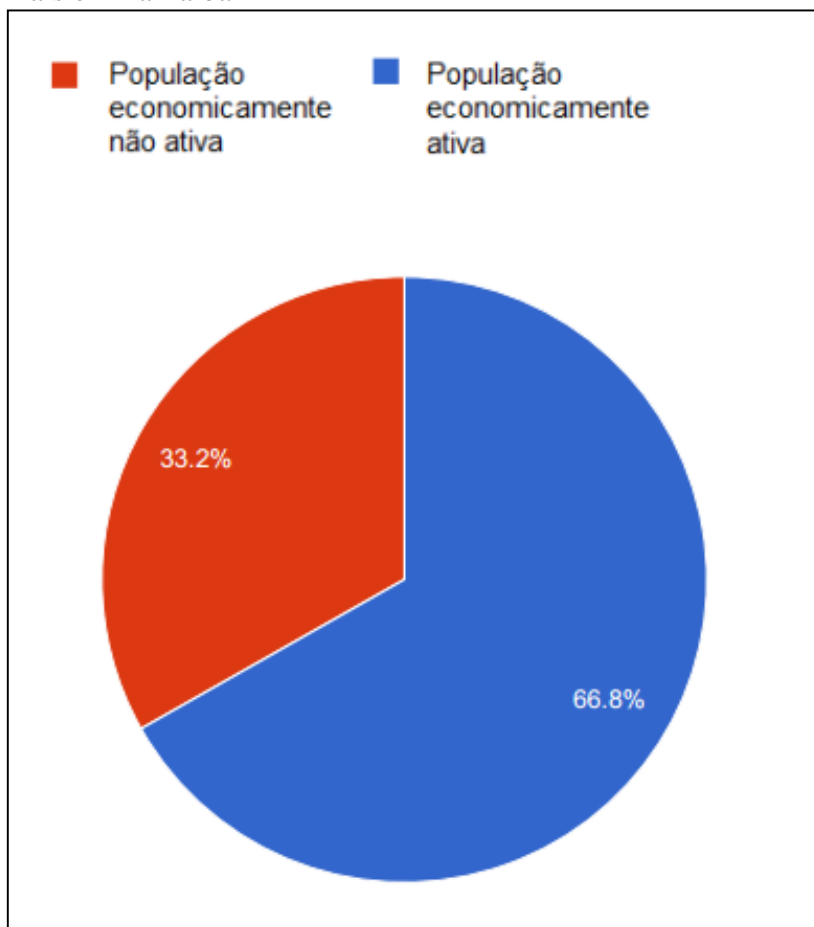
Empresas atuantes	811
Pessoal ocupado assalariado	2916
Salário médio mensal	1,8

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2012.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a renda per capita média do município cresceu 138,35% no período entre os anos de 1991 e 2010, passando de R\$170,42 em 1991 para R\$231,30 em 2000 e R\$406,20 em 2010 e a população pertencente a faixa de extrema pobreza, obteve uma redução ao longo dos anos, passando de 37,50% em 1991 para 23,92% em 2000 e para 12,78% em 2010.

Na figura 17 verifica-se que a taxa da população economicamente ativa com 18 anos ou mais atingiu um percentual de 66,80% no ano de 2010, ao mesmo tempo em que a taxa da população economicamente não ativa, obteve um percentual de 33,2% no mesmo ano, estes valores evidenciam que no ano de 2010 a taxa de atividade da população com 18 anos ou mais é maior na população economicamente ativa.

Figura 17 – Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais em Parnaíba



Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) no ano de 2010, do total de pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 37,20% das pessoas trabalhavam no setor de serviços, sendo este o setor com maior destaque, seguindo pelo setor agropecuário com 27,35%, comércio com 18,34%, setor de construção com 10,01%, indústria de transformação com 5,58% e setores de utilidade pública com 0,87%.

Na tabela 18 pode-se observar a evolução do Produto Interno Bruto a preço corrente e per capita no município entre os anos de 2009 e 2012. Onde se verifica um aumento gradativo do PIB no decorrer deste período, tanto a preço corrente, quanto per capita (IBGE, 2010).

Tabela 18 – Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município

ANO	PIB A PREÇO CORRENTE	PIB PER CAPITA
2009	R\$ 155.168,00	R\$ 4.816,79
2010	R\$ 173.233,00	R\$ 5.358,78
2011	R\$ 202.903,00	R\$ 6.203,16
2012	R\$ 215.978,00	R\$ 6.515,58

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

De acordo com dados do IBGE de 2012, no que se refere à participação dos setores da economia municipal no PIB do município, contata-se o que o setor de serviços é o setor com maior participação, no período avaliado, atingindo o maior percentual de 77,00% no ano de 2012, seguido pela indústria, impostos e agropecuária, conforme pode ser verificado na tabela 19.

Tabela 19 – Participação dos setores da economia no PIB do município

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	IMPOSTOS
2009	5,76%	10,25%	75,30%	8,70%
2010	3,43%	12,00%	75,80%	8,78%
2011	3,70%	13,00%	74,60%	8,71%
2012	1,00%	12,59%	77,00%	9,40%

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

Outro fator importante para economia local refere-se ao setor do turismo, amplamente realizado na região devido à diversidade de sítios arqueológicos e paleontológico, encontrados principalmente nas dependências do Parque Nacional da Serra da Capivara, muitos destes abertos à visitação do público em geral, além das diversas pinturas rupestres encontrada na área do município.

3.5 MUNICÍPIO POLO EAD PARNAÍBA

3.5.1 Localização da área do estudo

O município polo de Parnaíba localiza-se na mesorregião Norte Piauiense (figura 18) conforme o IBGE (2010). Devido ao estado do Piauí dividir-se ainda em macrorregiões (figura

18). O município de Parnaíba localiza-se na macrorregião piauiense denominada Macrorregião Litoral, conforme dados da CEPRO (2013).

Segundo CPRM (2004), PLANAP (2006) e CEPRO (2013) o município de Parnaíba encontra-se inserido dentro dos limites do Território de Desenvolvimento Planície Litorânea (Figura 5) e tem como limitantes em suas divisas o município de Ilha Grande e o oceano atlântico ao norte, os municípios Buriti dos Lopes e Cocal ao Sul, Ilha Grande a leste e por fim o estado do Maranhão a oeste.

Localizado na região norte do estado, o município de Parnaíba foi criado no ano de 1844, por meio da Lei Provincial nº 166 de 16 de agosto de 1844, sendo desmembrado do município de Piracuruca (CPRM, 2004). De acordo com o IBGE, (2010) o município compreende uma área de 435,573 quilometro quadrado encontra-se inserido na Microrregião do Litoral Piauiense.

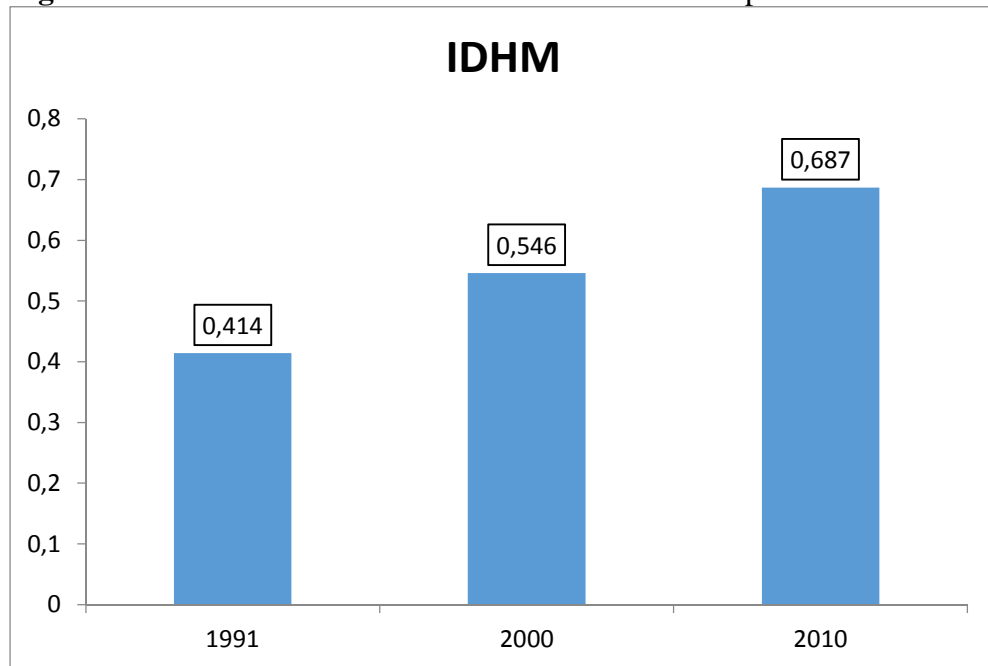
Com uma altitude de 5 m acima do nível do mar a sede municipal encontra-se inserida nas seguintes coordenada geográficas: 02°54'17", latitude sul e 41°46'36", longitude oeste de Greenwich distando cerca de 318 quilometro da capital Teresina (CPRM,2004).

3.5.2 Características socioeconômicas do município

O município de Parnaíba contabiliza um volume populacional de aproximadamente 145,705 habitantes, sendo considerado o segundo município mais populoso do Estado (IBGE, 2010), deste volume 75.978 são habitantes do sexo feminino e 69.727 pertencem ao sexo masculino.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE, realizado no ano 2010 a densidade demográfica do município de Parnaíba é de 334,51 hab/km². Do volume populacional total 8.220 pessoas residem na área rural do município e 137.485 pessoas, residem na área urbana.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Parnaíba segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) teve um aumento significativo no decorrer dos anos, onde no ano de 1991 era 0,414, no ano de 2000, foi 0,546 e no último ano estudado, 2010, totalizou 0,687, aferindo uma taxa de crescimento entre os anos de 2000 e 2010 de 25,82%. Estes índices podem ser verificados na figura 18.

Figura 18 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Parnaíba

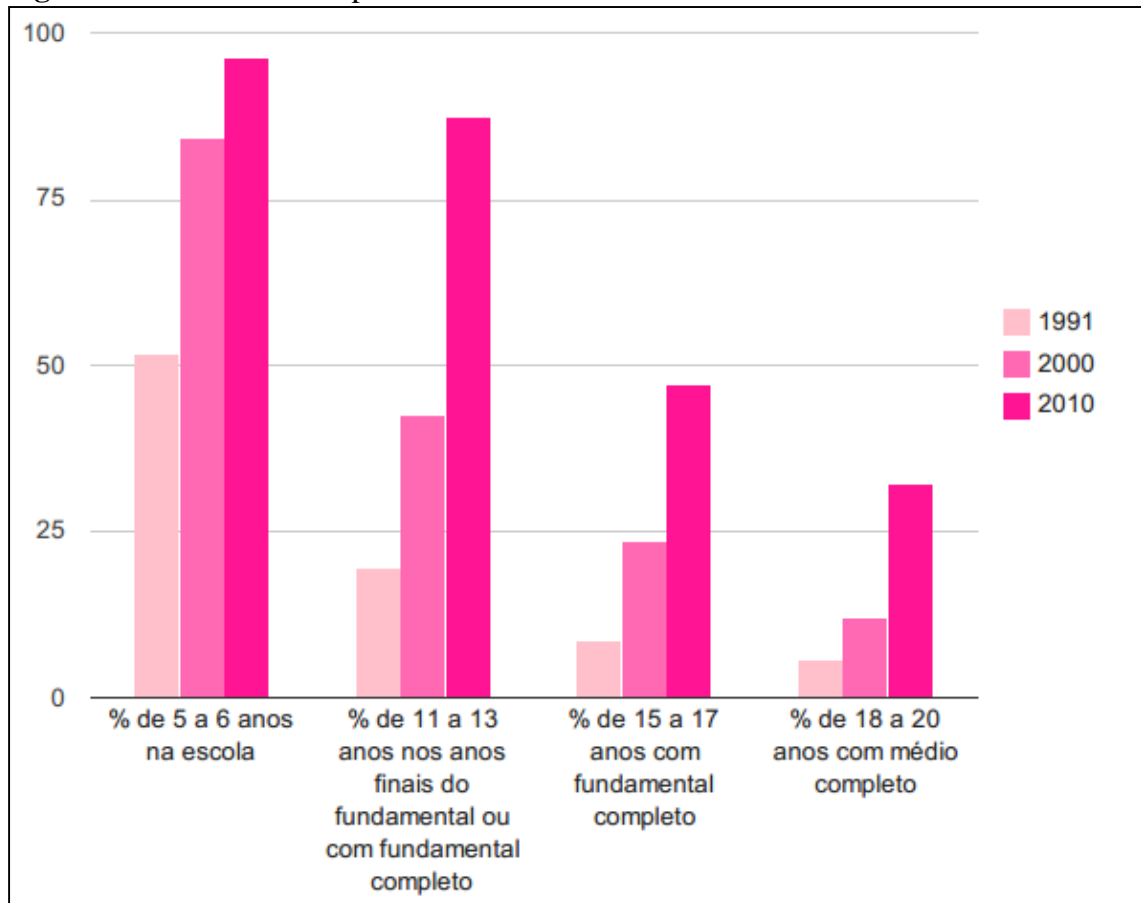
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

Devido ao valor do IDH no município no ano de 2010 ter totalizado 0,687, o mesmo encontra-se situado na faixa de Desenvolvimento Humano médio que vai de 0,6 e 0,699, dentre as dimensões avaliadas para a definição do IDH do município estão à dimensão da educação, longevidade e renda (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

A dimensão que mais cresceu em termos absolutos no município, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), no período de 2000 a 2010, foi a Educação, com um crescimento de 0,223, seguida por Longevidade e por Renda. Ainda de acordo com o Atlas Parnaíba teve um crescimento de 65,94% no seu IDHM no período das últimas duas décadas, este percentual está acima da média de crescimento nacional que é de 47%, porém, abaixo da média de crescimento do estado, 78%.

Quanto à educação a Taxa de analfabetismo do município no ano de 2010 totalizava 16,5% para habitantes com mais de 15 anos. A população com idade escolar totalizava 36.255 habitantes (IBGE, 2010).

Na última década a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 14,44%, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), neste mesmo período o percentual de crianças de 11 a 13 anos que frequentavam os anos finais do ensino fundamental cresceu 105,41%, quanto aos jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo este crescimento atingiu o percentual de 99,62%, jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo o crescimento chegou a 168,68% (figura 19).

Figura 19 – Fluxo escolar por faixa etária em Parnaíba – PI.

Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, no município obteve no ano de 2013 as seguintes notas 4,1 e 3,3 nos anos iniciais do ensino fundamental e anos finais do ensino fundamental respectivamente, sendo que somente os anos iniciais atingiram a meta estipulada pelo INEP (INEP, 2013). Ainda segundo o INEP (2012) a infraestrutura pública e privada de educação no ano de 2012 no município de Parnaíba contabilizou-se 209 unidades voltadas ao público, sendo que a maior representação refere-se ao ensino fundamental com 105 unidades seguida pelo ensino pré-escolar com 80 unidades, e por fim ensino médio com 24 unidades escolares.

Ainda segundo o Censo Educacional do INEP (2013), o número de estudantes matriculados no município evidencia que o ensino fundamental é o período do ensino básico mais frequentado. Isso porque o total de matrículas realizadas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental totalizaram 21.873 alunos, após vem o ensino médio com 7.497 estudantes e a educação de jovens e adultos com 5.407 (tabela 20).

Tabela 20 – Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.

MATRÍCULAS	ESTUDANTES
Creches	573
Pré-escolas	4606
Ensino Fundamental	21873
Ensino médio	7497
Educação de Jovens e Adultos	5407

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013.

Na saúde, Parnaíba disponha de uma estrutura que contava com 85 estabelecimentos de saúde para os municípios no ano de 2009, sendo que 29 unidades são públicas de responsabilidade municipal ou estadual e 56 unidades são consideradas privadas (IBGE, 2010).

A taxa de mortalidade infantil em crianças com menos de um ano de idade no município de Parnaíba obteve uma redução de 50% entre 2000 e 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) neste mesmo período o município obteve um aumento de 13,1 anos na esperança de vida ao nascer, onde em 1991 era de 60,9 anos e em 2010 passou para 74,0 anos.

No que se refere à religião a maioria da população de Parnaíba é seguidora da religião Católica Apostólica Romana, com um número muito expressivo de seguidores que contabiliza 111.351 fiéis, após vem às religiões Evangélicas com um total de 20.403 seguidores conforme pode ser observado na tabela 21 (IBGE, 2010).

Tabela 21 – Tipos de religião existentes no município

RELIGIÃO	PESSOAS
Católica apostólica brasileira	400
Católica apostólica romana	111.351
Católica ortodoxa	105
Espírita	1138
Evangélicas	20.403
Umbanda e Candomblé	107

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A região do município de Parnaíba dispõe de diversas belezas naturais que são consideradas pontos turísticos como o Delta do Parnaíba formado pelo Rio Parnaíba e conta

com uma paisagem exuberante, com dunas, mangues e diversas ilhas, também a Praia da Pedra do Sal, única praia do município, a Lagoa do Portinho, um balneário muito conhecido e visitado ideal para a prática de desportos aquáticos e por fim o Porto das Barcas com inúmeros imóveis históricos que traduzem a importância histórico e cultural de Parnaíba.

O município realiza todos os anos festivais juninos, onde são realizados concursos de quadrilhas, diversas apresentações artísticas e culturais e ainda comidas típicas. Estes eventos atraem turistas e moradores da região. Outra manifestação cultural forte na região é o carnaval com desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos.

De acordo com censo demográfico de 2010, na área urbana do município de Parnaíba, 23,5 % têm acesso a saneamento de forma adequada, ou seja, com coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário ou fossa séptica.

No entanto 72,8% dos domicílios urbanos, segundo o IBGE (2010), o acesso ao saneamento ocorre de forma semiadequada, onde ocorre apenas uma forma de saneamento considerada adequada. Por fim somente 3,7% das residências da área urbana são considerados inadequados (IBGE, 2010).

Na área rural, é possível observar uma inversão nestes valores quando comparados com a área urbana, pois o percentual de domicílios com acesso a saneamento considerado adequado é muito pequena sendo apenas 1,3% dos domicílios, no entanto verifica-se um aumento no percentual de domicílios que tem acesso ao saneamento de forma semiadequada com percentual de aproximadamente 32,1%, mas o maior número ainda está relacionado aos domicílios rurais com acesso a saneamento considerado inadequada, com percentual de 66,5% dos domicílios visitados (IBGE 2010).

No que se refere ao abastecimento de água no município, do total de domicílios pesquisados pelo Censo do IBGE (2010) 33.874 são abastecidos por rede geral de distribuição, 1.269 por meio de poço ou nascente na propriedade em que reside e 1516 são abastecidos por outras formas não determinadas durante a pesquisa do Censo.

Do volume total de resíduos sólidos produzidos nos domicílios do Município, 32.428 domicílios destinam estes resíduos para os serviços de coleta e limpeza do município e 4.231 domicílios dão aos resíduos gerados nas suas dependências outro destino não definido (IBGE, 2010).

Do total de 38.675 domicílios visitados pelo Censo do IBGE no ano de 2010, 8.291 possui acesso à telefonia fixa e móvel, 23.439 domicílios dispunham de telefonia móvel e 1.374 dispunham apenas de telefonia fixa, enquanto 5.572 domicílios não têm acesso a nenhum tipo de serviço de telefonia.

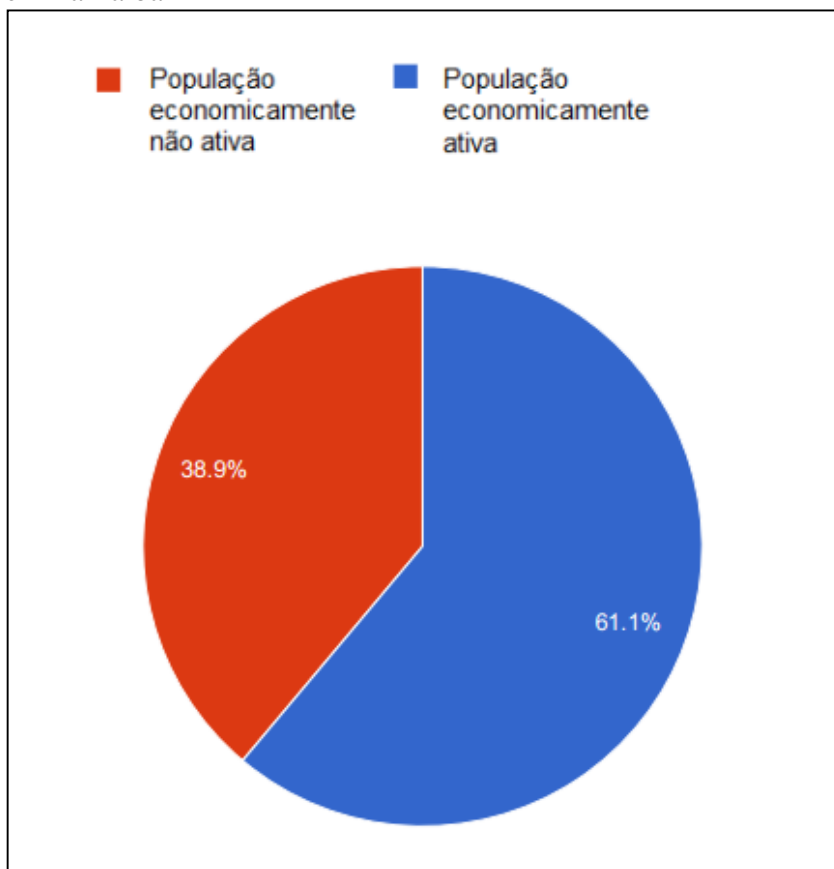
O município dispõe de energia elétrica distribuída pela ELETROBRÁS distribuição Piauí e conta com terminais telefônicos operados pela empresa de telefonia Oi, possui ainda, agência de correios e telégrafos e diversas agências bancárias. Além de campus de Universidades públicas, como a Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e diversas outras faculdades privadas. Parnaíba conta ainda com a infraestrutura de um aeroporto internacional, shoppings centers, teatros, cinemas e bibliotecas. Outro destaque do município, bem conhecido é o parque eólico denominado Complexo Delta.

O município de Parnaíba, considerado o município com segundo maior PIB do estado no ano de 2010, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, principalmente pelo potencial turístico da região, que vem recebendo diversos investimentos e incentivos (IBGE, 2010).

Devido as suas potencialidades, o município de Parnaíba obteve um crescimento de 140,69% na sua renda per capita média no período de 1991 a 2010 conforme salienta o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), onde a população pertencente a faixa de extrema pobreza obteve um redução gradual nas ultimas décadas passando de 31,52% em 1991 para 21,68% em 2000 e para 7,96% em 2010.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) na última década, a taxa de atividade da população economicamente ativa passou de 56,76% em 2000 para 61,13% em 2010 conforme figura 20, e a população economicamente não ativa no ano de 2010 atingiu um percentual de 38,9%.

Figura 20 – Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais em Parnaíba



Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Sendo a economia do município calcada no setor de serviços, no ano de 2010, este foi o setor com maior percentual de pessoas com 18 anos ou mais trabalhando, com um percentual de 46,56%, seguido pelo comércio com 24,02%, setor da construção com 10,03%, setor agropecuário com 8,50%, indústria de transformação com 7,58%, setores de utilidade pública com 1,18% e por fim a indústria extrativa com 0,22% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Na tabela 22, pode-se observar que o setor de serviços ano de 2012 atingiu um percentual de aproximadamente 72% do PIB, o que reflete a importância econômica de tais atividades para o município. O setor que menos contribui com o desenvolvimento econômico do município segundo o IBGE (2010) foi o setor da agropecuária, onde no ano de 2012 obteve uma participação de aproximadamente 1,67% do PIB municipal.

Tabela 22: Participação dos setores da economia no PIB do município

ANO	IMPOSTOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2009	10,30%	3,30%	14,4%	72,0%
2010	10,40%	2,60%	15,3%	71,8%
2011	10,00%	2,20%	15,4%	72,4%
2012	10,87%	1,67%	15,4%	72,02%

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

O turismo, à produção de energia eólica, o cultivo orgânico de frutas e plantas no Perímetro Irrigado Tabuleiros Litorâneos, criação de camarões e peixes são algumas das atividades realizadas no Município que tendem a fortalecer a economia local.

As atividades comerciais e industriais são consideradas moderadas no município e consiste principalmente na produção de produtos alimentícios. Segundo o IBGE no ano de 2012, o município contava com 2.671 empresas atuantes em Parnaíba e o volume de pessoal ocupado assalariado no município era de 15.855 pessoas com salário médio mensal de 1,6 salários mínimos (Tabela 23).

Tabela 23 – Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município

ANO	PIB A PREÇO CORRENTE	PIB PER CAPITA
2009	R\$ 757.541,14	R\$ 5.186,54
2010	R\$ 946.299,39	R\$ 6.494,63
2011	R\$ 1.040.165,63	R\$ 7.088,69
2012	R\$ 1.131.355,00	R\$ 7.658,16

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

A outra atividade econômica relevante realizada no Município de Parnaíba é a exportação da cera de carnaúba, extraída dos carnaubais presentes na região e também à extração de madeira, utilizada para os diversos fins (IBGE, 2013).

Apesar de sua contribuição na economia do município ter pouca representatividade, o agronegócio vem ganhando destaque na região devido o perímetro irrigado Tabuleiros Litorâneos onde são cultivadas diversas culturas distintas. Segundo o IBGE (2013) a agricultura existente no município de Parnaíba está voltada para a produção de Banana, coco da baía, manga, arroz, feijão, mandioca, melancia e milho (tabela 24).

Tabela 24 – Atividades econômicas realizadas nos limites do município

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Banana, coco da baía, manga, arroz, feijão, mandioca, melancia, milho.
PECUÁRIA
Agricultura, Bovinos, Bubalino, Caprinos, Codornas Equinos, Galinhas, Gado leiteiro, Mel de abelha, Ovinos, Suínos.
EXTRAÇÃO VEGETAL
Cera de carnaúba, Madeira (carvão vegetal, lenha e tora).

Fonte: IBGE, 2013.

Na pecuária Parnaíba conta com rebanhos de Bovinos, Bubalino, Caprinos, Equinos, Gado leiteiro, Ovinos, Suínos, além da produção de mel de abelha e criação de aves como Codornas e Galinhas. Atualmente, passou se a investir também em agricultura, por meio da produção de peixes e fazendas de camarões.

3.6 MUNICÍPIO POLO EAD ALEGRETE DO PIAUÍ

3.6.1 Localização da área do estudo

O município polo Alegrete do Piauí de acordo com (IBGE, 2010) localiza-se na mesorregião Sudeste Piauiense (figura 5). Quanto à macrorregião o município polo de Alegrete do Piauí pertence à macrorregião denominada macrorregião semiárido, de acordo com a figura 5.

De acordo com CPRM (2004), PLANAP (2006) e CEPRO (2013) compreendendo uma área irregular de aproximadamente 282 km², o município de Alegrete do Piauí está inserido nos limites do Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas (figura 7). Localizado na microrregião Pio IX, o município de Alegrete do Piauí foi criado por meio de Lei nº 44,477 de 29 de abril de 1992, sendo desmembrado do município de São Julião (CPRM, 2004).

Distando cerca de 380 km de Teresina, a sede municipal de Alegrete do Piauí tem as seguintes coordenadas geográficas de 07°14'34" de latitude sul e 40°51'27" de longitude oeste de Greenwich (CEPRO, 2011).

Segundo CPRM (2004) Alegrete do Piauí tem como limitantes os municípios de Alagoinha do Piauí e Pio IX ao norte, Padre Marcos, Francisco Macedo e Caldeirão Grande ao

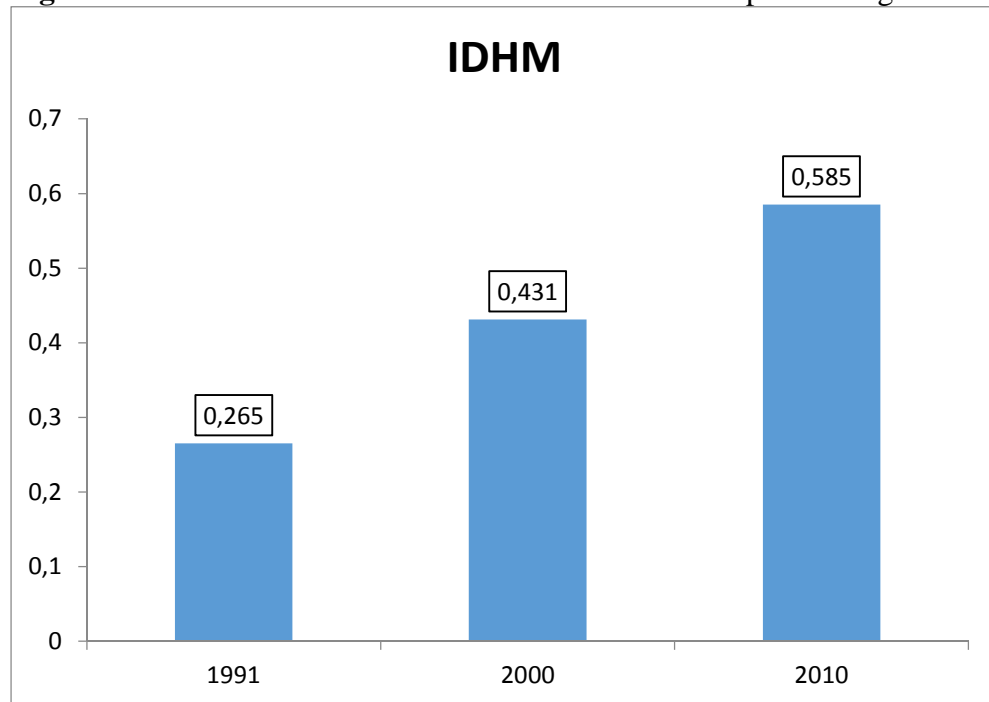
sul, com Alagoinha do Piauí, São Julião e Vila Nova do Piauí a oeste e Fronteiras e Caldeirão Grande a leste.

3.6.2 Características socioeconômicas do município

O município de Alegrete do Piauí conta com um volume populacional de aproximadamente 5.153 habitantes e tem uma densidade demográfica de 18,23 hab/km², de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010). De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), 50,4 % dos habitantes alegretenses são do sexo feminino e 49,6% do sexo masculino, onde se verifica que o percentual populacional feminino é mais elevado quando comparado ao sexo masculino (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (2010) do total populacional de Alegrete do Piauí, a população que reside na área urbana, onde predomina o maior volume populacional do município, contabiliza aproximadamente, 2.316 habitantes e rural totaliza 2.837 habitantes.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) e IBGE (2010) evidenciam que o IDHM de Alegrete do Piauí teve um aumento considerável no decorrer dos anos, onde pode-se observar no figura 21 que o valor do IDHM de 0,265 em 1991 passou para 0,585 no ano de 2010 e o rendimento domiciliar per capita para ano de 2010 na área urbana ficou no valor médio de R\$290,00 mensais.

Figura 21 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Alegrete

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

Apesar do aumento de 120,75% no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Alegrete do Piauí nas últimas duas décadas o município encontra-se, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo, onde o índice varia entre 0,5 e 0,599, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) dentre as dimensões que compõe o IDH a educação no período de 2000 e 2010, foi a dimensão que mais cresceu em termos absolutos, com um crescimento de 0,242, seguida por Longevidade e por Renda.

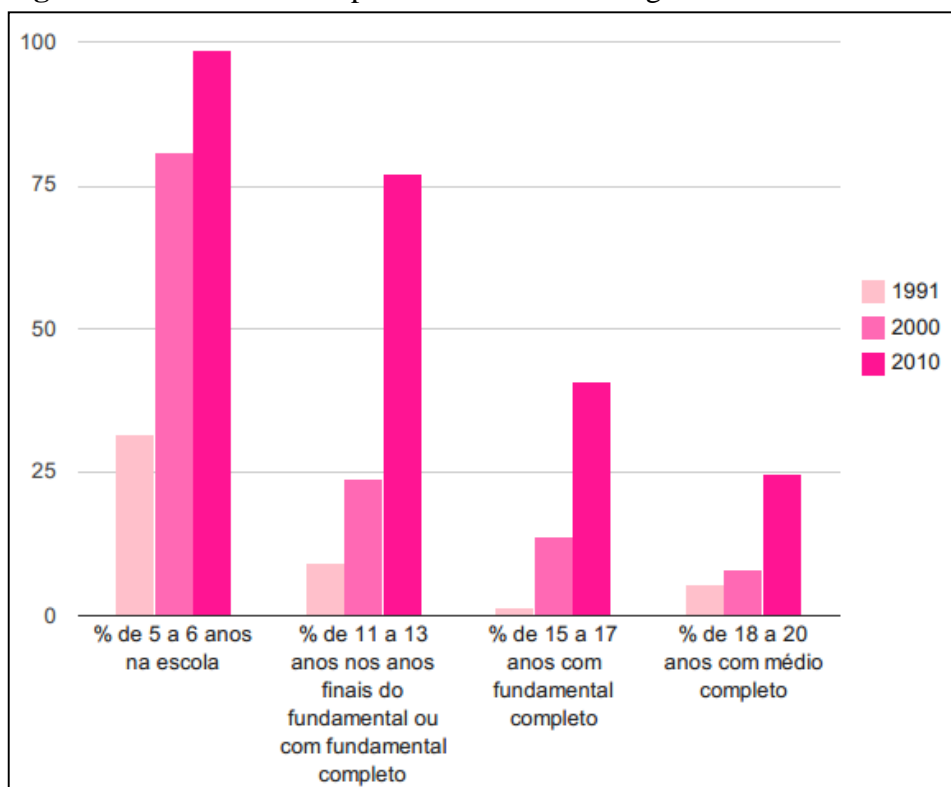
Segundo o INEP (2012) a infraestrutura pública e privada voltada para os níveis de educação básica no município no ano de 2012 contabilizava 15 unidades voltadas ao público, sendo que a maior representação refere-se ao ensino fundamental com 9 unidades e o ensino pré-escolar com 5 unidades.

Ainda segundo o INEP (2013) as notas do IDEB obtidas pelo município no ano de 2013 foram as seguintes, 3,7 e 3,5 nos anos iniciais do ensino fundamental e anos finais do ensino fundamental respectivamente, sendo que estas notas estão aquém à meta estipulada pelo INEP.

De acordo com o que pode ser observado no figura 22, a seguir, no período de 2000 a 2010, o percentual de crianças, com idades entre 5 a 6 anos na escola obteve um crescimento de 22,03%, nas crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental

este crescimento atingiu um percentual de 223,97%, já na fase jovem, com idades entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo obteve-se um percentual 194,65%, entre 2000 e 2010 e entre 18 e 20 anos com ensino médio completo no mesmo período obteve-se um percentual de 17,83% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Figura 22 – Fluxo escolar por faixa etária em Alegrete do Piauí-PI



Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Segundo o IBGE (2010) do total de habitantes Alegretenses, 1.348 encontra-se em idade escolar. Com relação à educação no ano 2010 o percentual de analfabetos no município era de 35,3% para habitantes maiores de 15 anos.

Na tabela 25 é possível observar o número de matrículas registradas no município de acordo com o censo escolar realizado no ano de 2013 pelo INEP, no qual se verifica que o maior número de matrículas está voltado para os anos do ensino fundamental, totalizando 771 estudantes matriculados.

Tabela 25: Número de estudantes matriculados em cada nível de ensino no ano de 2013.

MATRÍCULAS	ESTUDANTES
Creches	56
Pré-escolas	255
Ensino Fundamental	771
Ensino médio	164
Educação de Jovens e Adultos	316

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013.

No que se refere às questões de Saúde, segundo o IBGE (2010) a infraestrutura disponível no município conta com 03 estabelecimentos de saúde para atender aos munícipes, sendo que todas as unidades são públicas e de responsabilidade municipal ou federal.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano de idade em Alegrete do Piauí obteve uma redução de 37% entre os anos 2000 e 2010 e a esperança de vida ao nascer, indicador que compõe a dimensão de Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, apresentou um aumento de 13,9 anos nas últimas duas décadas.

Com base na tabela 26 evidencia-se que a maioria da população de Alegrete do Piauí é seguidora da religião Católica Apostólica Romana, com um número muito expressivo de seguidores quando comparada as demais religiões, com um total de 4.620 fiéis, após vem às religiões Evangélicas com um total de 340 seguidores (IBGE, 2010).

Tabela 26: Tipos de religião existentes no município

RELIGIÃO	PESSOAS
Católica apostólica romana	4620
Espírita	2
Evangélicas	340
Umbanda e Candomblé	3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto ao acesso à infraestrutura de serviços básicos ofertados no município o censo demográfico do IBGE (2010) evidenciou que de 1.485 domicílios analisados 110 possui acesso à telefonia fixa e móvel, 811 domicílios dispunham de telefonia móvel apenas e 43 dispunham de telefonia fixa, enquanto 522 domicílios não têm acesso a nenhum tipo de serviço de telefonia.

Estes números ressaltam que o acesso à telefonia móvel é muito superior a telefonia fixa, isso pode estar ligado as facilidades que estes aparelhos oferecem a seus usuários.

Do total de domicílios pesquisados pelo censo do IBGE (2010) o abastecimento de água realizado no município, 852 domicílios são abastecidos por rede geral de distribuição e 16 são abastecidos por outras formas não discriminadas na pesquisa.

Segundo o IBGE (2010) quanto aos resíduos sólidos gerados nos domicílios do Município de Alegrete do Piauí, 838 domicílios destinam estes resíduos para os serviços de coleta e limpeza do município os demais 30 domicílios dão aos seus resíduos outros destinos.

Do total de 868 domicílios urbanos analisados no censo do IBGE de 2010, apenas 2,1% dos domicílios tem acesso a saneamento de forma adequada, que é quando a administração pública oferece a seus munícipes os serviços de coleta de resíduos sólidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário ou fossa séptica.

No entanto 96,9% dos domicílios da área urbana municipal, ou seja, a maioria tem acesso ao saneamento de forma semiadequada, haja vista que ocorre, pelo menos, uma forma de saneamento considerada adequada segundo o IBGE (2010). Os domicílios particulares permanentes do município com saneamento considerado inadequado contabiliza 1,0% (IBGE, 2010).

De um universo de 620 domicílios rurais pesquisados o percentual de domicílios com acesso a saneamento considerado adequado contabilizou 1,3%, no caso da forma semiadequada o percentual encontrado é de aproximadamente 76% e 22,4% foi considerado como inadequado. Quanto a distribuição de energia elétrica é realizada pela empresa ELETROBRÁS distribuição Piauí e os terminais telefônicos dispostos na município são atendidos pela empresa de telefonia Oi.

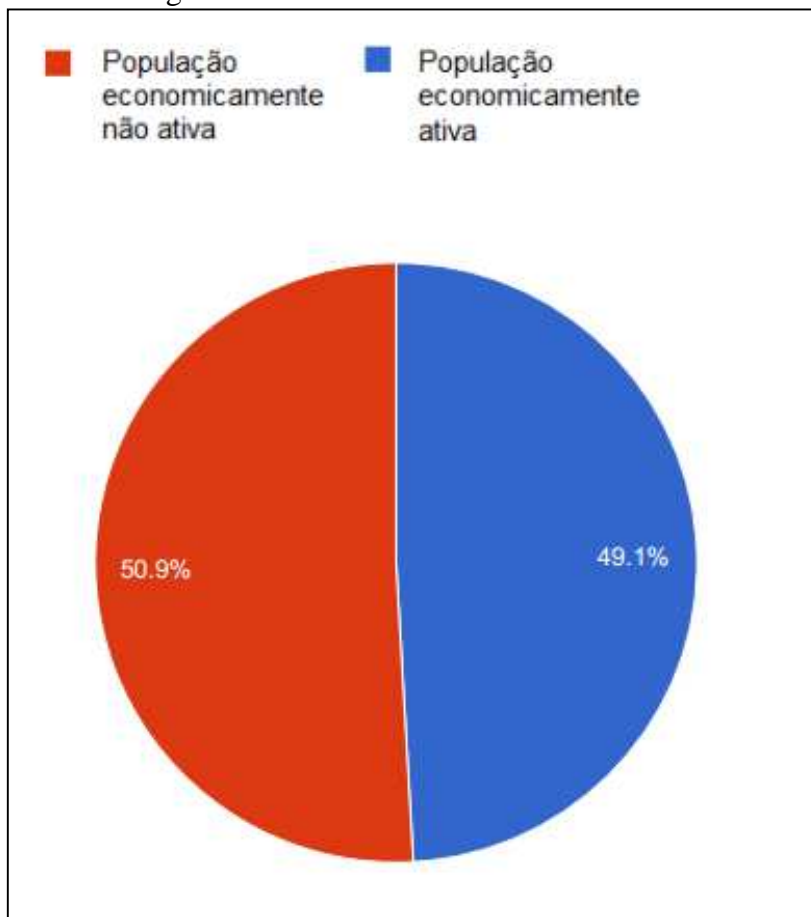
No município de Alegrete do Piauí, segundo o IBGE (2012) atuam 56 empresas realizando atividades variadas. Estas empresas podem ser consideradas importantes fontes de emprego e renda para os munícipes. O volume de pessoal ocupado assalariado é de 145 pessoas e o salário médio mensal de 2,0 salários mínimos (IBGE, 2012).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) a renda per capita média do município de Alegrete do Piauí cresceu 139,07% no período entre os anos de 1991 e 2010, passando de R\$112,15 em 1991 para R\$210,13 em 2000 e R\$268,12 em 2010 e o índice de extrema pobreza, medida por meio da proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, passou de 56,16% em 1991 para 28,30% em 2000 e para 22,97% em 2010.

Na figura 23 verifica-se que a taxa da população economicamente ativa com 18 anos ou mais, atingiu um percentual de 49,1% no ano de 2010 e a população economicamente não ativa,

no mesmo ano, teve um percentual de 50,9%, neste caso observa-se que o índice de população não ativa torna-se superior ao de população economicamente ativa.

Figura 23 – Taxa de atividade da população com 18 anos ou mais em Alegrete do Piauí



Fonte: Pnud, Ipea, FJP e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) do total de pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, no ano de 2010 no município de Alegrete do Piauí, 42,79% das pessoas trabalhavam no setor de serviços, 34% no setor agropecuário, 9,86% no setor de construção, 7,58% no comércio, 3,03% na indústria de transformação, 1,26% na indústria extrativa e 0,20% nos setores de utilidade pública.

A economia do município é fundamentada em Serviços, pecuária e agricultura. Na pecuária o Município conta com rebanhos de bovinos, caprinos, equinos, aves, ovinos, suínos, gado leiteiro e produção de mel (IBGE, 2013).

Ainda de acordo com o IBGE (2013) a produção agrícola sazonal praticada no município é baseada na produção de amendoim, feijão, mandioca e milho, além do beneficiamento da castanha de caju (tabela 27).

Tabela 27 – Atividades econômicas realizadas nos limites do município

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
Castanha de caju, amendoim, feijão, mandioca, milho.
PECUÁRIA
Bovinos, Caprinos, Equinos, Galinhas, Gado leiteiro, Mel de abelha, Ovinos, Suínos.
EXTRAÇÃO VEGETAL
Madeira (carvão vegetal e lenha).

Fonte: IBGE, 2013.

Na tabela 28 pode-se observar a evolução do Produto Interno Bruto a preço corrente e per capita do município no decorrer dos anos de 2009 e 2011. Onde se verifica que o PIB a preço corrente e per capita teve uma pequena queda no ano de 2012 na comparação com o ano anterior (IBGE, 2010).

Tabela 28 – Evolução do PIB a preço corrente e per capita no município

ANO	PIB A PREÇO CORRENTE	PIB PER CAPITA
2009	R\$ 21.006,00	R\$ 4.573,37
2010	R\$ 20.122,00	R\$ 3.902,91
2011	R\$ 21.975,00	R\$ 4.263,34
2012	R\$ 21.286,00	R\$ 4.115,00

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

De acordo com dados do IBGE de 2012, no que se refere à participação dos setores da economia municipal no PIB do município, constata-se o que o setor de serviços é o setor com maior participação, no período avaliado, atingindo o maior percentual no ano de 2012, com 77,28%, seguido pela indústria, agropecuária e os impostos, conforme pode ser verificado na tabela 29.

Tabela 29 – Participação dos setores da economia no PIB do município

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	IMPOSTOS
2009	30,36%	5,32%	58,64%	5,66%
2010	12,38%	8,70%	73,31%	5,60%
2011	11,81%	9,96%	73,26%	4,97%
2012	5,37%	12,12%	77,28%	5,23%

Fonte: IBGE (2012) /PIB por município de 2009 a 2011

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo reúne os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Considere-se, inicialmente, que um levantamento bibliográfico foi realizado no intuito de respaldar o estudo. Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se pela a realização de uma pesquisa com abordagem qualitativa, considerando que esta seja adequada para o entendimento de um fenômeno de natureza social e caráter interpretativo, como é o caso de como a educação profissional, na perspectiva desenvolvimentista, pode contribuir com o desenvolvimento territorial dos municípios polos de EaD do Estado Piauí. Do ponto de vista de Strauss e Corbin (2008, p. 23),

[...] a pesquisa qualitativa produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação, principalmente, quando se quer retratar experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos. No entanto, ainda segundo os autores, numa pesquisa qualitativa alguns dados podem ser quantificados, mas o grosso da análise é interpretativa.

Complementando esta ideia:

[...] a pesquisa qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela se dedica ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2000, p. 21)

Ao lado disso, com base em Silverman (2009, p. 110), “um dos pontos fortes da pesquisa qualitativa é sua capacidade para acessar de imediato o que acontece no mundo – insto é, examinar o que as pessoas de fato fazem na vida real, em vez de lhes pedir para comentar a respeito”.

Nesses termos, neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na execução desta pesquisa. É importante ressaltar que apesar desses procedimentos ter o caráter qualitativo, no entanto, é válido frisar que foram utilizados dados quantitativos que validaram as análises e interpretação dos dados do estudo. Sinteticamente, pode-se afirmar que, “a metodologia considera a exposição da fase de pesquisa de campo (escolha do espaço da pesquisa, critérios e estratégias para a escolha do grupo/sujeitos de pesquisa, a definição de métodos, técnicas) e instrumentos para a construção dos dados e os procedimentos para análise” (DESLANDES, 1994, p.47).

Percebe-se, por outro lado, que de acordo com Suertegaray (2009, p. 66),

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Ainda segundo a autora,

[...] o trabalho de campo de forma mais ampla, como um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo. (SUERTEGARAY, 2009, p.67)

Evidenciados estes aspectos, apresentam-se nas seções seguintes: o universo amostral da investigação as técnicas de coleta de dados que foram utilizados, ou melhor, que instrumentos de coleta de dados foram utilizados neste estudo, como esses dados foram interpretados e analisados.

4.1 DESCRIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

Em atendimento ao objetivo da pesquisa, consideraram-se os quatros municípios polos da EaD do Instituto Federal do Piauí cada um situado em uma das quatro Mesorregiões do Estado do Piauí, ou seja, situados nas Mesorregiões: Centro-Norte Piauiense (Polo EaD de Valença do Piauí), Sudeste Piauiense (Polo EaD de Alegrete do Piauí), Norte Piauiense (Polo EaD de Parnaíba) e Sudoeste Piauiense (Polo EaD de São Raimundo Nonato).

A população investigada consistiu em alunos egressos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD, população residente nos municípios polos EaD e municípios adjacentes e gestores municipais.

Optou-se, ainda, levando em consideração a aplicabilidade do questionário na população por uma amostra intencional. A amostragem intencional conforme Silverman (2009, p. 275) “nos permite escolher um caso porque ilustra alguma característica ou algum processo em que estamos interessados”. Já Denzin e Lincoln (1994, p.202) defendem que “muitos pesquisadores qualitativos empregam métodos de amostragem intencionais e não-aleatórios.

Eles buscam grupos, locais e indivíduos em que os processos que estão sendo estudados tenham maior probabilidade de ocorrer”.

A escolha da amostra dessa população local desta investigação incorreu num indicador intrínseco à pesquisa que se trata de investigar apenas os sujeitos que tenham o ensino médio concluído, haja vista, que os cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD, exigem a conclusão do ensino médio, como também nos municípios adjacentes aos polos EaD onde residem os alunos egressos. Para efeito de cálculo do tamanho da amostra, utilizou-se os seguintes parâmetros: a) erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%.

Dessa forma, o tamanho da amostra pretendida para a aplicação do questionário equivale a um total de 710 (setecentos e dez) sujeitos distribuídos na rede de municípios que fazem parte dos Polos: Valença do Piauí (158 sujeitos), Alegrete do Piauí (89 sujeitos), Parnaíba (182 sujeitos) e São Raimundo Nonato (281 sujeitos). A quantidade de questionários foi distribuída diretamente proporcional a população local de cada um dos municípios, conforme mostra a Tabela 30 e a figura 24.

Tabela 30: População e Quantidade de Questionários por Polo

Continua

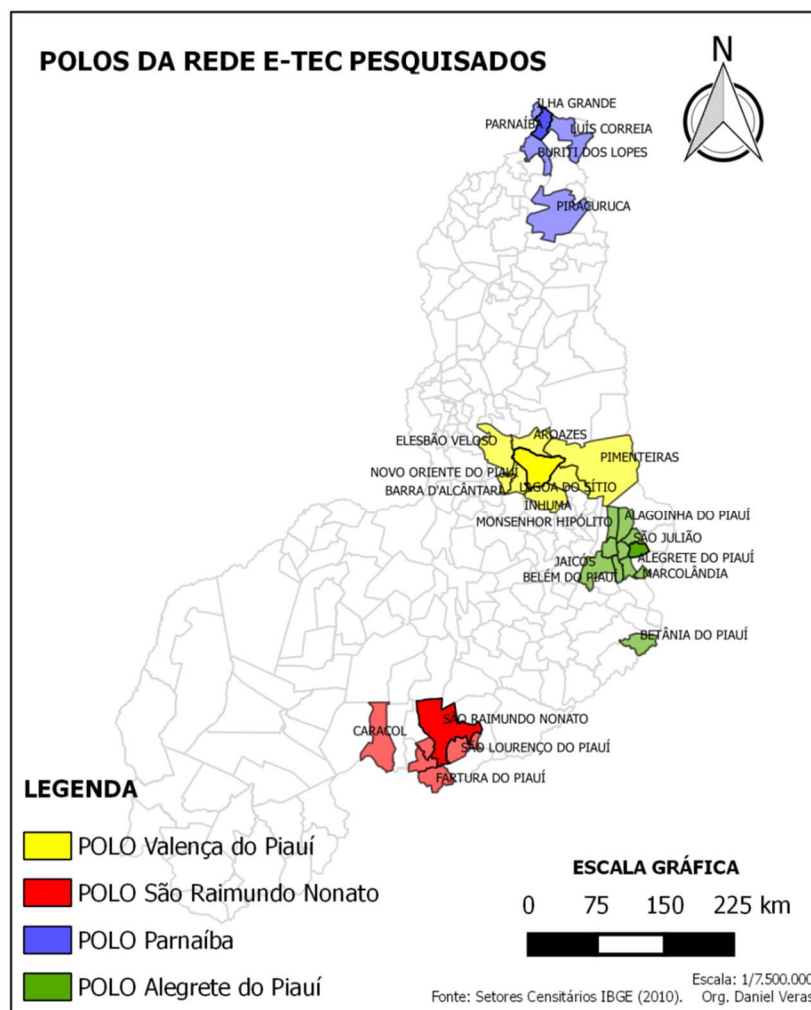
Polo	Município	Qtde de Questionários
Valença do Piauí	Valença do Piauí	79
	Novo Oriente do Piauí	24
	Pimenteiras	43
	Barra d´Alcântara	12
Total de Questionários		158
Polo	Município	Qtde de Questionários
Alegrete do Piauí	Alegrete do Piauí	26
	Vila Nova do Piauí	16
	Padre Marcos	31
	Belém do Piauí	16
Total de Questionários		89
Polo	Município	Qtde de Questionários
Parnaíba	Parnaíba	132
	Luís Correia	26
	Ilha Grande	7
	Buriti dos Lopes	17
Total de Questionários		182

Tabela 30: População e Quantidade de Questionários por Polo

		Conclusão
Polo	Município	Qtde de Questionários
São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	200
	Várzea Branca	25
	São Lourenço do Piauí	25
	Fartura do Piauí	31
Total de Questionários		281
TOTAL		710

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Figura 24: Polos EaD da Rede e-Tec Pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Nesta trilha de investigação, optou-se também pelo a amostragem intencional ou por conveniência onde os sujeitos da pesquisa são os alunos egressos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD. A amostra foi selecionada com base nos seguintes critérios: a) egressos que estão inseridos no mercado de trabalho na área de formação do curso realizado;

b) egressos que estão inseridos no mercado de trabalho na área de formação diferente do curso realizado, e c) egressos que não estão inseridos no mercado de trabalho. Conforme Zikmund (2006) verifica-se que essa amostra foi selecionada para atingir os objetivos desta pesquisa. A quantidade de egressos investigados perfaz um total de 323 (trezentos e vinte e três), conforme a tabela 31.

Tabela 31: Quantidade de Egressos por Polo

Polo	Curso	Qtde de Egressos
Valença do Piauí	Técnico em Administração	83
	Técnico em Informática	
Alegrete do Piauí	Técnico em Administração	92
Parnaíba	Técnico em Eventos	86
	Técnico em Informática para Internet	
	Técnico em Segurança do Trabalho	
	Técnico em Serviços Públicos	
São Raimundo Nonato	Técnico em Meio Ambiente	62
	Técnico em Segurança do Trabalho	
	Técnico em Serviços Públicos	
Total de Egressos		323

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

4.2. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Nesta seção apresentam-se as técnicas utilizadas para obtenção tanto dos dados secundários quanto, essencialmente, dos dados primários desse estudo. Na visão de Severino (2009, p. 124) “as técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias”. As técnicas de coleta de dados utilizados foram o: pesquisa bibliográfica, questionário, entrevista e a observação direta.

Levando em consideração que este estudo é descritivo e, parte dele, de cunho qualitativo foi realizado levantamentos bibliográfico através de livros, produções acadêmicas, documentos oficiais, relatórios de instituições fomentadoras de pesquisas sociais e censitárias como estratégia fundamental para se aproximar ao objeto da pesquisa com intuito de se constituir um

referencial teórico. Do ponto de vista de Oliveira (2010, p.69) “a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador a entrar em contato direto com as obras, artigos ou documentos que tratam do tema em estudo”.

Para Gil (2010, p. 44) isso acontece porque “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Ao lado disso, com base em Menga e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Pode-se ainda destacar, que ela constitui uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.

Concomitante a isso, foram obtidos, preliminarmente, dados secundários com intuito prioritário de caracterização da área de estudo, que será descrita detalhadamente no decorrer desta tese. Por outro lado, é importante salientar que tais dados secundários são importantes para o entendimento dos princípios e concepções do objeto da pesquisa.

No decorrer da investigação, optou-se, pela utilização da pesquisa de campo para a obtenção dos dados primários, que teve como principal instrumento de coleta de dados o questionário. É, todavia, significativa este método, pois tem, conforme Markoni e Lakatos (2003, p. 186), o “objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Minayo (2000, p.61) procura destacar a importância que:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação como os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo.

Em face do exposto, Martins (2008, p. 36) procura destacar a importância do questionário, pois para ele “o questionário é um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social. Constitui-se de uma lista ordenada de perguntas que são encaminhadas para potenciais informantes”. Severino (2009, p. 125) complementa relatando que o questionário consiste num:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a

opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objetivo e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos.

Por sua vez, Quivy e Campenhoudt (1998), defendem que, os questionários são elaborados para, por exemplo, conhecer os valores, opiniões e modo de viver de determinado grupo, bem como, investigar uma política pública, e que impactos ela proporcionam aos atores envolvidos, e isso é obtido através da percepção desses atores com relação a finalidade dessas políticas públicas.

Notadamente, e considerando que, o bojo deste estudo, o questionário foi aplicado *in loco* com a população local dos municípios que compõe a região territorial delimitada dos municípios polos de EaD do Instituto Federal do Piauí. Também foi aplicado um questionário com os egressos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD.

Na presente investigação a coleta de dados utilizando o questionário se deu da seguinte forma: uso de questionário on-line e uso de questionário de pesquisa de opinião do tipo *survey*. Ambos os questionários foram elaborados de maneira estruturada, ou seja, como questões fechadas e abertas. As questões fechadas foram de dois tipos: dicotômicas e de múltipla escolha.

O questionário on-line foi aplicado no universo dos egressos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD. Tal questionário foi criado utilizando formulários do aplicativo *Google Docs*, e foi enviado por e-mail no dia 16 de março de 2015 para todos os 323 (trezentos e vinte e três) alunos egressos dos polos EaD: Alegrete do Piauí, Parnaíba, São Raimundo Nonato e Valença do Piauí. O prazo dado para a resposta do questionário foi de 2 (dois) meses a contar da data de envio. Há de destacar-se, também, que os todos os alunos egressos responderam ao questionário.

A fase seguinte da pesquisa ocorreu no período de 17 de março de 2015 a 15 de abril de 2015, que consistiu na aplicabilidade *in loco* dos questionários com população dos destacados na tabela 2. Ao todo foram aplicados 710 (setecentos e dez) questionários.

É pertinente salientar que durante a aplicação desses questionários na pesquisa de campo com a população local, utilizou-se, também a técnica de observação direta, e que conforme Severino (2009, p.125) a observação “ é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados”.

A esse respeito Elliot (2012, p.194) observa que, “estudos observacionais podem ser realizados em diferentes lugares, como escolas, universidades, hospitais, ruas, praças, espaços públicos, shoppings, (...). Qualquer ambiente em que haja interação de pessoas constitui um possível campo de observação”. E ainda sobre essa técnica de coleta de dados, a autora diz que,

As observações no campo são registradas em “cadernos de campo”, que gerarão relatos chamados “diários de campo”, em que o investigador escreve sobre as observações, e o próprio relato vai trazendo novos elementos da observação. Nesse momento, trazemos os fatos observados – vistos e ouvidos – para o plano do discurso em um processo de idas e vindas que configurarão o relatório final. (ELLIOT, 2012, p.196-197)

Abramo (1979, p.40) acrescenta que na observação direta "o pesquisador se coloca em situação de espaço e tempo que lhe permita assistir às manifestações do fenômeno a ser estudado, podendo utilizar várias formas de registros das suas observações, como caderneta de campo, fichas, instrumentos de medida (testes, escalas), gravadores, filmadoras, máquinas fotográficas e etc."

Portanto, é evidente que numa pesquisa de cunho qualitativo, e numa pesquisa de campo, a utilização de distintas técnicas de coleta de dados permite garantir substancialmente a qualidade da investigação. Obviamente, se fez necessário a observação direta como mais uma técnica de coleta de dados, e, que durante a aplicação dos questionários *in loco* nos municípios polos EaD, foram realizados registros fotográficos de empreendimentos na localidade, bem como, foram observadas as falas, inferências e comportamentos dos sujeitos respondentes. Para o registro das imagens foi utilizado máquina digital e celulares.

Argumenta-se aqui também o uso da entrevista como instrumento de coleta de dados *sine qua non* para a obtenção de dados primários. Para Vergara (2009, p. 3) isso acontece porque a entrevista é “uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo”. Ao lado disso, com base em Rosa e Arnoldi (2006, p. 17),

[...] a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Do ponto de vista de Ribeiro (2008, p.141) “a entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores”.

O tipo de entrevista utilizada nesta investigação foi a semiestruturada, composto por 2 (duas) questões abertas. Consoante Manzini (2012, p.156), este tipo de pesquisa é indicado para

estudar um fenômeno com uma população específica, no caso aqui, Prefeitos e Secretários Municipais de Educação dos 4 (quatro) municípios polos EaD. Sobre essa realidade, May (2004, p.145) afirma que “as entrevistas geram compreensões ricas de das biografias experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. Em virtude de agenda com as autoridades, as questões das entrevistas foram enviadas por e-mail.

4.3 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A metodologia adotada para a análise dos resultados alcançados com a pesquisa contemplara a tabulação dos dados tanto para a abordagem quantitativa quanto para a qualitativa. De acordo com Oliveira (2010), a abordagem quantitativa significa quantificar dados obtidos através de questionários. Já a abordagem qualitativa, como mencionada anteriormente, pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamentos.

Assim sendo, de posse dos dados coletados, iniciou-se a análise geral dos resultados. Para os dados quantitativos empregou-se a estatística descritiva (gráficos, tabelas, frequência e percentagem).

Prosseguindo, a etapa seguinte foi realizar a leitura dos dados oriundos das questões abertas dos questionários, proporcionando a sistemática das ideias, a tabulação dos resultados e a definição de categorias através da análise do conteúdo, agrupando-as em grupos de resposta similares. Na visão de Silverman (2009, p. 355) a análise de conteúdo “envolve estabelecer categorias e os vínculos sistemáticos entre elas, e depois contar quantas vezes essas categorias são usadas em determinado item do texto”. Por outro lado, para Martins (2008, p.35),

A categorização é um processo de tipo estruturalista e envolve suas etapas: o inventário (isolamento das unidades de análises, palavras, temas, frases etc.) e a classificação das unidades comuns, revelando as categorias (colocação em gavetas). Dependendo do assunto/tema, sob a análise de conteúdo, pode-se adotar categorização já testada em estudos com objetivos assemelhados.

As reflexões de Alvarenga Neto, Barbosa e Cendon (2006, p. 71) sobre a identificação de categorias após a análise do conteúdo destacam que “a pesquisa qualitativa lida com categorias de análise. A palavra categoria refere-se, de maneira geral, a um conceito que abrange elementos com características comuns ou que se relacionam entre si e são empregadas para estabelecer classificações”.

Em contrapartida, os autores afirmam que “a intenção ao se estabelecer categorias é a de agrupar elementos, ideias, expressões em torno de conceitos capazes de sintetizar a análise meticulosa dos estudos de caso”. (ALVARENGA NETO, BARBOSA E CENDON, 2006, p. 71).

Sintetizando a argumentação até agora desenvolvida, pode-se afirmar que a análise de conteúdo consiste em uma técnica que permite a analisar as informações contidas nas respostas coletadas da pesquisa, e dessa forma, é substanciar informações contidas num texto, gráfico e imagens, interpretá-las podendo assim relacioná-las ao contexto da investigação, através da categorização.

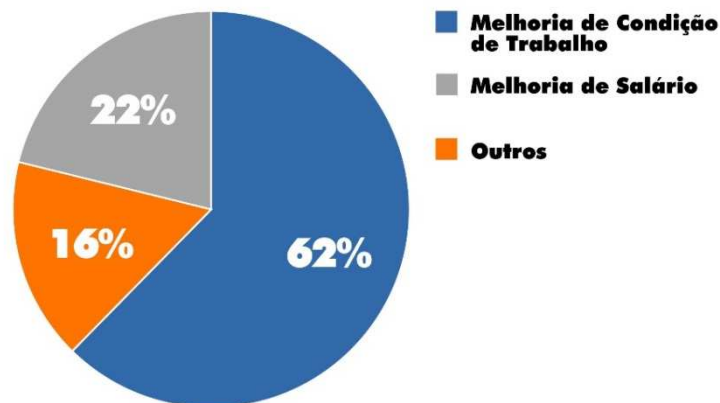
5 RESULTADOS DA PESQUISA

O presente texto analisa os dados e informações coletados durante a pesquisa realizada com egressos dos cursos técnicos do Instituto Federal do Piauí, na modalidade da educação a distância, com a população dos municípios polos EaD e municípios satélites investigados. Neste sentido, apresentam-se gráficos e tabelas, bem como registros fotográficos e análise de conteúdo.

5.1 A FALA DOS EGRESSOS : LIMITES E POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Primeiramente, foi perguntado para os alunos egressos por que escolheram fazer um curso técnico.

Figura 25 – Por que escolheu um curso técnico



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Observa-se na figura 25 que 62% (sessenta e dois por cento) dos entrevistados afirmam terem feito a escolha por curso técnico porque consideram uma oportunidade de melhorarem suas condições de trabalho, isto é, compreendem a realidade posta do mundo do trabalho dentro de uma necessária qualificação profissional no que tange à formação pela educação, nesse caso formação técnica. Outros 22% (vinte e dois por cento) dos pesquisados apontam para outro aspecto, qual seja, o aumento salarial. Isso indica que estes, por já estarem inseridos no mercado de trabalho, anseiam por melhores rendimentos e apontam o caminho da qualificação técnica como indicação de melhoria salarial, estudar para ganhar melhores salários. Por conseguinte, os 16% (dezesesseis por cento) dos que responderam à pergunta apontam outras possibilidades de respostas, a saber. As análises constam do estudo das categorias, conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Categorias referente a questão 1

Categorias	Algumas Respostas
Busca de conhecimento e qualificação profissional,	“Melhoria na minha qualificação.” “Queria melhorar a minha qualificação.”
Busca de uma profissão	“A escolha não se deu por ser um curso técnico em si, mas pelo tema informática para internet, uma área de interesse pessoal e profissional desde longa data (...).”
Inserção no mercado de trabalho	“Buscar novas vagas no mercado de trabalho.” “Para ter mais oportunidades no mercado de trabalho.”

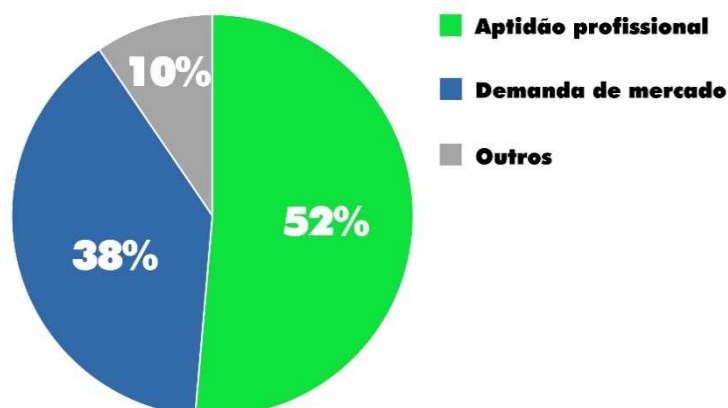
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Refletindo acerca dessa realidade, Oliveira (2013, p.98) aborda que “a educação profissional e tecnológica deve estar articulada com as políticas de desenvolvimento e emprego de uma dada região, para ela toda formação profissional deveria fazer parte de uma política de emprego”. Já Manfredi (2002, p. 257) procura destacar a importância que “as iniciativas de formação ou requalificação profissional devem estar vinculadas à garantia de empregos e a ampliação de sua oferta, devendo garantir a elevação do nível cultural, científico e tecnológico dos trabalhadores”.

Ao lado disso, Silva (2009, p. 221) reafirma que “a ideia de desenvolvimento como uma categoria pluridimensional cujo crescimento econômico é apenas uma das dimensões, mas sem negar a importância que tem o crescimento econômico a uma grande fatia da população, para qual o crescimento da produção e da renda é, ainda, uma condição à satisfação das necessidades básicas”.

Também, buscou-se desvelar o porquê da escolha, a razão, o motivo pelo qual o estudante fez sua escolha de curso, dentre as várias opções apresentadas pela instituição.

Figura 26 – Motivo pelo qual o estudante fez sua escolha de curso



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Desta forma, analisando a figura 26, pode-se inferir que 52% (cinquenta e dois por cento) informaram que o motivo foi de âmbito vocacional, ou seja, um reconhecimento subjetivo das aptidões profissionais dentro de uma perspectiva de valor axiológico e de clareza íntima de que o curso selecionado era de fato o curso a ser feito. Outros 38% (trinta e oito por cento) identificaram que a demanda do mundo do trabalho, a análise do mercado de trabalho foi o elemento motivador, a razão da escolha do curso foi a demanda de mercado, ou seja, a perspectiva de emprego pós curso. Por conseguinte os 10% (dez por cento) restante escolheram outros motivos pelos quais fizeram a opção do curso técnico, conforme categorias apresentadas no quadro 7.

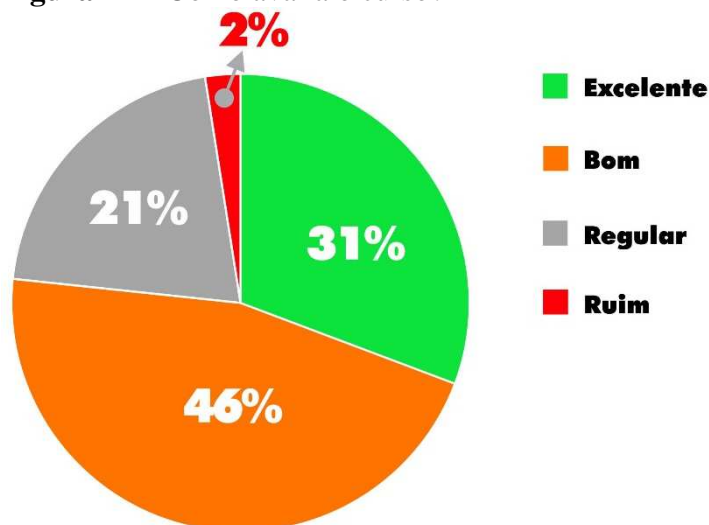
Quadro 7 – Categorias referente a questão 2

Categorias	Respostas dos Questionários
Busca de conhecimento	<p>“Agrega mais conhecimento na área de meio ambiente e tecnologia.”</p> <p>“Conhecimento e buscar ser cada vez melhor uma profissional dedicada.”</p>
Atualização profissional	<p>“Estar sempre atualizado.”</p> <p>“Temos que estar sempre nos atualizando.”</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Pode-se constatar que conforme figura 27, do total, 31% (trinta e um por cento) dos que responderam ao questionário apontaram ser Excelente a qualidade do curso, 46% (quarenta e seis por cento) afirmaram que o curso é Bom, 21% (vinte e um por cento) é Regular e que apenas 2% (dois por cento) disseram que o curso é Ruim. No quadro 8 indica algumas das respostas.

Figura 27 – Como avalia o curso?



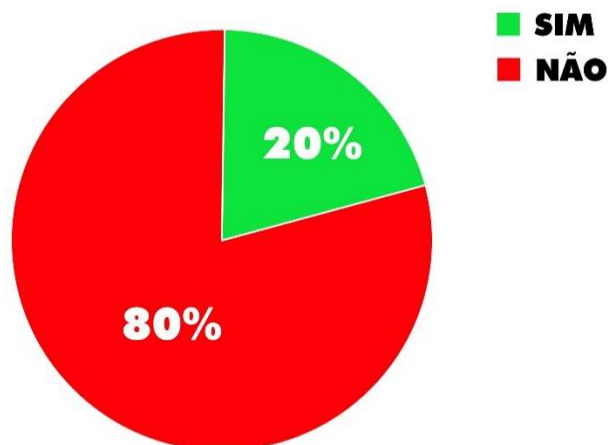
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Quadro 8 – Categorias referente a questão 3

Categoria	Resposta
Excelente	“Material e profissionais totalmente qualificados, um curso excelente.”
Bom	“Bom, (...), porém as aulas presenciais muito vagas.”
Regular	“Considero regular ou ruim, pois eu e meus colegas do curso não tivemos aulas práticas(...)”.
Ruim	“O curso carece de atividades práticas, como estágio e trabalhos de campo.”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Figura 28 – Houve aumento salarial após o término do curso?

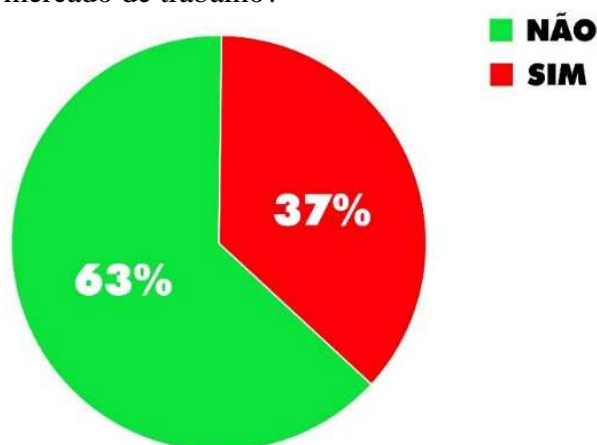


Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A figura 28 mostra que apenas 20% (vinte por cento) dos pesquisados obtiveram na realidade uma melhoria salarial após a formação do curso técnico e 80% (oitenta por cento) dos que responderam ao questionário dizem não tiveram melhoria salarial.

Pode-se depreender com isso que a perspectiva apontada na figura 25, onde apresenta uma demanda de 22% que já atuavam no mercado de trabalho e que tinham a esperança de melhoria de salário, não fora confirmado na figura 28, visto que 80% dos entrevistados afirmaram após o término do curso que não houve aumento salarial. Entende-se nesse sentido que a qualificação profissional em curso técnico na modalidade EaD não surtiu efeito em melhoria de rendimentos salariais, o que representa de certa forma uma frustração a aqueles que no início do curso demandaram uma expectativa de melhores condições de renda e salário.

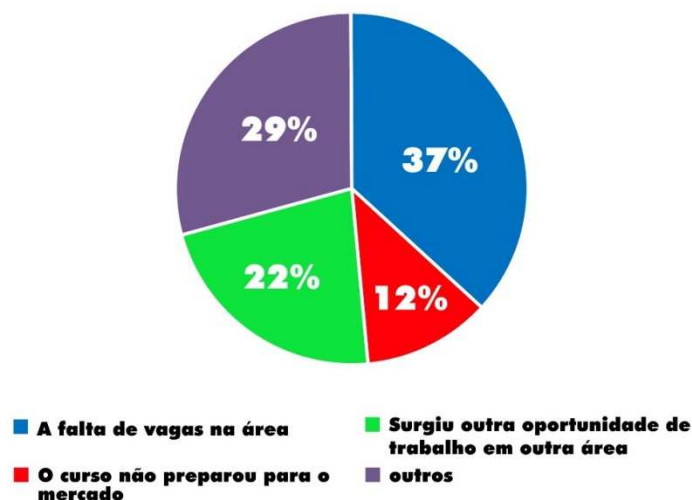
Figura 29 – O curso permitiu o seu ingresso no mercado de trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Verifica-se na figura 29, que 37% (trinta e sete por cento) dos estudantes obtiveram sucesso no ingresso ao mercado de trabalho, por outro lado, 63% (sessenta e três por cento) não obtiveram acesso ao mundo do trabalho.

Figura 30 – Motivo de não ingresso no mercado de trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Conforme a figura 30, dos 63% (sessenta e três por cento) que não obtiveram acesso ao mundo do trabalho (figura 29), aqui entendido com 100 %, podemos inferir algumas categorias que apresentam a causa da não inserção: 37% (trinta e sete por cento) disseram que o motivo foi a falta de vagas na área, 22% (vinte e dois por cento) informaram que surgiram outras oportunidades melhores de trabalho em outra área de serviço, 12% (doze por cento) disse que a culpa foi do curso que não o preparou para o mercado e 29 % (vinte e nove por cento) apresentaram outros motivos, como: já trabalhava na área e alguns já possuíam seu próprio empreendimento, conforme alguns depoimentos abaixo:

“Já tinha meu próprio negócio”

“Já estava atuando na área”

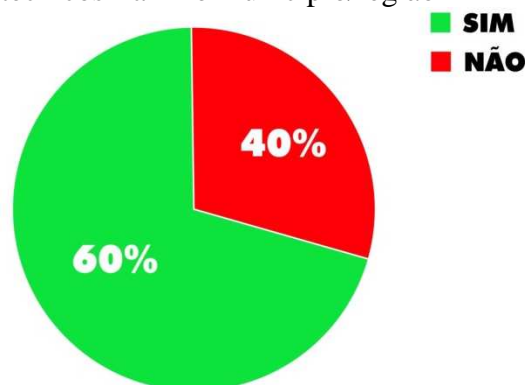
“Estou investindo em concursos públicos”

“Já sou servidor público do IFPI”

5.2. CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os questionários foram aplicados nos municípios polos EaD, e municípios circunvizinhos onde existem alunos egressos de cursos técnicos na modalidade a distância no âmbito do Instituto Federal do Piauí. Ao todo foram 710 (setecentos e dez) questionários que foram aplicados em diferentes pontos desses municípios. A figura 31 demonstra, globalmente, as respostas da população desses municípios quanto ao conhecimento de cursos técnicos (profissionalizantes) na modalidade de educação a distância (EaD) no município e/ou região de residência de cada respondente.

Figura 31 – Tem conhecimento de cursos técnicos EaD no município/região



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Observa-se na figura 31 que cerca de 60% (sessenta por cento), o equivalente a 426 (quatrocentos e vinte e seis) do total de respondentes afirmam que têm/tiveram conhecimento da oferta de cursos técnicos (profissionalizantes) na modalidade de educação a distância no seu município e/ou região. E 40% (quarenta por cento), equivalente a 284 (duzentos e oitenta e quatro) do total de respondentes afirmam que desconhecem essa oferta. Sinteticamente, na tabela 32, observa-se a homogeneidade das respostas acerca da indagação anterior por município polo EaD.

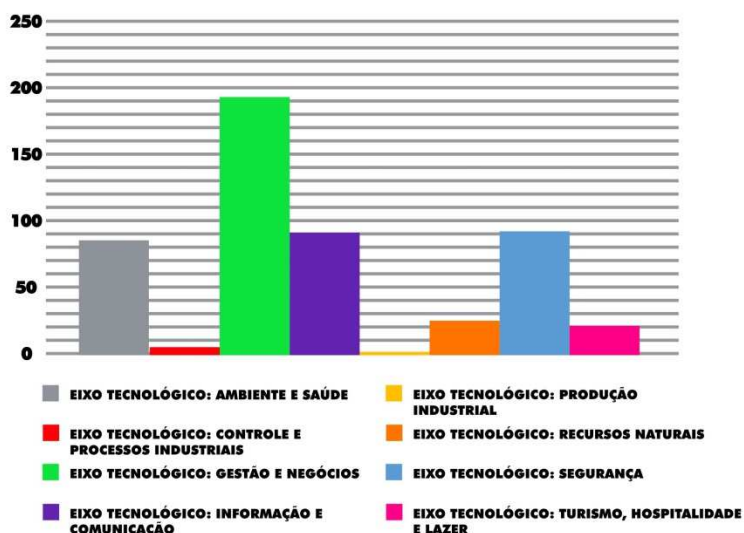
Tabela 32: Tem conhecimento de cursos técnicos EaD por município

Município	SIM	NÃO
São Raimundo Nonato	58%	42%
Parnaíba	56%	44%
Valença do Piauí	65%	35%
Alegrete do Piauí	62%	38%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Em seguida, perguntou-se em que eixo tecnológico os participantes desta pesquisa gostariam de fazer um curso técnico na modalidade de EaD. Como pode ser observado na figura 32, o eixo tecnológico **Gestão e Negócios** foi apontado por 35% (trinta e cinco por cento) dos respondentes, seguido do eixo tecnológico **Informação e Comunicação** e o do eixo tecnológico **Segurança**, que obtiveram ambos, 17% (dezessete por cento) das respostas. Já o eixo tecnológico **Ambiente e Saúde** obteve 15% (quinze por cento), perfazendo ao todo um total de 84% (oitenta e quatro por cento) de interesse em cursos nesses 4 (quatro) eixos tecnológicos.

Figura 32 – Gostariam de fazer que cursos técnicos EaD por eixo tecnológico

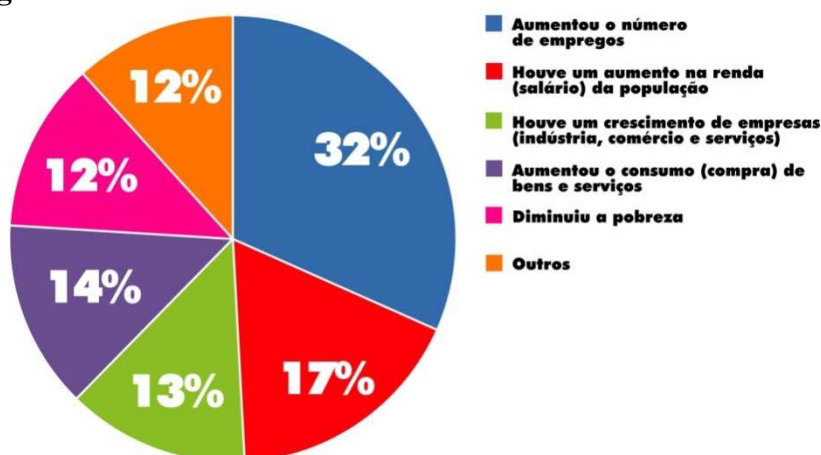


Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Finalmente, indagou-se, também, qual (is) benefício(s) um curso técnico ofertado pelo Instituto Federal do Piauí trouxe para o município/região. A figura 33 demonstra que 32% (trinta e dois por cento) perceberam que houve um aumento no número de empregos; 25% (vinte e cinco por cento) sinalizaram que ocorreu um aumento do consumo (compra) de bens e

serviços; 13% (treze por cento) destacam um aumento da renda da população. No que se refere ao crescimento de empresas (indústrias, comércio e serviços), 9% (nove por cento) dos respondentes relataram o fato. Contrariamente, 2% (dois por cento) dos sujeitos responderam que houve uma diminuição dos benefícios.

Figura 33 – Benefícios de um Curso Técnico



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

Para fazer frente à realidade que está posta, nesse capítulo revelou-se, através da observação direta durante a aplicação dos questionários, que alguns respondentes nos municípios consideram, ou melhor, concordam que um curso técnico (profissionalizante) pode proporcionar ao cidadão egresso de um curso de qualificação profissional o ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, é importante mencionar que conforme relatos a presença de um Campus (Parnaíba, Valença do Piauí e São Raimundo Nonato) ou Polo de EaD (Alegrete do Piauí) do Instituto Federal do Piauí não necessariamente está diretamente relacionado com o desenvolvimento/crescimento econômico do município e região. Seguem alguns relatos:

“Não acredito que houve crescimento pela implantação do IFPI em minha cidade.”
(Parnaíba)

“Não conheço empresa que se instalou após a implantação do Campus do IFPI na cidade.” (Parnaíba)

“Não conheço nenhuma empresa que se instalou após a implantação do Campus do IFPI na cidade.” (São Raimundo Nonato)

No entanto, alguns respondentes relataram que houve implantação de empresas nos seus municípios, mas não necessariamente foi devido a implantação dos Campi do Instituto Federal

do Piauí em seus municípios ou de novos cursos técnicos seja presencial ou a distância. Nos relatos e observações os municípios que tiveram um razoável crescimento foram: Parnaíba e São Raimundo Nonato.

“Acredito que no campo da informática, teve um crescimento após a implantação dos cursos. E com certeza outras empresas abrirão após a implantação de novos cursos técnicos.” (Parnaíba)

“Foi aberto lojas do setor de móveis, comércio, bares e restaurantes, etc.” (São Raimundo Nonato)

“Foi implantada a empresa de Call Center (Vick Star), a contratação de técnicos em áreas específicas como técnicos em serviços jurídicos por empresas terceirizadas, técnicos em segurança do trabalho, técnicos em edificações por construtoras e empresas públicas, técnicos em administração, dentre outros.” (Parnaíba)

5.3. AS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E A ABSORÇÃO DOS EGRESSOS DA EAD

Nesta seção são evidenciadas as novas dinâmicas e as possibilidades de absorção dos egressos dos cursos técnicos na modalidade de educação a distância. Entretanto, considere-se que de toda forma a qualificação profissional se constituiu de benefício à população e que mesmo que de forma indireta, o conhecimento adquirido poderá por exemplo, proporcionar a possibilidade de inserção dos egressos no mercado de trabalho em empreendimentos e postos de serviços que, por ventura, possam ser abertos no município ou na região, em destaque nesta pesquisa, os municípios Parnaíba e São Raimundo Nonato.

5.3.1. MUNICÍPIO DE PARNAÍBA

Na Figura 34 tem-se o Aeroporto Internacional de Parnaíba, inaugurado em 20 de fevereiro de 2014. Atualmente, apenas a empresa AZUL Linhas Aéreas tem operação comercial no aeroporto fazendo a interligação entre os municípios de Teresina e Fortaleza. Com essa operação comercial os turistas nacionais e internacionais terão acesso mais rápido aos seguintes destinos turísticos: Delta do Parnaíba (PI), Barra Grande (PI), Jericoacoara (CE), Camocim(CE) e Lençóis Maranhenses (MA).

Figura 34 – Aeroporto Internacional de Parnaíba



Fonte: Retirada pelo autor, 2015

Com objetivo de escoamento de mercadorias para o Porto de Luís Correia foi construída a chamada Avenida do Contorno (Figura 35), inaugurada em 31 de março de 2014, que corta todo o município e faz ligação direta a BR 343, na entrada do município e do aeroporto, ligando o município de Parnaíba ao município de Luís Correia.

Figura 35 – Avenida do Contorno



Fonte: Retirada pelo autor, 2015

Ainda no município de Parnaíba, na área de negócios, foram abertos dois shoppings (Figura 36), Parnaíba Shopping (36A), inaugurado em 25 de fevereiro de 2014, e Dunas Shopping (36B), inaugurado em 01 de maio de 2015, bem como a ampliação de lojas de vendas de veículos automotivos, como, por exemplo, a Concessionária da Toyota (Figura 37). Observou-se também o aumento da rede hoteleira no município, com a implantação de hotéis, resorts e pousadas (Figura 38). Apesar de tais observações realizadas no município, salienta-se a importância de haver profissionais qualificados nas áreas de: gestão e negócios, turismo, eventos, hotelaria, segurança e tecnologia.

Figura 36 – Shopping Centers na Cidade de Parnaíba



Fonte: Retirada pelo autor, 2015. 36A – Parnaíba Shopping. 36B – Dunas Shopping

Figura 37 – Concessionária da Toyota – Newland



Fonte: Retirada pelo autor, 2015

Figura 38 – Pousada Aeroporto

Fonte: Retirada pelo autor, 2015

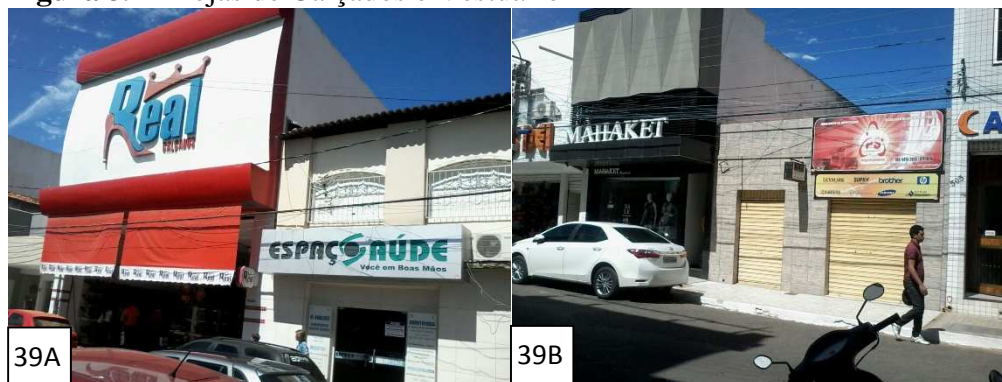
Notadamente, o Piauí é um Estado que vem se destacando na realização de eventos e no turismo, principalmente, no litoral, especificamente nos municípios de Parnaíba, Luiz Correia e Barra Grande, municípios turísticos, que além de suas belezas naturais, também promovem eventos vinculados à natureza, ao artesanato, à gastronomia e ao ecoturismo. Dessa maneira, os alunos egressos do Curso Técnico em Eventos na modalidade EaD do Campus Parnaíba são necessários para o planejamento e organização de eventos, entre eles, os que promovem o desenvolvimento econômico da região através das potencialidades turísticas, culturais e produtivas.

Outro aspecto a considerar é que, com o crescimento de empreendimentos diversos, vislumbra-se um potencial cenário para que os alunos egressos dos cursos da EaD do Campus de Parnaíba na área de gestão e negócios possam ser absorvidos pelo mercado local e regional, pois tanto as empresas privadas quanto as organizações públicas estão a procura de profissionais qualificados e com perfil multidisciplinar e empreendedor para rotinas administrativas, especificamente as atividades secretariais, financeira e contabilística. Tal perfil, encontra-se presente nos egressos do Curso Técnico em Serviços Públicos na modalidade EaD do Campus de Parnaíba. Verifica-se também, a necessidade de profissionais na área de tecnologia da informação e comunicação, como é o caso dos alunos egressos do Curso Técnico em Informática para a Internet, que poderão aplicar suas habilidades e competências adquiridas no curso para atuarem de forma proativa no mercado de trabalho.

5.3.2. MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

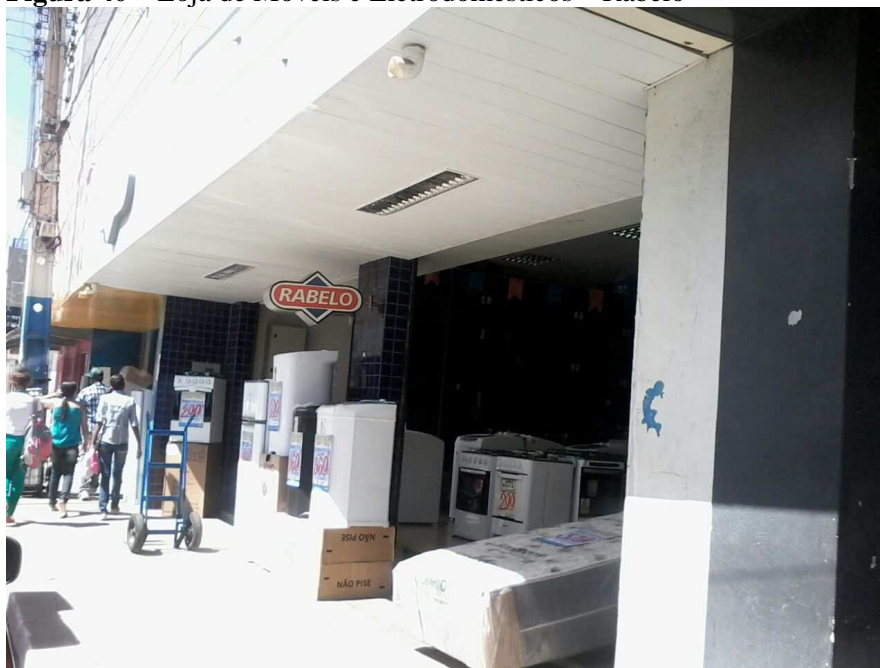
Similarmente, ao município de Parnaíba, no município de São Raimundo Nonato, observou-se nessa mesma vertente o aumento de serviços de turismo e hospitalidade, devido ao Parque Nacional da Serra da Capivara e o Aeroporto Internacional. No entanto, ocorreu um crescimento, conforme relatado por alguns respondentes e observados durante a pesquisa de campo realizada, no aumento do comércio, tais como: lojas de calçados e vestuário (Figura 39), lojas de móveis e eletrodomésticos (Figura 40) entre outras. Dessa forma, profissionais na área de turismo, hospitalidade, gestão e negócios e tecnologia são necessários nesses empreendimentos.

Figura 39 – Lojas de Calçados e Vestuário



Fonte: Retirada pelo autor, 2015. 39A – Real Calçados. 39B Mahaket

Figura 40 – Loja de Móveis e Eletrodomésticos – Rabelo



Fonte: Retirada pelo autor, 2015

É interessante frisar que tanto o município de Parnaíba quanto o município de São Raimundo Nonato apresentam-se como potenciais pontos turísticos devido à exuberância de suas paisagens naturais, como Delta do Parnaíba, Praias e o Parque Nacional da Serra da Capivara. Dessa maneira, torna-se importante profissionais capacitados na área ambiental, como é o caso do Técnico em Meio Ambiente na modalidade EaD que poderão suprir as demandas desses municípios e entornos, visto que tais profissionais poderão contribuir com a proteção e preservação das belezas naturais de ambos municípios e região.

5.3.3. MUNICÍPIOS QUE NÃO HOUE A CONEXÃO ENTRE O TERRITÓRIO E O CURSO EAD OFERTADO

Percebe-se, por outro lado, que os municípios de Valença do Piauí e Alegrete do Piauí não tiveram um crescimento de empresas (comércio/indústria/serviços), no entanto, os cursos técnicos na modalidade de EaD ofertados nesses municípios: Técnico em Informática e Técnico em Administração habilitaram os alunos egressos para atuarem em organizações públicas, privadas e do terceiro setor, dessa maneira, podendo de certa forma contribuir com o desenvolvimento local. Para corroborar com essa análise, seguem falas tanto do Prefeito quanto da Secretária Municipal de Educação do município de Valença do Piauí:

“Atualmente a oferta de mão de obra qualificada é elemento básico para a condução do serviço técnico especializado. Como gestor do Município de Valença do Piauí-PI, digo que a benefício para os jovens e cidadãos valencianos é imensurável dos cursos acima citados, pois precisamos colocar à disposição do mercado de trabalho profissionais capacitados para atender com qualidade os serviços ofertados, com isso, reafirmo o grande benefício que recebemos quanto a vinda dos cursos em evidencia para o nosso município e toda a região do Vale do Rio Sambito”. (Prefeito de Valença do Piauí).

“Os cursos Técnicos de Administração e Informática é de grande relevância para toda região do Vale do Rio Sambito, pois a qualificação profissional é necessária para jovens e adultos que buscam vaga no mercado de trabalho, com isso, os cursos acima citados são de grande benefício para toda a região, pois capacitam e qualificam profissionais competentes para atuarem nas atividades relacionadas em cada área”. (Secretária Municipal de Educação de Valença do Piauí)

Parece estar claro que os resultados apontam que as expectativas dos egressos dos cursos técnicos na modalidade a distância consistiu em adquirir conhecimento e qualificação profissional e, por consequência, inserir-se no mercado de trabalho. Acrescente-se que a Educação Profissional, enquanto política do Estado pode ser potencializadora do desenvolvimento do lócus onde ela acontece, visto que é mecanismo privilegiado para a democratização do ensino, principalmente na modalidade a distância.

Por outro lado, os resultados também apontam que a qualificação profissional proporcionada aos cidadãos por meio dos cursos técnicos a distância não garantiu, efetivamente, a inserção dos egressos no mercado de trabalho e nem tampouco ocorreu melhoria salarial. Em suma, percebe-se que não há, efetivamente, uma articulação entre a oferta de cursos de Educação Profissional de Nível Médio no âmbito do IFPI e os arranjos e potencialidades socioprodutivos dos municípios onde os cursos ocorrem, gerando uma desconexão entre a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e as reais demandas sociais, econômicas e ambientais nos territórios. Tal fato compromete a absorção dos egressos no mercado de trabalho nos respectivos territórios de abrangência e parece ter como causa não somente a inadequação das escolhas de oferta, mas, sobretudo o desequilíbrio estrutural das economias locais, que gera escassez de oportunidades de trabalho e desvalorização dos profissionais formados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como problemática verificar a importância da educação profissional na modalidade a distância para o desenvolvimento territorial no âmbito do Estado do Piauí e para atingir os resultados esperados neste estudo, teve-se como objetivo geral a análise da expansão da educação profissional, na modalidade a distância, a partir de uma aproximação com o território piauiense.

Defendeu-se aqui que a educação profissional, na modalidade a distância através do Programa Governamental Rede e-Tec, teve um papel relevante e estratégico no desenvolvimento territorial, sobretudo, quando se considera o território como locus de articulação entre os atores sociais envolvidos nos processos produtivos dos municípios.

Dessa forma, será esse um discurso de fomento ao desenvolvimento territorial? Será que essa expansão da educação profissional brasileira vivenciada pela Rede e-Tec, não está mais estrita a um discurso ideológico e mercadológico que pauta-se na panaceia do desenvolvimento nacional? São questões como essas que esta pesquisa buscou responder.

Constata-se que para a educação atingir sua finalidade com qualidade e com o propósito de desenvolvimento devem ser levados em consideração outros indicadores e variáveis, tais como: a) questões socioeconômicas e culturais dos atores sociais envolvidos; b) gestão pública e organização de políticas de fomento a educação; c) profissionalização e empregabilidade e d) finalidade social.

As informações coletadas durante esta pesquisa demonstraram que a opção de realização de curso técnico na modalidade a distância foi devido aos seguintes fatores: a) melhoria de condições de trabalho; b) aumento salarial; b) busca de conhecimento e qualificação profissional; d) busca de uma profissão; e e) inserção no mercado de trabalho.

Destarte, verificou-se que o desenvolvimento territorial pode ocorrer tanto de forma visível, pelo crescimento econômico, quanto, de forma imaterial, satisfazendo as necessidades básicas da população local e melhorando a qualidade de vida.

Em contraponto, observou-se que, em alguns casos, os cursos técnicos (profissionalizantes) não garantiram aos egressos a conquista de um emprego nem tão pouco uma melhoria salarial. Isso se deu, em partes pela: falta de vagas na área do curso realizado; surgimento de outras oportunidades de trabalho e conhecimento restrito dos egressos.

Com base nesses resultados, pode-se afirmar que esses cursos não foram pensados e ofertados nesses municípios, respeitando as Diretrizes Nacionais de Educação Profissional e

Tecnológica, que orienta que, para a oferta de cursos, deve-se levar em consideração as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva e o perfil socioeconômico-político-cultural do município ou da região.

Por outro lado, mesmo com algumas deficiências, alguns cursos possibilitaram aos egressos a oportunidade de conquista de conhecimento técnico modalidade EaD, trazendo os benefícios seguintes: possibilidade de aumento de empregos; aumento da renda salarial, melhor preparo para o mundo do trabalho, volta à educação formal, e uma oportunidade de verticalização dos estudos.

A população ouvida demonstrou maior conhecimento em relação aos cursos nos eixos de gestão de negócios e a expectativa de que os mesmos possam proporcionar o aumento de empregos e de salários.

À guisa de conclusão, pode-se inferir que por meio da educação profissional e tecnológica oferecida na modalidade a distância, o IFPI forneceu qualificação educacional numa vertente profissionalizante, levando em consideração mais a receptividade política do município do que o perfil econômico e social do local. Entretanto, os cursos permitiram oportunidades de melhoria da qualidade de vida da população em geral. Não obstante, a pesquisa demonstrou que há muito ainda a ser melhorado na estruturação dos cursos ofertados, no que tange a laboratórios, visitas técnicas, material didático e melhor entrosamento dos atores do processo ensino aprendizagem, bem como um estudo mais aprofundado para que se possa escolher os cursos que melhor atendam às demandas territoriais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. “**Pesquisa em Ciências Sociais**”. In: HIRANO, S. (org.) “Pesquisa Social: Projeto e Planejamento”. São Paulo, T.A. Queiroz, pp. 28 - 44, 1979.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

ALVARENGA NETO, R. C. D. de; BARBOSA, R. R.; CENDON, B. V.. **A construção de metodologia de pesquisa qualitativa com vistas à apreensão da realidade organizacional brasileira**: estudos de casos múltiplos para proposição de modelagem conceitual integrativa. Revista Informação & Sociedade. Estudos, João Pessoa, v. 16, n.2, p. 63-78, jul./dez. 2006. Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2001

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Resolução CNE/CEB Nº. 6, de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União. Brasília; 21 set. de 2012; Seção 1, p.22.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Resolução CNE/CEB Nº. 6, de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União. Brasília; 21 set. de 2012; Seção 1, p.22.

_____. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil, altera o Decreto nº 6.301, de 12 de Dezembro de 2007.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008a, Seção 1, p.1.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais**: balanço das experiências e contribuição para o debate. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CASTILHO Maria Augusta de; ARENHARDT, Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT Cleonice Alexandre. **Cultura e identidade**: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009.

CEPRO, 2011. **Diagnostico socioeconômico de Alegrete do Piauí**. Disponível: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_fa92daf3d5.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. **Piauí em Números**. Teresina, 10. Ed. 2013. Disponível em: <<http://www.cepro.pi.gov.br/>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. **Diagnostico socioeconômico de Parnaíba**. Disponível: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_937a2375bf.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. **Diagnostico socioeconômico de São Raimundo Nonato**. Disponível: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201106/CEPRO21_4fb7f12358.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. **Diagnostico socioeconômico de Valença do Piauí**. Disponível: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/201106/CEPRO21_2fb91fdf6e.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

CPRM. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado do Piauí, **Diagnóstico do município de Valença do Piauí**, Fortaleza, 2004. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/216.pdf>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado do Piauí, **Diagnóstico do município de Alegrete do Piauí**, Fortaleza, 2004. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/005.pdf>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado do Piauí, **Diagnóstico do município de Parnaíba**, Fortaleza, 2004. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/150.pdf>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado do Piauí, **Diagnóstico do município de São Raimundo Nonato**, Fortaleza, 2004. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/piaui/relatorios/203.pdf>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

CREMONESE, Baltazar Carboni; BRYAN, Newton A. Paciulli. Análise política do programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos. In: SCHNEIDER, Maria Clara K.; AGUILAR, Luis Enrique (orgs). **Trajetórias de Educação Profissional e Tecnológica**. (....), 2013. p. 91-122.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 43.

EGLER, Cláudio A. G. **Questão regional e Gestão no Território no Brasil**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ELLIOT, L. G. **Instrumentos de Avaliação e Pesquisa** – caminhos para a construção e validação. 1ª edição. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FERNANDES, Yara Valverde. **Violência, medo e estigma: Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2009.

FRIEDE, REIS. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**. Região Nordeste. Rio de Janeiro, SERGRAF. IBGE, 1977

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HAESBAERT, Rogério et al. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial, v. 3, p. 43-71, 2002.

HAESBAERT, Rogério et al. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M.. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004a.

HAESBAERT, Rogério et al. **Des-caminhos e perspectivas do Território**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão:Unioeste, 2004b.

IBGE, 2013. **Alegrete do Piauí**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220027&search=piaui|alegrete-do-piaui>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

_____. **Parnaíba**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220770&search=piaui|parnaiba>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

_____. **São Raimundo Nonato**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=221060&search=piaui|sao-raimundo-nonato>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

_____. **Valença do Piauí**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=221130&search=piaui|valenca-do-piaui>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

_____. **Cadastro Central de Empresas.** 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadaastroempresa/2012/>> Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

_____. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm> Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

_____. **IBGE Cidades@.** 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=22&search=piaui>> Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

_____. **PIB por município de 2009 a 2011.** Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/base/base_2006_2011.xls.zip> Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

ICMBio. **Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba.** 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasil/eiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2246-apa-delta-do-parnaiba>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

_____. **Parque Nacional da Serra da Capivara.** 2014. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-da-capivara.html>> Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

INEP. **Censo Escolar 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

_____. **Censo Escolar 2013.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2013.** Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências.** Ensaio: avaliação e políticas em educação, Rio de Janeiro v. 6, n. 20, jul./set. 1998

KUENZER, Acácia Zeneida. **As políticas de educação profissional:** uma reflexão necessária. MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, p. 254-270, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EDU, 2007.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia:** A construção do mundo. São Paulo: Moderna, 2005.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da Entrevista em Dissertações e Teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação.** Revista Percurso NEMO. Maringá, v.

4,nº2, p. 149-171, 2012. Disponível em:
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/18577>. Acesso em 14/05/2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Cleudes Dias de Andrade. **A educação ambiental como função social da escola na perspectiva da Lei 9.795/99**. Dissertação de Mestrado - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso** – Um Estratégia de Pesquisa. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

OLIVEIRA, E. M. DE. . **A educação a distância do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Mato Grosso do Sul: perspectivas para o desenvolvimento local**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS. 2013.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J.E.S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento regional**. Revista FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez., 2003.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; SOBRINHO, Moisés Domingos. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades**. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania**. Porto Alegre: Tekne Editora, 2012. p. 15-31.

PHILERENO, Deivis Cassiano. **A dinâmica de longo prazo e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do município de Taquara Santa Cruz do Sul – RS**. Tese de Doutorado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul – RS, 2014.

PIRES, E; MÜLLER, G.; VERDI, A. **Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos**, In Geografia – Associação de Geografia Teórica – Rio Claro, SP: v. 31, setembro a dezembro, 2006.

PLANAP - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba. **Síntese executiva: Território Vale do Sambito** /Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2006.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro – Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Elisa Antonia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p. 129-148, maio de 2008.

RODRIGUES, Romir de Oliveira; DOS SANTOS, Maurício Ivan. **Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. # Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, v. 1, n. 2, 2012.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112p.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da USP, 2008. (Coleção Milton Santos; 7)

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008

_____. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. B.O. **Desenvolvimento sustentável no Brasil de Lula: uma abordagem jurídico-ambiental**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados**. Métodos para análise de entrevistas, textos e interpretações. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SIMÕES, C. A. **Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores**. In: MOLL, J e colaboradores. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: Desafios, Tensões e Possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOARES, Andrei; AGUIAR, Luiz Edmundo; PEDRA, Marcelo Camilo. Pronatec: consolidação do direito à educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, Eliezer Moreira;

MORIGI, Valter. **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania**. Porto Alegre: Tekne Editora, 2012. p. 98-106.

SOUZA M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6ª Edição. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Heron Ferreira; XAVIER, Adelmo de Souza. **Desenvolvimento, territorialidade e sustentabilidade**: análise propositiva à dinâmica territorial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2010. Disponível em http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT6/DESENVOLVIMENTO_TERRIT.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E; GOMES P. C. C. e CORREA, R. L. (Org.) Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2005.

SPOSITO, Elizeu Saverio. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2ª edição – Porto Alegre: Artmed, 2008.

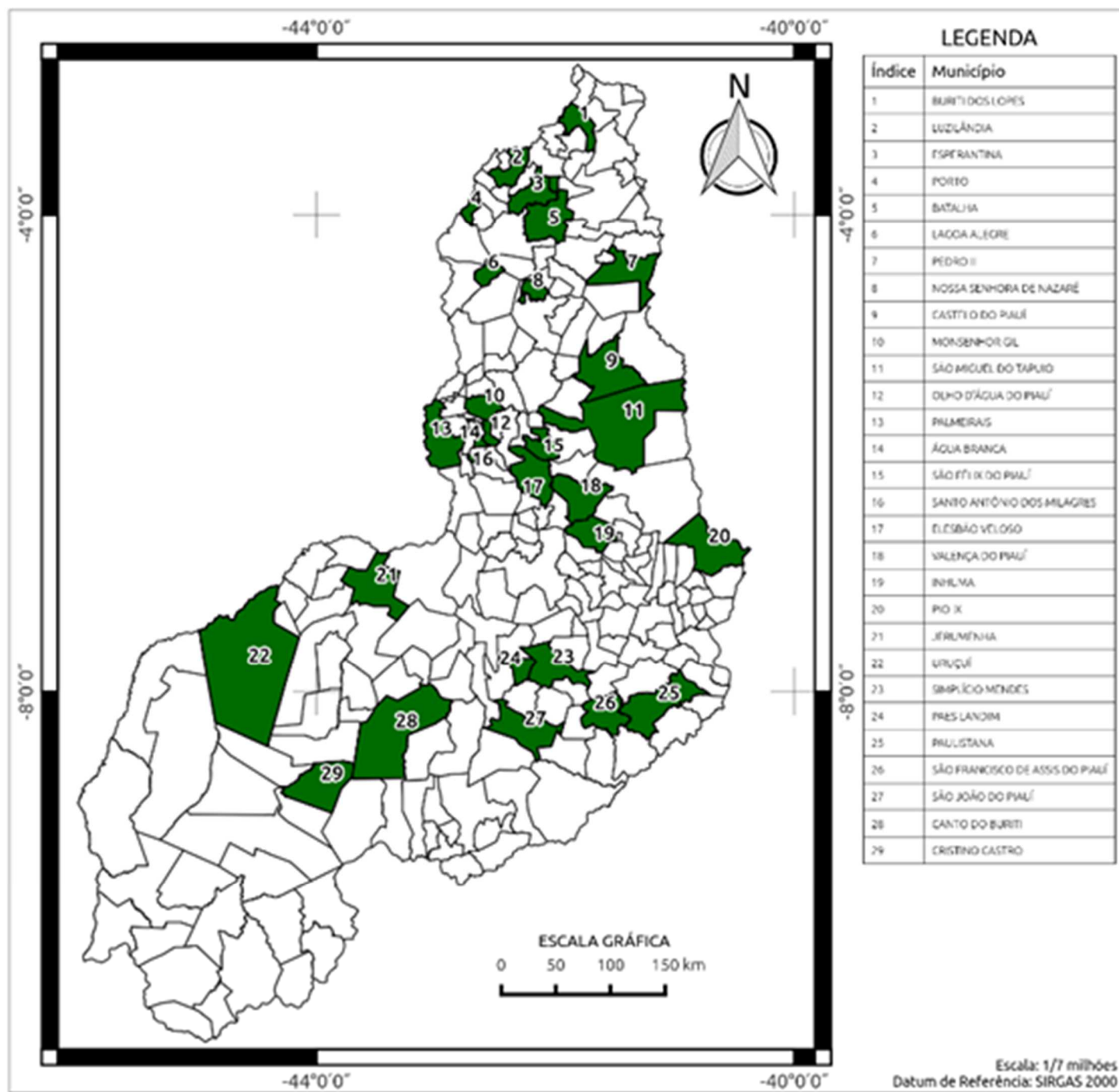
VERGARA, Sylvia C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

WERMELINGER, M; MACHADO, M. H.; FILHO, A. A. **Políticas de educação profissional: referências e perspectiva**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr./jun. 2007.

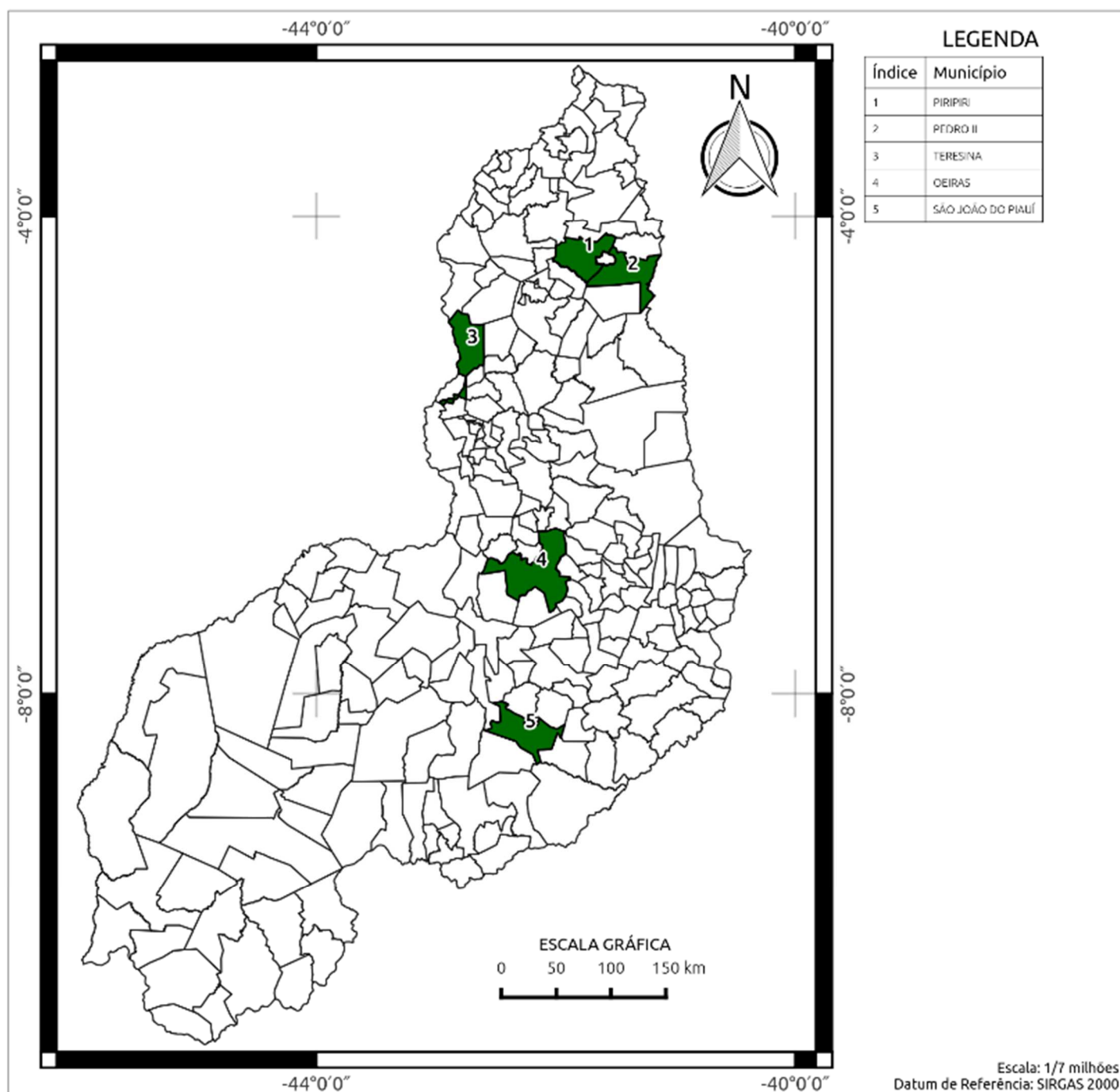
ZIKMUND, William G. **Princípios da pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Thomsom, 2006.

APENDICE A – MAPA DOS CURSOS

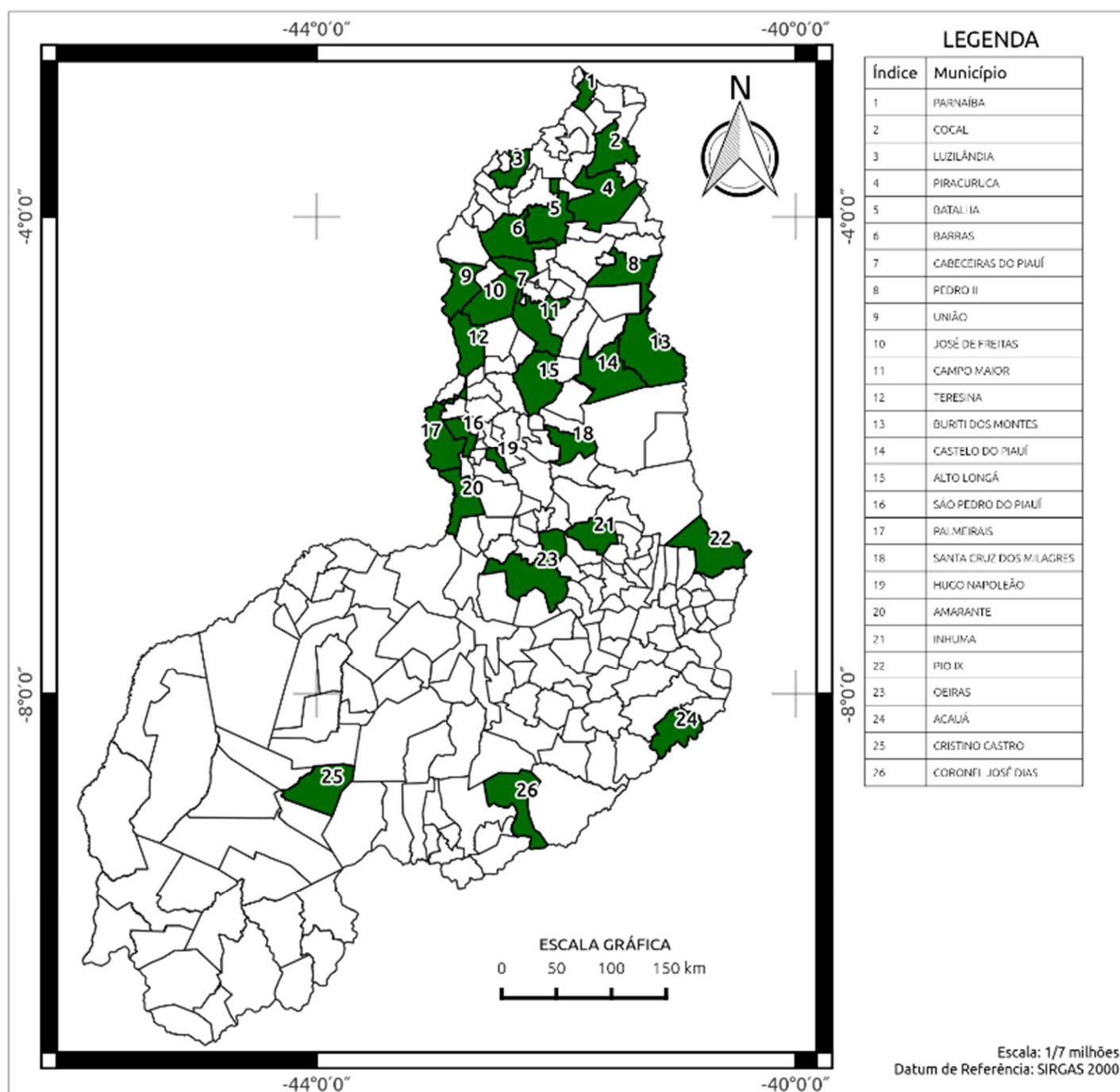
MAPA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



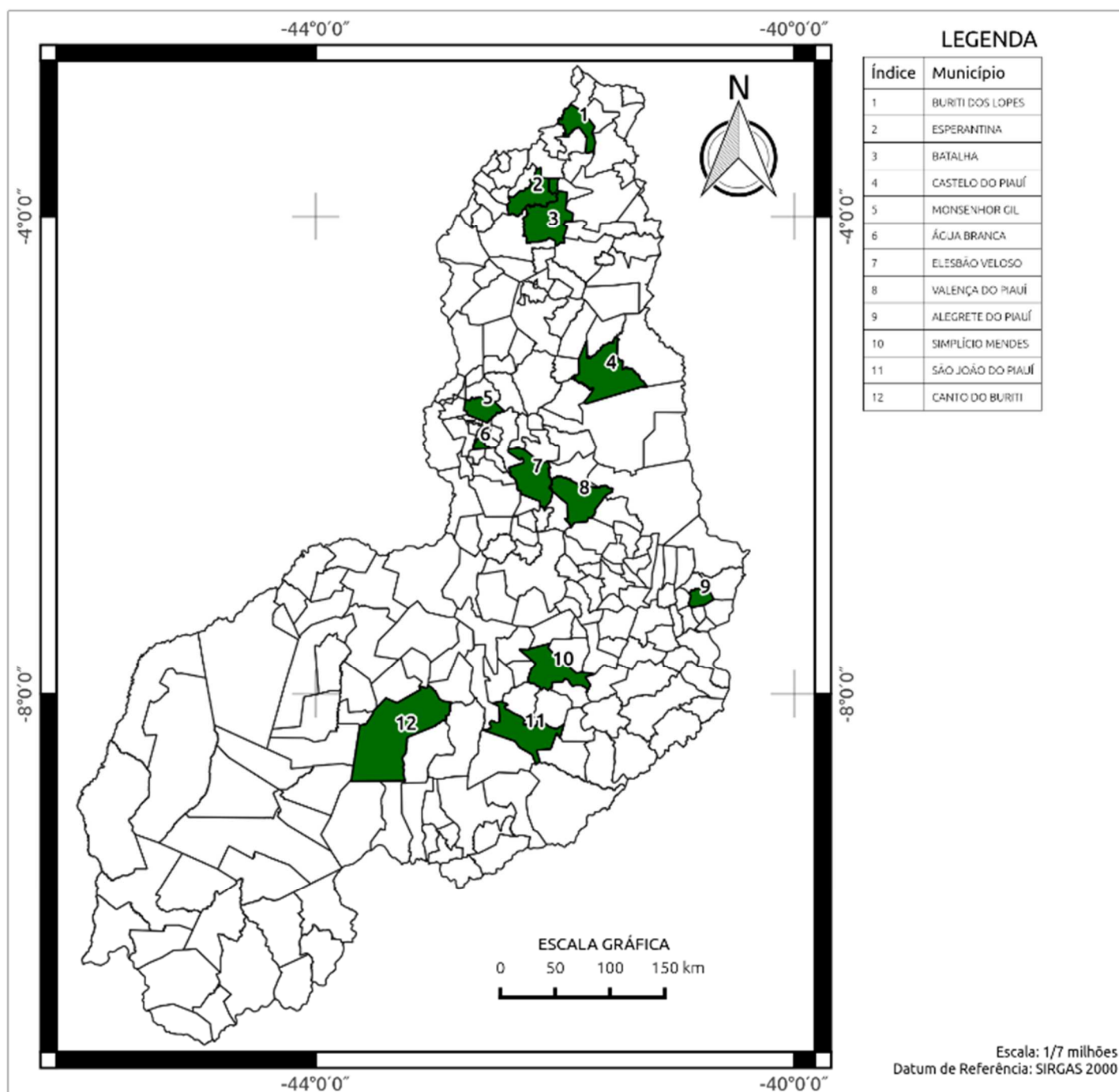
MAPA DO CURSO DE CUIDADOS DE IDOSOS



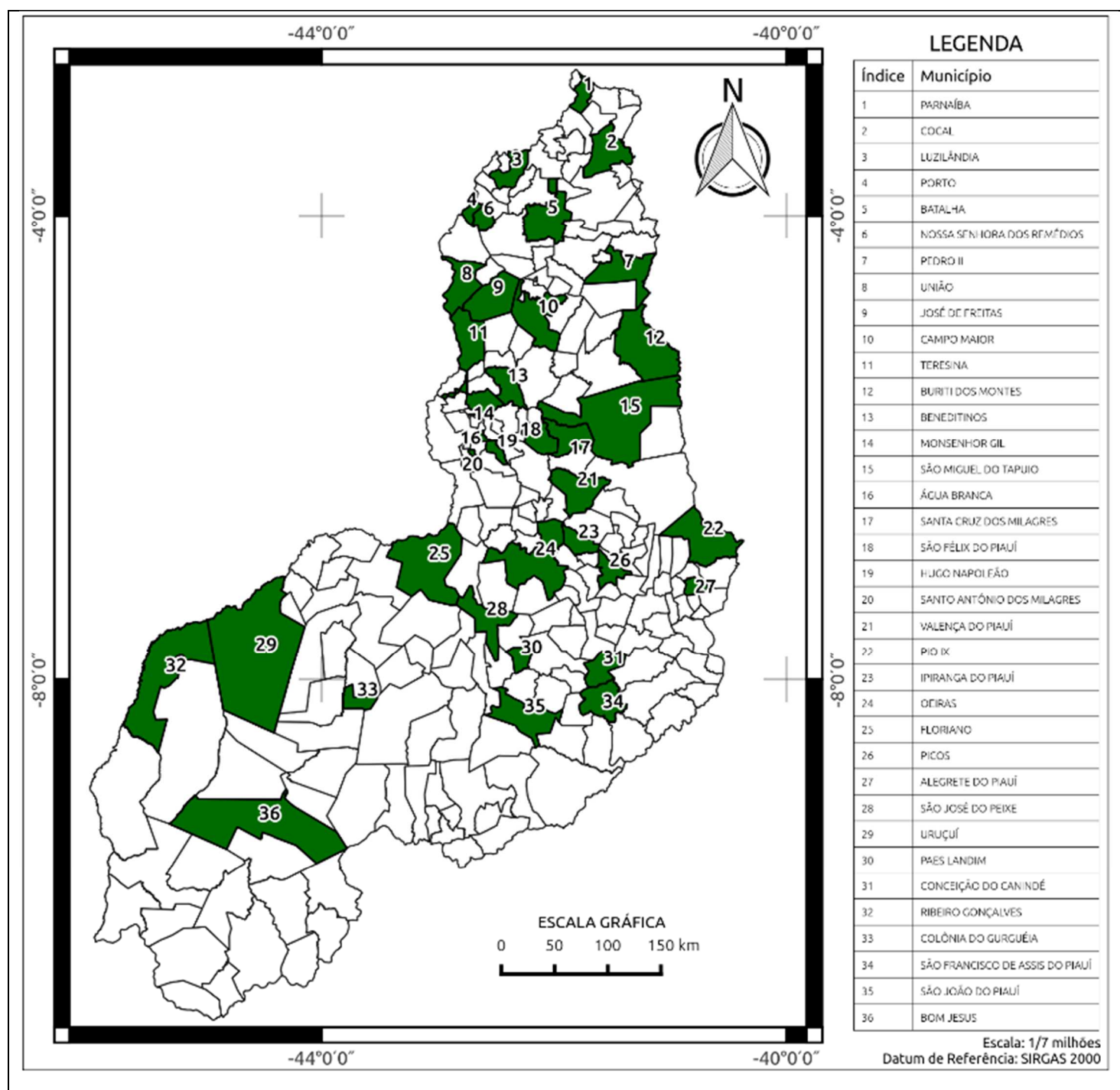
MAPA DO CURSO DE EVENTOS



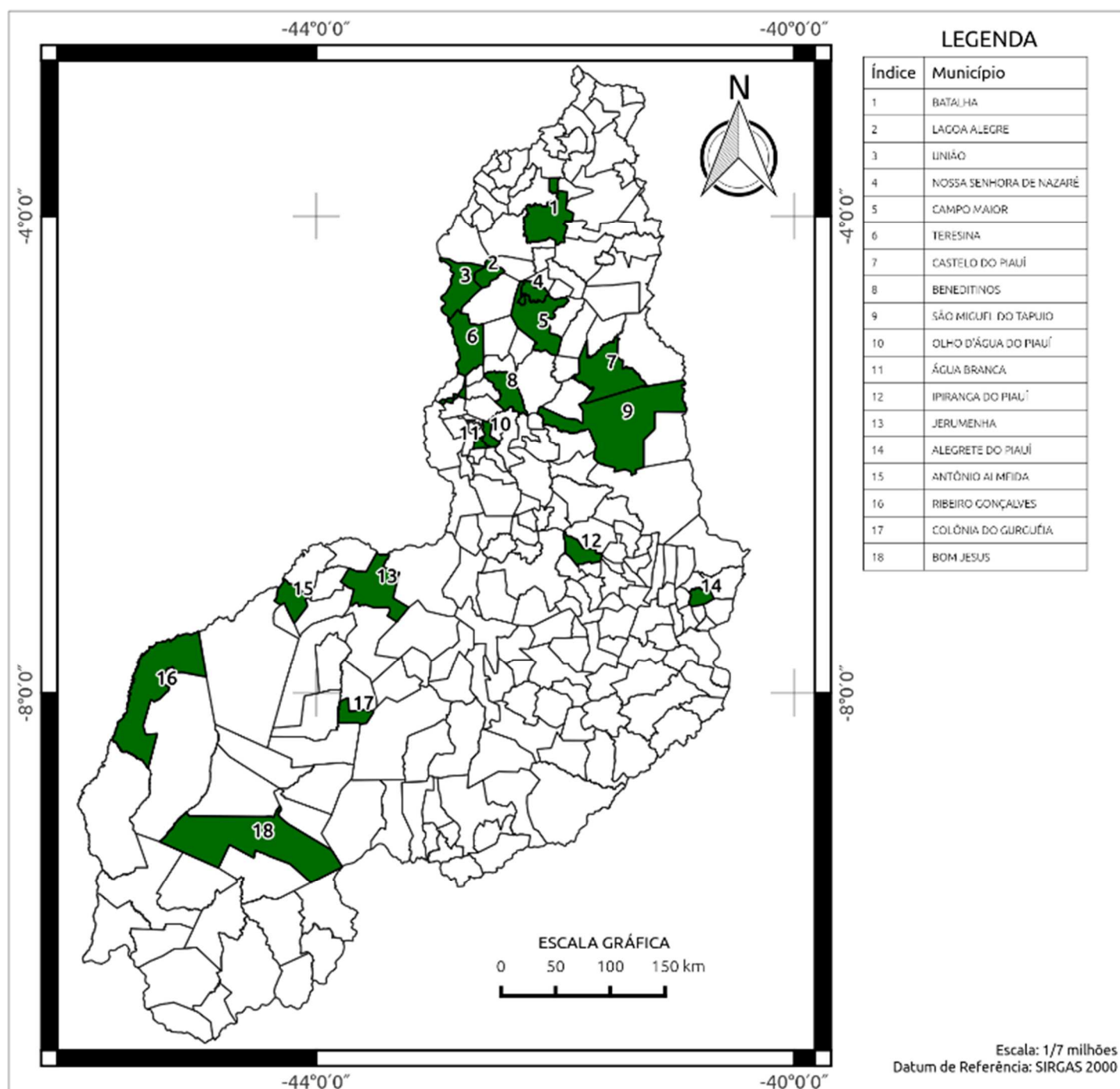
MAPA DO CURSO DE INFORMÁTICA



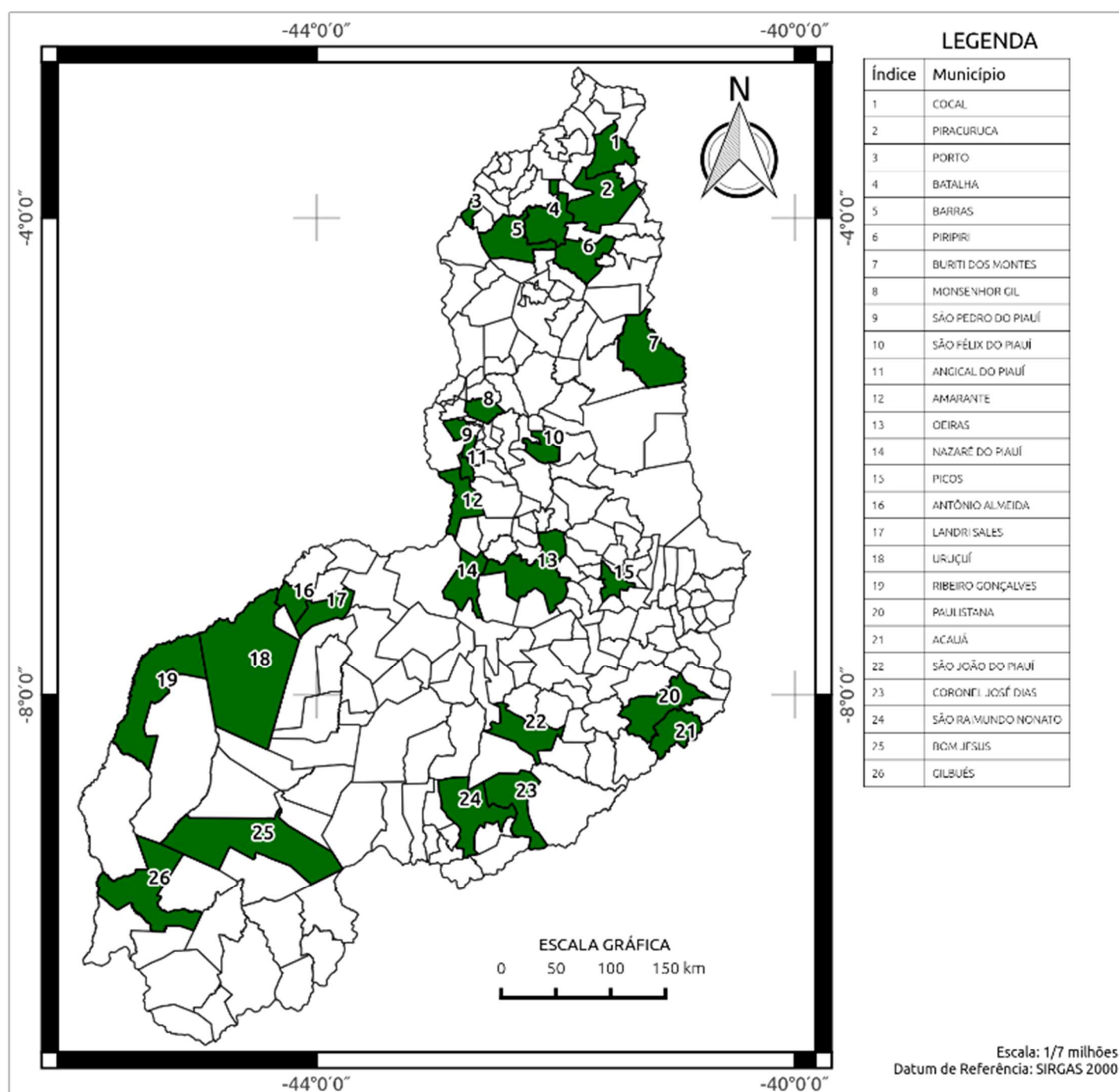
MAPA DO CURSO DE INFORMÁTICA PARA INTERNET



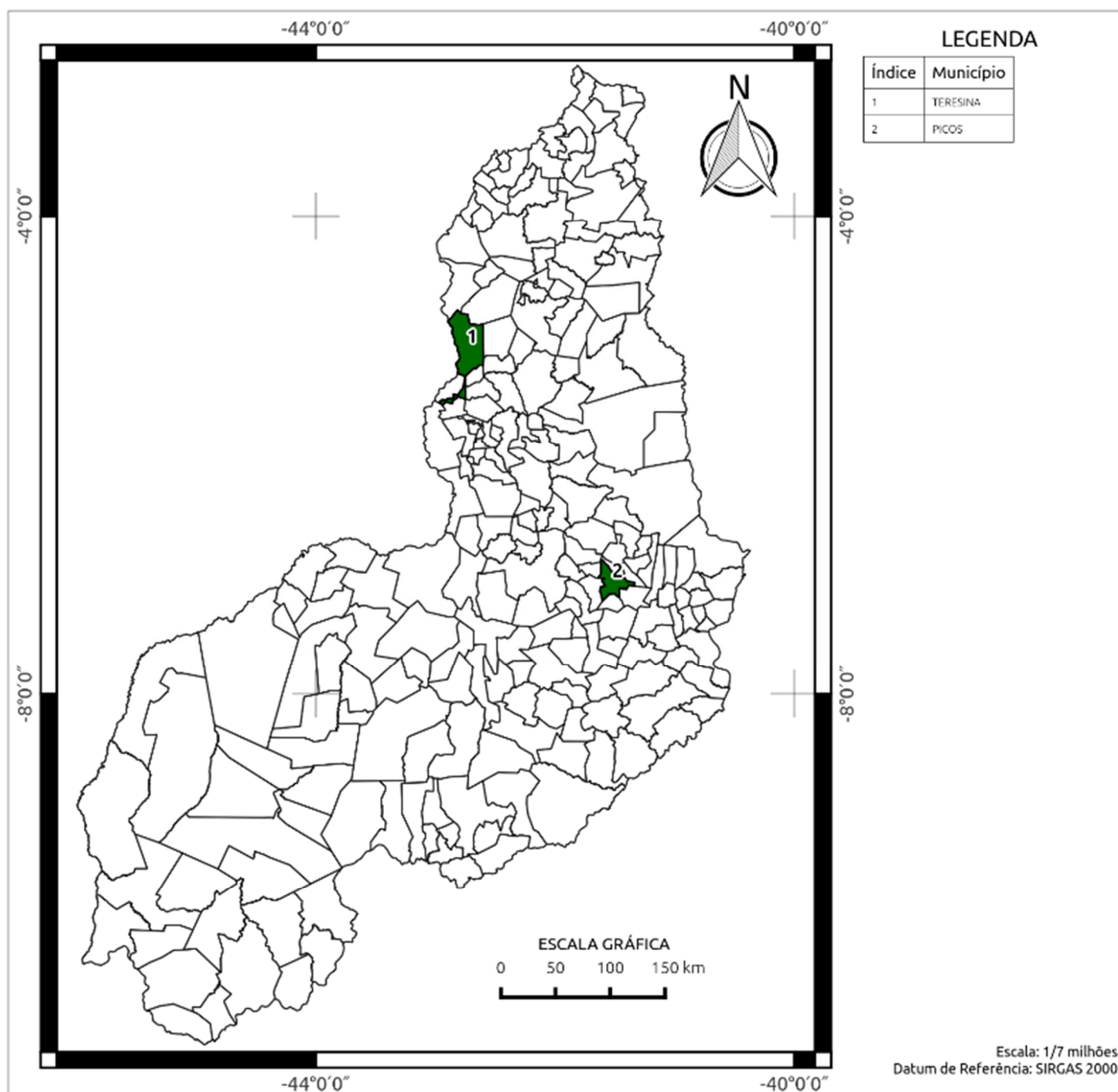
MAPA DO CURSO DE LOGÍSTICA



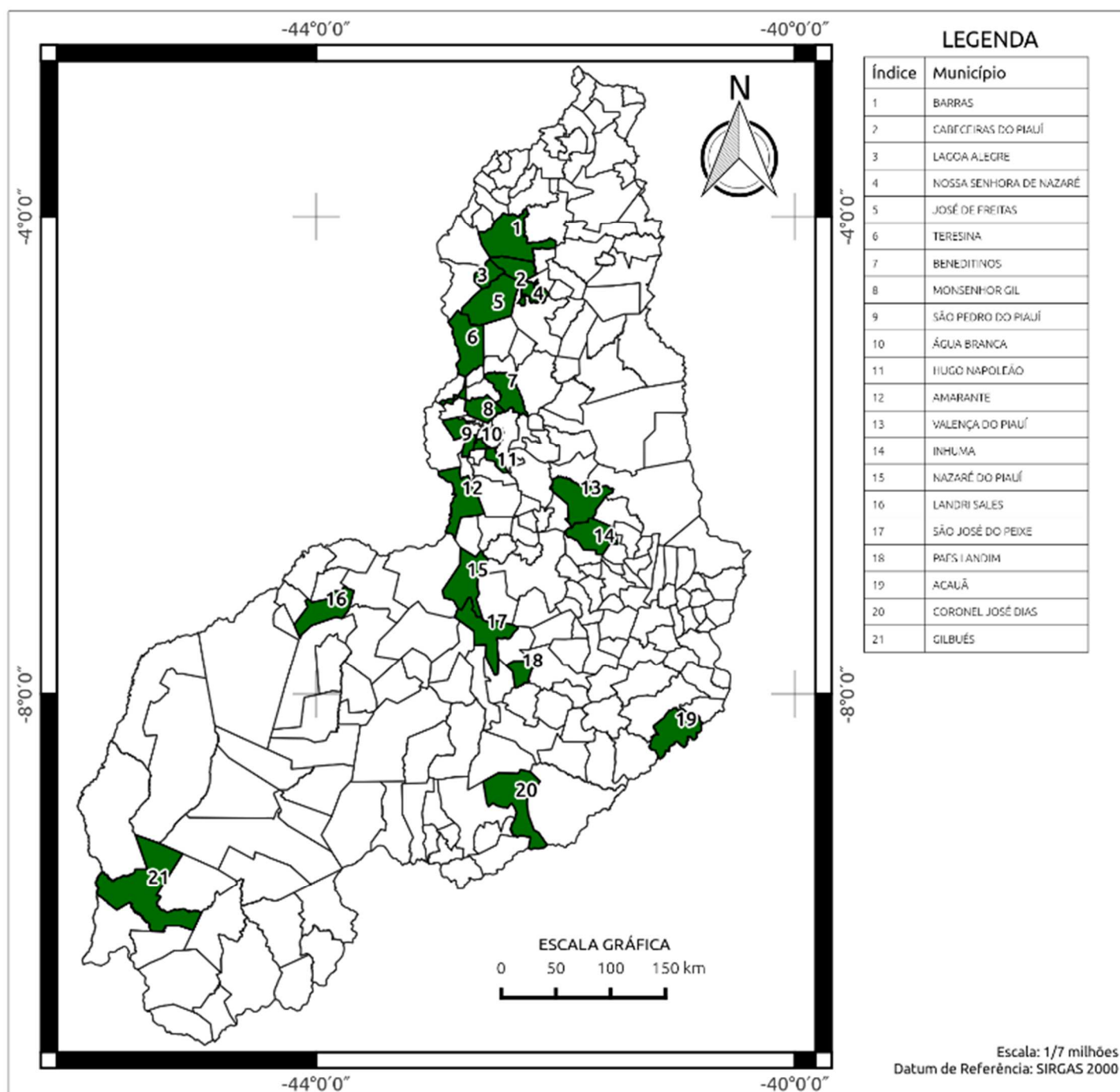
MAPA DO CURSO DE MEIO AMBIENTE



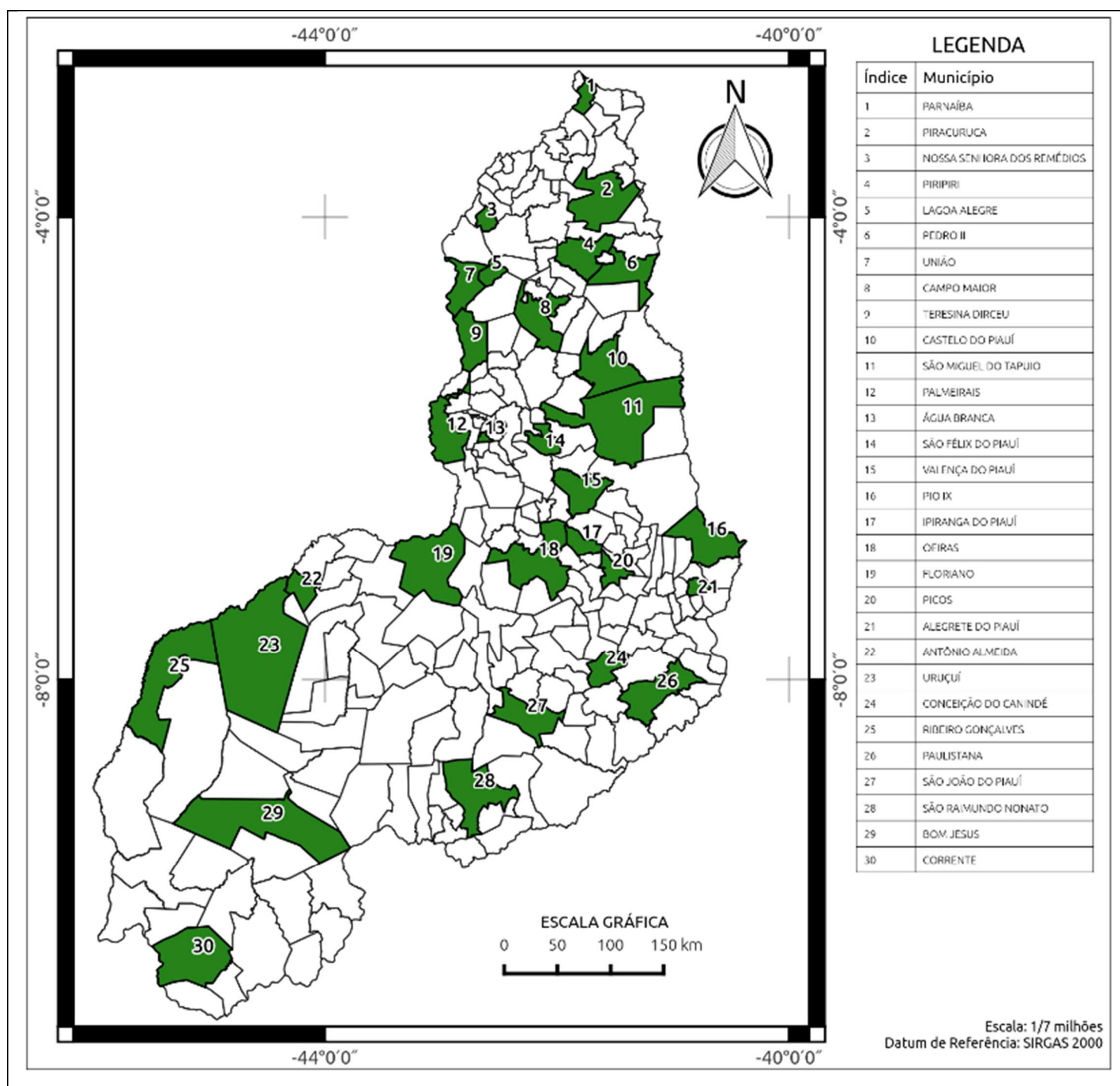
MAPA DO CURSO DE QUÍMICA



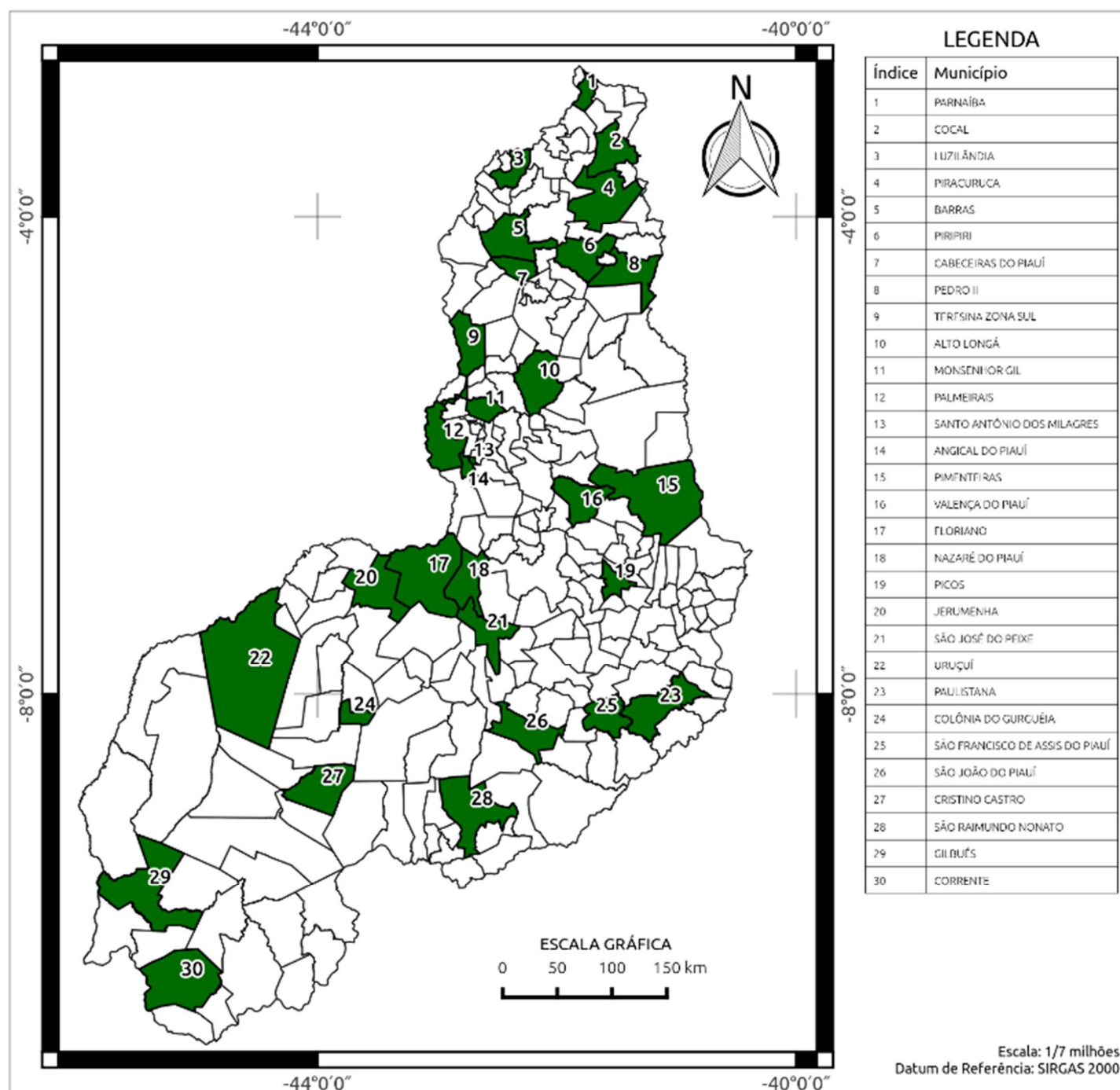
MAPA DO CURSO DE SECRETARIADO

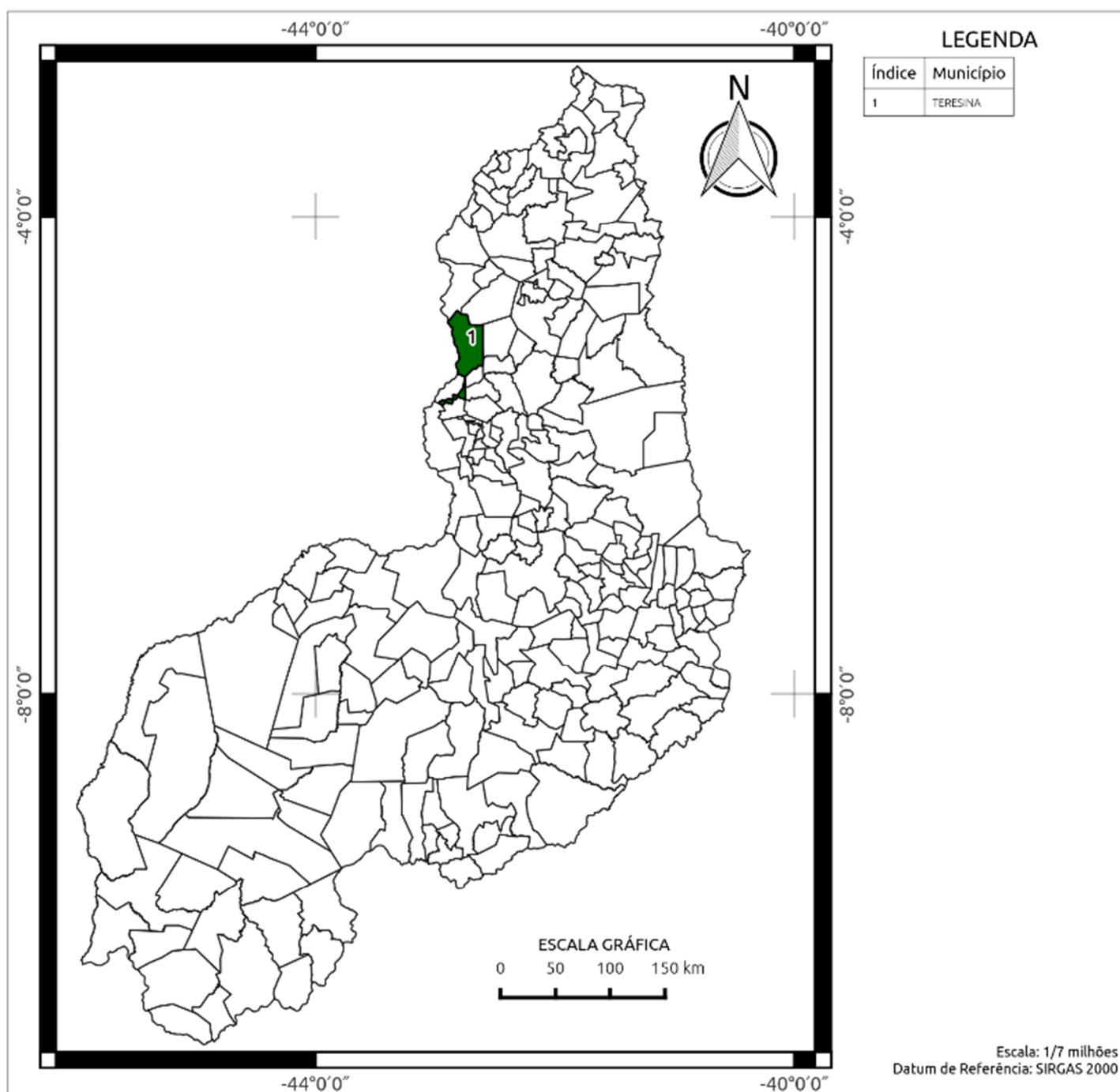


MAPA DO CURSO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

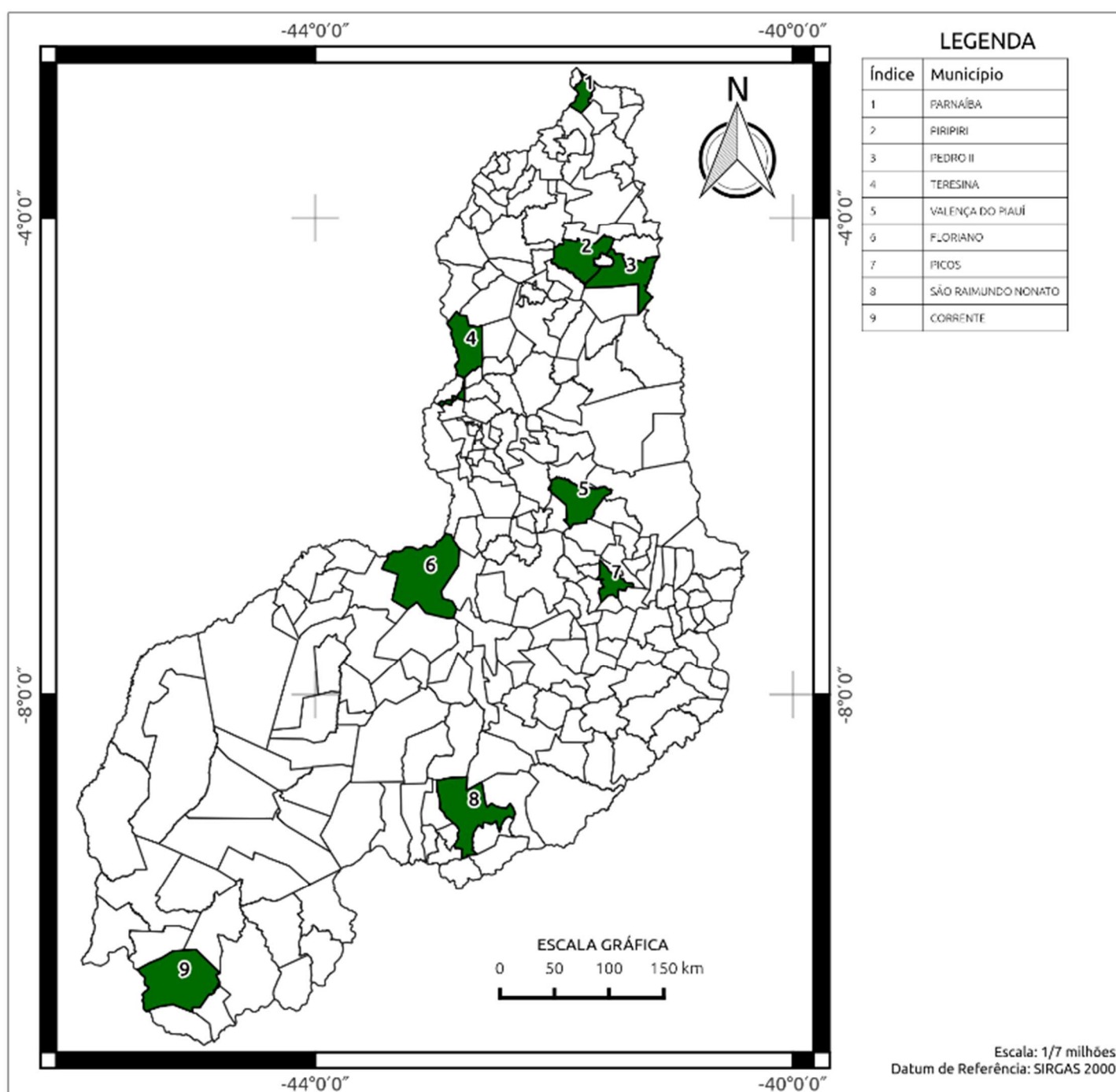


MAPA DO CURSO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



MAPA DO CURSO DE SERVIÇOS DE CONDOMÍNIOS

MAPA DO CURSO DE SERVIÇOS JURÍDICOS



APENDICE B – QUESTIONÁRIO POPULACIONAL

Prezado(a) Senhor(a), visando avaliar os cursos técnicos a distância (Rede e-Tec) do Instituto Federal do Piauí, este questionário tem como objetivo coletar dados para meus estudos de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP-Rio Claro. Espero contar com o seu apoio quanto ao preenchimento deste questionário. Antecipadamente, agradeço a sua valiosa contribuição.

1. Município em que Reside?

2. Você possui o Ensino Médio concluído?

Sim

Não

3. Você sabe o que é um Curso Técnico (profissionalizante) na Modalidade a Distância?

Sim

Não

4. Caso a resposta da questão (2) seja SIM, você faria um Curso Técnico na Modalidade a Distância?

Não

Sim. Em qual área:

5. Você conhece alguma pessoa da município/região que fez um Curso Técnico na Modalidade a Distância no Instituto Federal do Piauí (IFPI)?

Sim

Não

6. Para você que benefícios um Curso Técnico (profissionalizante) do Instituto Federal do Piauí trouxe para seu município/região? (Pode marcar mais de uma alternativa)

Aumentou o número de empregos.

Houve um aumento na renda (salário) da população.

Houve um crescimento de empresas (indústria, comércio e serviços).

Aumentou o consumo (compra) de bens e serviços.

Diminuiu a pobreza.

Outro:

APENDICE C – QUESTIONÁRIO EGRESSO

Prezado(a) ex-aluno(a) dos cursos técnicos a distância (Rede e-Tec) do Instituto Federal do Piauí, visando os estudos de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP-Rio Claro espero contar com o seu apoio quanto ao preenchimento deste questionário. Antecipadamente, agradeço a sua valiosa contribuição.

1. Por que você escolheu fazer um curso técnico?

- Melhoria de Condição de Trabalho
- Melhoria de Salário
- Outros

2. Que motivo levou você a escolher o curso técnico realizado?

- Aptidão profissional
- Demanda de Mercado
- Outros

3. Como você avalia o curso?

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim. Justifique sua resposta:

4. Houve aumento salarial após o término do curso?

- Sim
- Não

5. O curso permitiu o seu ingresso no mercado de trabalho? *

- Sim
- Não

6. Se a questão (5) for SIM, em que tipo de organização você exerce sua atividade profissional?

- Autônoma

- Empresa própria
 - Empresa privada
 - Empresa pública
 - Outro:
-

7. Se a questão (5) for NÃO, qual o motivo?

- A falta de vagas na área
 - O curso não preparou para o mercado
 - Surgiu outra oportunidade melhor de trabalho em outra área
 - Outro:
-

APENDICE D – QUESTIONÁRIO GESTORES

QUESTIONÁRIO AO PREFEITO DE ALEGRETE

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Alegrete do Piauí,

O questionário que se segue encontra-se integrado numa investigação para a tese de doutorado do servidor do Instituto Federal do Piauí, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP (Rio Claro) e tem por objetivo **analisar o processo de desenvolvimento territorial no Piauí por meio da Educação Profissional, na modalidade de Educação a Distância**, a partir de uma aproximação necessária entre Território, Estado e Educação.

- 1) Quais programas e projetos de Educação Profissional que a Prefeitura oferece à população?
- 2) Como Vossa Excelência avalia o Curso Técnico em Administração na modalidade a distância ofertado pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) no município? E quais os benefícios deste curso para o desenvolvimento territorial do município/região?

QUESTIONÁRIO AO PREFEITO DE PARNAÍBA

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Parnaíba,

O questionário que se segue encontra-se integrado numa investigação para a tese de doutorado do servidor do Instituto Federal do Piauí, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP (Rio Claro) e tem por objetivo **analisar o processo de desenvolvimento territorial no Piauí por meio da Educação Profissional, na modalidade de Educação a Distância**, a partir de uma aproximação necessária entre Território, Estado e Educação.

- 1) Quais programas e projetos de Educação Profissional que a Prefeitura oferece à população?
- 2) Como Vossa Excelência avalia o Curso Técnico em Eventos, Técnico em Informática para a Internet, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Serviços Públicos, ambos na modalidade a distância ofertado pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) no município? E quais os benefícios deste curso para o desenvolvimento territorial do município/região?

QUESTIONÁRIO AO PREFEITO DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Raimundo Nonato,

O questionário que se segue encontra-se integrado numa investigação para a tese de doutorado do servidor do Instituto Federal do Piauí, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP (Rio Claro) e tem por objetivo **analisar o processo de desenvolvimento territorial no Piauí por meio da Educação Profissional, na modalidade de Educação a Distância**, a partir de uma aproximação necessária entre Território, Estado e Educação.

- 3) Quais programas e projetos de Educação Profissional que a Prefeitura oferece à população?
- 4) Como Vossa Excelência avalia o Curso Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Serviços Públicos, ambos na modalidade a distância ofertado pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) no município? E quais os benefícios deste curso para o desenvolvimento territorial do município/região?

QUESTIONÁRIO AO PREFEITO DE VALENÇA

Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Valença,

O questionário que se segue encontra-se integrado numa investigação para a tese de doutorado do servidor do Instituto Federal do Piauí, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes, aluno do Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP (Rio Claro) e tem por objetivo **analisar o processo de desenvolvimento territorial no Piauí por meio da Educação Profissional, na modalidade de Educação a Distância**, a partir de uma aproximação necessária entre Território, Estado e Educação.

- 5) Quais programas e projetos de Educação Profissional que a Prefeitura oferece à população?

- 6) Como Vossa Excelência avalia o Curso Técnico em Administração e Técnico em Informática, ambos na modalidade a distância, ofertado pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) no município? E quais os benefícios deste curso para o desenvolvimento territorial do município/região?

ANEXO A – PERFIL DOS EGRESSOS

EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS

Técnico em Logística - 800 Horas

Aplica os principais procedimentos de transporte, armazenamento e logística. Executa e agenda programa de manutenção de máquinas e equipamentos, compras, recebimento, armazenagem, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos. Colabora na gestão de estoques. Presta atendimento aos clientes. Implementa os procedimentos de qualidade, segurança e higiene do trabalho no sistema logístico.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Logística • Gestão de pessoas • Gerenciamento e economia de sistemas logísticos • Legislação e tributação em logística • Estocagem • Transportes • Custos 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas, privadas e do terceiro setor 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Administração - 800 Horas

Executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA

<ul style="list-style-type: none"> • Organização empresarial • Matemática financeira • Legislação trabalhista, tributária e empresarial • Arquivamento • Rotinas trabalhistas, financeiras e contábeis • Métodos e técnicas administrativas • Redação oficial 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas, privadas e do terceiro setor 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos
--	---	---

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Secretariado - 800 Horas

Organiza a rotina diária e mensal da chefia ou direção, para o cumprimento dos compromissos agendados. Estabelece os canais de comunicação da chefia ou direção com interlocutores, internos e externos, em língua nacional e estrangeira. Organiza tarefas relacionadas com o expediente geral do secretariado da chefia ou direção. Controla e arquivava documentos. Preenche e confere documentação de apoio à gestão organizacional. Utiliza aplicativos e a internet na elaboração, organização e pesquisa de informação.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas e rotinas secretariais • Conhecimentos de língua portuguesa e estrangeira • Legislação e organização empresarial • Economia • Psicologia comportamental • Gestão e organização do trabalho • Marketing pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas, privadas e do terceiro setor • Indústria e comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório de línguas

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Serviços de Condomínio - 800 Horas

Executa as ações decorrentes das decisões das assembleias condominiais, envolvendo procedimentos organizacionais, de recursos humanos, materiais, financeiros, conservação e manutenção predial. Conduz reuniões e elabora atas e relatórios de prestação de contas.

Promove a integração dos vários atores do condomínio.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Condomínio • Conservação e manutenção predial • Administração financeira, de pessoal e de materiais • Legislação trabalhista, tributária e previdenciária • Segurança patrimonial • Gestão ambiental • Contabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas de administração de condomínios 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Serviços Públicos - 800 Horas

Executa as operações decorrentes de programas e projetos de políticas públicas. Executa as funções de apoio administrativo. Auxilia no controle dos procedimentos organizacionais.

Auxilia na organização dos recursos humanos e materiais. Utiliza ferramentas de informática básica como suporte às operações.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Administração pública • Políticas sociais e econômicas • Contabilidade • Orçamento e licitação • Finanças • Atendimento ao público 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos

• Liderança e qualidade		
-------------------------	--	--

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Serviços Jurídicos - 800 Horas

Executa serviços de suporte e apoio técnico-administrativo a escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, recursos humanos e departamentos administrativos, bem como cumpre as determinações legais atribuídas a cartórios judiciais e extrajudiciais, executando procedimentos e registros cabíveis. É responsável pelo gerenciamento e pelo arquivo de processos e de documentos técnicos. Presta atendimento ao público.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Direito • Teoria Geral do Processo • Técnicas de redação • Qualidade no atendimento ao público • Noções de Direito Constitucional, Civil, Administrativo, Penal e Empresarial • Processos e procedimentos administrativos • Ciclo tributário • Fundamentos da legislação trabalhista 	<ul style="list-style-type: none"> • Escritórios de advocacia • Escritórios de auditoria jurídica • Setor de recursos humanos • Departamentos administrativos de empresas privadas e de instituições públicas • Cartórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório de gestão para simulação de práticas administrativas • Laboratório de línguas

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

EIXO TECNOLÓGICO: AMBIENTE E SAÚDE

Técnico em Cuidado de Idosos - 1.200 Horas

Cuida de idosos nos aspectos físico, mental, cultural e social. Trabalha com idosos independentes ou dependentes, acamados ou não, em domicílios, clínicas, hospitais geriátricos ou instituições de longa permanência. Acompanha o idoso em atividades de rotina

e auxilia nos cuidados de higiene. Estimula atividades de lazer e ocupacionais. Contribui para a autonomia do idoso e para a melhoria de sua qualidade de vida.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Gerontologia • Elementos de Geriatria • Atividades lúdicas para a terceira idade • Alimentação saudável • Primeiros Socorros 	<ul style="list-style-type: none"> • Clínicas • Instituições de longa permanência ou como autônomo em residências 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e especializado • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório de primeiros socorros • Laboratório de suporte básico à vida • Laboratório didático: unidade de saúde

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Meio Ambiente - 800 Horas

Coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais. Colabora na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais. Auxilia na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental. Atua na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reúso e reciclagem. Identifica as intervenções ambientais, analisa suas consequências e operacionaliza a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Legislação e políticas ambientais • Gestão e educação ambiental • Ecossistemas • Impactos ambientais • Poluição ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas e privadas, além do terceiro setor • Estações de tratamento de resíduos • Unidades de conservação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de educação ambiental • Laboratório de informática com programas específicos

<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento e tecnologias sustentáveis • Processos produtivos • Saúde coletiva 		
--	--	--

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

EIXO TECNOLÓGICO: CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS

Técnico em Química - 1.200 Horas

Atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos. Planeja e coordena os processos laboratoriais. Realiza amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Realiza vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos. Participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos. Atua com responsabilidade ambiental e em conformidade com as normas técnicas, as normas de qualidade e de boas práticas de manufatura e de segurança.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Química • Análises físico-químicas e microbiológicas • Processos industriais • Boas práticas de laboratório e de fabricação • Metrologia química • Técnicas de amostragem • Gestão ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Indústrias • Empresas de comercialização e assistência técnica • Laboratórios de ensino, de calibração, de análise e controle de qualidade e ambiental • Entidades de certificação de produtos • Tratamento de águas e de efluentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de análise instrumental • Laboratório de físico-química • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório de microbiologia • Laboratório de química inorgânica • Laboratório de química orgânica

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Técnico em Informática - 1.000 Horas

Desenvolve programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de programas de computadores implantados.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Lógica e linguagens de programação • Sistemas operacionais • Hardware • Interpretação de especificações de sistemas computacionais • Banco de dados 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Técnico em Informática para Internet - 1.000 Horas

Desenvolve programas de computador para internet, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ferramentas de desenvolvimento de sistemas, para construir soluções que auxiliam o processo de criação de interfaces e aplicativos empregados no comércio e marketing eletrônicos. Desenvolve e realiza a manutenção de sites e portais na internet e na intranet.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Lógica e linguagens de programação • Interface homem-máquina 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado

<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos de comunicação • Sistemas operacionais • Hardware • Banco de dados • Interpretação de especificação de sistemas computacionais e redes de computadores 	<p>programação de computadores para internet</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Laboratório de informática com programas específicos
---	--	--

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

EIXO TECNOLÓGICO: SEGURANÇA

Técnico em Segurança no Trabalho - 1.200 Horas

Atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Orienta o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Executa o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Legislação • Sistema de segurança e saúde no trabalho • Prevenção e controle de riscos • Tecnologias de prevenção e combate a incêndio e suporte emergencial à vida • Meio ambiente e qualidade de vida • Ergonomia • Desenho técnico • Doenças ocupacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições públicas e privadas • Fabricantes e representantes de equipamentos de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório de combate a incêndio • Laboratório de higiene e segurança do trabalho • Laboratório de suporte básico à vida

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER

Técnico em Eventos - 800 Horas

Auxilia e atua na prospecção, no planejamento, na organização, na coordenação e na execução dos serviços de apoio técnico e logístico de eventos e cerimoniais, utilizando o protocolo e etiqueta formal. Realiza procedimentos administrativos e operacionais relativos a eventos. Recepciona e promove serviços de eventos. Planeja e participa da confecção de ornamentos decorativos. Coordena o armazenamento e manuseio de gêneros alimentícios servidos em eventos.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Eventos • Protocolo, cerimonial e etiqueta social • Processos comerciais • Higiene em manipulação de alimentos • Ornamentos e decoração • Logística de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas de eventos • Meios de hospedagem • Instituições públicas e privadas • Cruzeiros marítimos • Restaurantes • bufês 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório didático: espaço para eventos

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos